

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA - PPGSC

LUCIANA SILVA DE CARVALHO

NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE TRABALHADORAS
DOMÉSTICAS NO PIAUÍ

TERESINA-PI, 2025

LUCIANA SILVA DE CARVALHO

**NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE TRABALHADORAS
DOMÉSTICAS NO PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima

TERESINA-PI, 2025

C331n Carvalho, Luciana Silva de.

Narrativas autobiográficas de trabalhadoras domésticas no Piauí
/ Luciana Silva de Carvalho. - 2025.
145 f.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação
Interdisciplinar em Sociedade e Cultura-PPGSC, Universidade
Estadual do Piauí, 2025.

"Orientador: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima".

1. Trabalhadoras Domésticas. 2. Autobiografia. 3. Memória. 4.
Interseccionalidade. 5. Pobreza. I. Lima, Solimar Oliveira . II.
Título.

CDD 331.4

LUCIANA SILVA DE CARVALHO

**NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE TRABALHADORAS
DOMÉSTICAS NO PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima

Aprovada por:

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr. Solimar Oliveira Lima (orientador)

Prof^a Dra. Cristiana Costa da Rocha

Prof^o Dr. Francisco de Oliveira Barros Júnior

TERESINA-PI, 2025

Às mulheres sofridas, cujas histórias de vida e lutas inspiraram este trabalho, e o tornaram possível, com todo meu respeito e admiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter possibilitado que eu vivesse todas as experiências educacionais e acadêmicas até aqui. Por ter me dado forças, ânimo e segurança mental. Deus, durante todos os dias, em situações de grandes desafios o Senhor se mostrou presente ao meu lado.

As mulheres entrevistadas durante a pesquisa, trabalhadoras domésticas que se dispuseram a compartilhar comigo memórias tão sensíveis e singulares para que essa dissertação fosse concretizada. Obrigada, vocês me inspiraram, e possibilitaram um crescimento intelectual e pessoal, sem vocês não teria sido possível chegar ao final.

Ao Professor Solimar Oliveira, meu orientador. Obrigada, por sua infinita sapiência, pela escuta, troca de ideias, por me receber em um momento crucial da dissertação, e, por acreditar que era possível nós chegarmos até aqui, no resultado final.

A professora Cris, “que foi uma grande interlocutora no desenvolvimento desse trabalho”. Cris, I love you forever.

Ao Professor Dr. Francisco Júnior, pelo privilégio de tê-lo na banca de qualificação e defesa da dissertação. Professor Júnior, obrigada você é uma pessoa incrível, suas contribuições foram fundamentais para a finalização de minha pesquisa.

Às minhas princesas, Letícia Hellen e Jéssica Hellen, luz da minha vida, semente do meu amor sobre a terra, razão maior de minha existência. Filhotas, obrigada por tornarem meus dias mais felizes. Minha Digudú, e meu Tiquinho, amo-as infinitamente, e, do tamanho do universo.

Ao Antônio Neto, meu amor amigo. Obrigada por compartilhar a vida comigo, seja ela boa ou ruim. Por iluminar meus dias, e aquecer meu coração.

Aos meus avós maternos, Heleno e Sindoca (*In memoriam*), por tornarem nossas vidas menos sofridas, e não deixarem a gente morrer de fome quando criança. Minha avó, a mulher mais incrível, gentil, bondosa e especial que conheci. Minha inspiração me fez sonhar desde criança, e acreditar que os “contos de fadas” existem, mesmo que o final, não seja o de “felizes para sempre”. Obrigada Vó, amor de minha vida.

A dona Graça, minha mãe, obrigada por tudo, a caminhada não foi fácil, mas necessária.

Agradeço as minhas irmãs e irmãos, Milagres, Francisca, Socorro, Silvestre, Ceíça, José, Heleno Neto e Fátima (*In memoriam*), são tantas memórias compartilhadas quando nos

encontramos. Posso dizer que, vocês são superação.

Agradeço aos amigos e amigas, especialmente Edna e Conceição Valéria, amigas e parceiras de caminhada.

Sou grata a Iunally, minha ouvinte, tira dúvidas, parceira nas trocas de ideias. Lora, obrigada por sua amizade, paciência, conversas, incentivo e carinho.

Aos Professores e Professoras do Programa de Pós-Graduação. Agradeço ainda, a Prof^a Salânia Maria pelo conhecimento compartilhado.

Agradeço a minha turma de Mestrado, as alunas e alunos, aos funcionários do Programa. Em especial a Socorrinha, com sua calma, tranquilidade e prestatividade. Obrigada, Socorrinha pelas inúmeras gentilezas a mim concedida.

As amigas que a Pós-Graduação me deu para a vida, Amara, Iramaira e Naiara. Meninas, obrigada pela amizade de vocês, a caminhada foi bem mais leve, por compartilharmos o conhecimento em sala de aula, e fora dela.

Meus agradecimentos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI, pela concessão parcial da bolsa de mestrado, que possibilitou dedicação exclusiva a pesquisa por um período. A aquisição da bolsa se deu através da Coordenação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Em Sociedade e Cultura, da Universidade Estadual do Piauí-UESPI.

RESUMO

O trabalho doméstico, historicamente marcado pela exclusão social, se revela como um espaço de resistência e de perpetuação das desigualdades sociais, além de ser um fator determinante para a permanência de mulheres em situações de pobreza. Essa condição de marginalização, aliada ao contexto histórico de transição social após a abolição da escravidão, reforça a continuidade das relações de produção desigual, a persistência da opressão econômica e psicológica contra as mulheres inseridas nesses espaços. Composta por dois capítulos, a presente dissertação busca apresentar autobiografias de trabalhadoras domésticas no Piauí, compreendendo suas trajetórias de vida, inserções no mercado de trabalho, e como as relações de classe, gênero e raça se entrelaçam ao longo do tempo. Esse trabalho apresentou a memória de quatro mulheres que dividiram suas experiências de vida, e demonstrou como essas trabalhadoras, oriundas de famílias empobrecidas, de origens rurais, experimentaram o trabalho doméstico, as dificuldades, as violências vividas, e como essas experiências construíram suas identidades, e sentidos de pertencimento. Foi utilizada a metodologia da História Oral aliada a Historiografia do trabalho doméstico no Brasil, permitindo acessar aspectos subjetivos e emocionais de suas experiências, que não seriam evidenciados por dados estatísticos ou análises superficiais. Dentro dessa perspectiva, o uso da interdisciplinaridade desempenhou um papel fundamental ao conectar diferentes dimensões — histórica, sociológica, econômica e de gênero — para entender a realidade complexa dessas trabalhadoras. No entanto, a pesquisa contribui para a reflexão sobre a opressão, desvalorização, exclusão das trabalhadoras domésticas no espaço de trabalho, a luta pela valorização e reconhecimento legal da profissão no país.

Palavra-chave: Domésticas; Interseccionalidade; Memória; Pobreza; Trabalhadoras.

ABSTRACT

Domestic work, historically marked by social exclusion, emerges as both a space of resistance and a setting that perpetuates social inequalities. It is also a determining factor in the continued poverty experienced by many women. This condition of marginalization, combined with the historical context of social transition following the abolition of slavery, reinforces the continuity of unequal labor relations and the persistence of economic and psychological oppression against women within these spaces. Comprising two chapters, this dissertation aims to present the autobiographies of domestic workers in Piauí, exploring their life trajectories, their entry into the labor market, and how class, gender, and race relations have intertwined over time. The study presented the memories of four women who shared their life experiences and demonstrate how these workers, coming from poor families and rural backgrounds, experienced domestic labor, the hardships and violence they endured, and how those experiences shaped their identities and sense of belonging. The methodology of Oral History, combined with the historiography of domestic labor in Brazil, allowing access to the subjective and emotional dimensions of their experiences—elements that would not be revealed through statistical data or superficial analyses. Within this framework, the use of interdisciplinarity plays a fundamental role by connecting different dimensions—historical, sociological, economic, and gender-based—in order to understand the complex reality of these workers. However, the research contributes to the reflection on the oppression, devaluation, and exclusion of domestic workers in the workplace, as well as the struggle for the valuation and legal recognition of the profession in the country.

Keywords: Domestic Workers; Intersectionality; Memory; Poverty; Female Workers.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CF - Constituição Federal

CFI - Confederação Nacional da Indústria

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EC - Emenda Constitucional

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FAC - Federação das Associações Comerciais

FAPEPI - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí

FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JOC - Juventude Operária Católica

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LC - Lei Complementar

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MA - Ministério da Agricultura

MAS - Ministério da Ação Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MPS - Ministério da Previdência Social

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MTPS - Ministro do Trabalho e Previdência Social

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas.

PEC - Projeto de Emenda Constitucional

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PPGSC - Programa de Pós -Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura

TD - Trabalhadoras Domésticas

TDR - Trabalho Doméstico Remunerado

UESPI - Universidade Estadual do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: DESAFIOS, LUTAS E CONQUISTAS.....	28
2.1 Trabalho Doméstico no Brasil.....	28
2.2 Lutas e conquistas de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil.....	39
3 DO POVOADO BARRO PRETO À CAPITAL: MEMÓRIAS, MIGRAÇÕES, RELAÇÕES DE TRABALHO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS.....	55
3.1 O Povoado Barro Preto e a figura do grande latifundiário.....	55
3.2 O Compadrio: Das “crias” às trabalhadoras domésticas.....	68
3.3 O emprego doméstico e a migração para Teresina: “brincar” e “estudar”.....	71
3.4 Memórias Sensíveis: trajetórias sociais de trabalho, afeto e estigma ocupacional.....	73
3.4.1 Luciana: emprego doméstico como sobrevivência na capital Teresin.....	75
3.4.2 Ceiza: Eu faço uma coisa que gosto muito que é cozinhar.....	108
3.4.3. Lúcia: Tenho muita gratidão por tudo que meus patrões fizeram por meu filho.....	119
3.4.4 Ana: Esse emprego é temporário e para bancar o aluguel e minha faculdade.....	124
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
5 REFERÊNCIAS.....	133
6 COLABORADORAS.....	139
7 FONTES.....	143

1 INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico no Brasil, configura-se como uma das categorias profissionais mais marcadas por desigualdades sociais, de gênero e raça. Segundo a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, é considerado trabalhador doméstico aquele com mais de 18 anos, que presta serviços contínuos e de finalidade não lucrativa a uma pessoa ou família, no âmbito residencial (BRASIL, 2015). Esta definição, de acordo com o MTE (2015) engloba profissionais como faxineiras, babás, jardineiros, motoristas particulares e cuidadores de idosos, desde que a prestação do serviço ocorra em, no mínimo, três dias por semana. A formalização dessa categoria, entretanto, ainda enfrenta entraves históricos e estruturais, que refletem a persistente precarização das condições de trabalho nesse segmento.

Historicamente, o trabalho doméstico tem sido naturalizado como responsabilidade intrinsecamente atribuída às mulheres, resultado de construções sociais que o associam ao cuidado, a limpeza e a manutenção do lar como expressões de supostas aptidões femininas. Desde a infância, as mulheres são socializadas para exercer atividades domésticas, em um processo que perpetua a divisão sexual do trabalho e reforça papéis de gênero rígidos. Como destaca Costa (2021), a ocupação doméstica, além de ser majoritariamente feminina, caracteriza-se por condições laborais adversas: baixos salários, elevado grau de informalidade e jornadas extensas.

O trabalho doméstico remunerado, especialmente aquele realizado por mulheres que saem de suas casas para trabalhar em outras residências, configura-se como uma das formas mais complexas e sutis de exploração no sistema capitalista. O conceito de trabalho em "O Capital", de Karl Marx, pode ser ampliado para compreender essa situação, especialmente quando pensamos na forma como a reprodução da força de trabalho, ou seja, a manutenção do trabalhador fora da esfera de produção direta é fundamental para o funcionamento do capitalismo (MARX, 2013). Nesse contexto, as trabalhadoras domésticas, que se deslocam para o ambiente privado de outros lares, estão inseridas em um espaço de trabalho marcado pela desvalorização, invisibilidade e precarização.

Marx, ao descrever a mais valia, propõe que o valor gerado pelo trabalhador excede o valor que ele recebe em forma de salário, o que permite que o capitalista obtenha lucro. Esse conceito pode ser aplicado diretamente ao de trabalhador doméstico, quando as mulheres saem de suas casas para trabalhar na casa de outra pessoa, e desta forma, sua força de trabalho é essencial para a manutenção do trabalhador assalariado (que precisa de cuidados, alimentação, e descanso para poder trabalhar) e, por extensão, para a continuidade do processo de

acumulação de capital. Porém é frequentemente tratado como um serviço secundário, ou como uma extensão do papel tradicional feminino de "cuidar", sem o reconhecimento adequado, sendo esta uma crítica já formulada por feministas marxistas, como Margaret Benston, ao destacarem que o trabalho doméstico, embora essencial à reprodução da força de trabalho, permanece invisibilizado e constitui a base material da opressão feminina, além de ser uma forma de negação da importância que ele tem na dinâmica do capitalismo (MELLO, 2025).

Nessa mesma perspectiva, Marx estabelece uma distinção entre o trabalho "produtivo" e o trabalho "reprodutivo", sendo este último essencial para a manutenção do trabalhador no sistema capitalista. O trabalho doméstico, ao lidar com a manutenção do trabalhador e sua família, é uma parte fundamental desse processo de reprodução, embora seja frequentemente desconsiderado pelas análises econômicas tradicionais. Essa especificidade explica por que o trabalho doméstico garante a renovação da força de trabalho, mas não se converte diretamente em mais valia que retorne ao ciclo produtivo da economia. Quando uma mulher sai de seu lar para trabalhar na residência de outra pessoa, ela contribui para produzir e reproduzir as condições necessárias à continuidade do trabalho produtivo de outros. No entanto, o valor gerado por esse trabalho não é reconhecido da mesma forma que o valor produzido na fábrica ou em outros setores produtivos. O trabalho doméstico não se traduz em lucros visíveis ou diretamente acumulados por parte do empregador, mas em um fluxo de reprodução que, embora essencial, não recebe a devida remuneração, ou reconhecimento dentro do modelo econômico dominante.

O que é fundamental em Marx, é a percepção de que o trabalho não remunerado e desvalorizado, como o doméstico, é essencial para a reprodução da força de trabalho. Entretanto, ao tratar da reprodutividade da força de trabalho, compreende-se que a divisão social que atribui às mulheres a função dos cuidados domésticos constitui, na realidade, uma forma de controle social que permite à classe dominante manter o controle sobre a reprodução da força de trabalho, sem precisar pagar por isso de maneira justa. E essa reprodução, ou seja, a manutenção do trabalhador e de sua família garante que o capitalista tenha sempre novos trabalhadores disponíveis para o mercado de trabalho. Para Soratto (2006) essa “oposição produção-reprodução” contribui para a desvalorização social dos serviços domésticos no mundo capitalista. Diante disso, as trabalhadoras domésticas não colhem os frutos dessa reprodução em termos de valorização do seu trabalho. O salário que recebem é frequentemente baixo, refletindo a desvalorização histórica do trabalho feminino e, com frequência, do trabalho das mulheres negras ou periféricas.

Isso coloca as trabalhadoras domésticas em uma posição paradoxal dentro do sistema

capitalista: elas são essenciais para a reprodução do trabalhador, mas seu trabalho não é visto como "trabalho" em sua totalidade, sendo considerado como algo "natural" para as mulheres. Domingues (2023) corrobora essa afirmação quando descreve que o trabalho reprodutivo, desempenhado majoritariamente por mulheres, permanece subvalorizado justamente por estar associado a habilidades tidas como naturalmente femininas, o que contribui para sua desvalorização econômica e simbólica.

A intersecção de gênero e raça nesse tipo de trabalho implica uma sobrecarga de exploração. Mulheres negras, em particular, são marginalizadas não apenas pela condição de classe, mas também, pelo racismo estrutural que as coloca em uma posição de subordinação e exploração dentro do trabalho doméstico. O capitalismo, ao estruturar essas relações de trabalho, extrai valor sem que o trabalhador ou a trabalhadora tenha controle sobre o processo ou os benefícios que advêm dessa extração. As trabalhadoras domésticas, em muitos casos, são tratadas como “sub-trabalhadoras” ou “não-trabalhadoras”, com salários baixos e com direitos trabalhistas frequentemente desrespeitados, ou não garantidos.

Durante décadas, o trabalho doméstico foi ignorado pelas análises sociológicas e econômicas, sendo tratado como “invisível”. Entretanto, com as transformações no mundo do trabalho e o aumento da participação feminina no mercado formal, novas formas de exploração do trabalho das mulheres emergiram, trazendo à tona a necessidade de discussão e problematização do trabalho reprodutivo. Souza (2014) observa que, ao mesmo tempo que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho representa um avanço em termos de emancipação, esse movimento também tem exposto novas formas de precarização deste, pois, grande parte delas enfrentam duplas ou triplas jornadas, sem que haja uma redistribuição justa do trabalho doméstico nos lares. Pois, ainda que as mulheres tenham passado a integrar mais amplamente o mercado de trabalho formal, o cuidado com o lar e com os membros da família continua, em grande parte, sob sua responsabilidade, ou seja, cozinhar, limpar, lavar roupas, cuidar de crianças, idosos e enfermos seguem sendo incumbências femininas. Essa dupla jornada de trabalho, característica da realidade da maioria das mulheres brasileiras, é ainda mais extenuante no caso das trabalhadoras domésticas. Muitas delas, especialmente as que atuam como diaristas e faxineiras, realizam em suas casas as mesmas tarefas que executam no ambiente de trabalho. Essa repetição, como revela Ávila (2014), é apontada pelas próprias trabalhadoras, como uma das maiores desvantagens da profissão, já que não há alívio ou separação entre o trabalho remunerado e o não remunerado, resultando em uma sobreposição de obrigações cotidianas.

Diante desse cenário, muitas famílias, especialmente de classes médias e altas,

recorrem à contratação de trabalhadoras domésticas como estratégia para aliviar a sobrecarga das mulheres. Essa dinâmica evidencia não apenas a desigualdade de gênero, mas também, as clivagens de classe. Como aponta Ávila (2014), o trabalho doméstico remunerado estabelece uma relação de subordinação entre mulheres de distintas classes sociais, geralmente brancas e de classe média, contratando mulheres negras e pobres. A autora destaca que a divisão sexual do trabalho é reproduzida no interior das relações entre mulheres, evidenciando um sistema de opressões cruzadas que articula gênero, classe e raça.

Maria Lombardi (2009) aprofunda essa análise ao identificar a segmentação do trabalho feminino em duas vertentes: de um lado, mulheres inseridas em posições precárias e mal remuneradas; de outro, uma minoria de mulheres altamente escolarizadas que ascendem às posições de destaque profissional. Nesse espectro, as empregadas domésticas compõem o maior contingente do grupo feminino em ocupações precárias, muitas vezes sem acesso à formalização ou a direitos trabalhistas básicos, como férias, décimo terceiro salário e previdência social.

Essa lógica de desvalorização e exploração encontra expressão concreta na realidade brasileira. O perfil das trabalhadoras domésticas no Brasil está intrinsecamente vinculado a fatores estruturais, como o acesso limitado à educação e as heranças do sistema escravocrata. Segundo estudo do MDS, da OIT e parceiros (BRASIL, 2025), o país tem quase 6 milhões de trabalhadoras domésticas remuneradas, das quais mais de 90% são mulheres e cerca de 66% são negras, um número expressivo que remonta às origens coloniais da formação social brasileira. Saffioti (1978) já alertava para a continuidade das lógicas escravocratas no trabalho doméstico, destacando que o fim da escravidão resultou na transição direta para o trabalho assalariado nas casas das elites, sem a ruptura efetiva das relações de subalternidade.

A divisão entre o trabalho doméstico não remunerado e o remunerado também revela distinções importantes. Enquanto o primeiro é executado no âmbito familiar, sem qualquer tipo de remuneração, o segundo envolve uma gama de atividades profissionais, realizadas em troca de pagamento. Entretanto, ambas as formas são marcadas por sobrecarga, invisibilidade e falta de reconhecimento. Para Saffioti (1978), essa realidade limita as oportunidades das mulheres em várias esferas da vida, incluindo a formação educacional, a qualificação profissional e a participação política.

Apesar dos avanços legislativos recentes, como a promulgação da EC nº 72/2013 (a “PEC das Domésticas”), que ampliou os direitos trabalhistas para a categoria, a realidade das trabalhadoras domésticas permanece marcada pela informalidade e precarização (BRASIL, 2013). Mesmo com o reconhecimento legal de direitos como jornada máxima, hora extra e

FGTS, grande parte das profissionais continua sem carteira assinada e com acesso limitado à seguridade social. Segundo dados da OIT revisitado pela Agência Brasil (2013), menos de 30% das trabalhadoras domésticas possuíam carteira assinada em 2009, o que demonstra que a legislação, embora significativa, ainda não se traduziu em mudanças estruturais nas relações de trabalho doméstico.

A compreensão do espaço doméstico na sociedade contemporânea deve, portanto, ultrapassar a visão tradicional que o opõe ao espaço público. O lar, enquanto unidade de reprodução social, constitui também um espaço de poder, de conflitos e de hierarquias. As relações estabelecidas entre empregadoras e empregadas, entre homens e mulheres, entre brancos e negros, refletem um modelo social estruturado pela desigualdade. Como destacam Rodrigues, *et al.* (2015) e Ribeiro (2008), as mulheres negras são as mais afetadas por esse sistema, acumulando múltiplas formas de discriminação de gênero, raça e classe. Nesse contexto, elementos como o “quartinho de empregada”, os banheiros de serviço e as formas de remuneração indireta (moradia, alimentação e vestuário) revelam resquícios de uma lógica hierarquizante e excludente. Assim, a luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico como profissão digna e essencial é, ao mesmo tempo, uma luta contra a permanência de estruturas sociais de dominação e desigualdade.

Dessa forma, é imprescindível que o debate sobre o trabalho doméstico seja inserido em uma perspectiva interseccional, que considere simultaneamente os marcadores de gênero, classe e raça. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2015) aprofundam essa discussão ao demonstrar que as emoções e a afetividade desempenham um papel fundamental na dinâmica de poder dentro das relações sociais, evidenciando que tais dimensões não podem ser compreendidas como esferas isoladas ou apolíticas, mas sim como elementos intimamente ligados às estruturas sociais marcadas por múltiplas formas de opressão como racismo, sexismo, classismo e heteronormatividade. Assim, compreender o trabalho doméstico sob essa ótica torna-se essencial para revelar as continuidades históricas das desigualdades e, ao mesmo tempo, propor caminhos para a superação dos desafios estruturais que mantêm milhões de mulheres brasileiras em condições precárias e desprotegidas, mesmo diante de sua inegável contribuição para o funcionamento cotidiano da sociedade.

Compreender essas dinâmicas exige um esforço investigativo que ultrapasse as fronteiras disciplinares tradicionais. Partindo desse princípio, este trabalho entende que o conhecimento sobre as experiências sociais, especialmente aquelas vividas por sujeitos historicamente marginalizados, não pode se restringir aos limites de uma única disciplina. A análise de fenômenos complexos, como as formas de resistência, trabalho e memória entre

mulheres trabalhadoras domésticas, demanda uma abordagem transdisciplinar, capaz de articular diferentes campos teóricos e metodológicos em um mesmo movimento investigativo. A transdisciplinaridade, transcende as fronteiras das disciplinas tradicionais, e procura integrar saberes diversos para compreender a complexidade dos fenômenos sociais. Segundo Nicolescu (1996), ela é caracterizada pela busca de uma compreensão holística da realidade, que vai além da fragmentação do conhecimento produzida pelas abordagens disciplinares isoladas.

Nesse sentido, Edgar Morin (2000), ao refletir sobre a transdisciplinaridade no campo das humanidades, argumenta que é uma forma de superar a visão reducionista e linear que ainda predomina em muitos campos do saber. Para o autor, é fundamental que o conhecimento se torne mais fluido, flexível e capaz de dialogar entre diferentes áreas, pois a complexidade do mundo exige uma visão que transcenda as fronteiras tradicionais do conhecimento. No contexto da análise do trabalho doméstico, essa abordagem é essencial para que se considerem não apenas os aspectos econômicos, mas também, os sociais, culturais e históricos que o permeiam, considerando suas múltiplas dimensões e interconexões.

Autores como Federici (2004) e Tanaka (2017) ressaltam a importância de abordar o trabalho doméstico a partir de uma perspectiva interseccional, que reconheça as diversas formas de opressão que se entrelaçam nesse contexto. Federici argumenta que o trabalho doméstico é fundamental para a reprodução da força de trabalho no capitalismo, embora historicamente tenha sido desvalorizado e invisibilizado. Tanaka, por sua vez, analisa como essas desigualdades estruturais se manifestam nas condições de trabalho das empregadas domésticas no Brasil, especialmente após a promulgação da EC 72/2013, que ampliou os direitos da categoria.

Esse entendimento se articula também à noção de interdisciplinaridade, que não se restringe ao uso combinado de métodos e conceitos, mas refere-se a uma postura epistemológica que problematiza os pressupostos fundantes das disciplinas, suas fronteiras rígidas e seus regimes de validação do saber. Como afirma Jorge Guerreiro (2016), a interdisciplinaridade emerge, no campo das ciências sociais, como resposta às limitações impostas pela especialização extrema e pela consequente fragmentação do conhecimento. Para o autor, os desafios do mundo contemporâneo, marcados por desigualdades, deslocamentos e exclusões, requerem abordagens “holísticas, dialógicas e comprometidas com a realidade concreta” (GUERREIRO, 2016).

A escuta das narrativas de vida de trabalhadoras domésticas, por exemplo, implica considerar dimensões que abrangem desde a estrutura econômica até a subjetividade; desde a experiência corporal até a memória afetiva; desde a exclusão social até a agência política.

Nenhuma disciplina, de forma isolada, é capaz de contemplar essa complexidade. Por isso, a interdisciplinaridade é concebida aqui como instrumento crítico e plataforma de integração de saberes, que articula categorias provenientes da sociologia, antropologia, história oral, estudos feministas, teoria crítica e literatura.

Ao abordar o conhecimento como construção situada, relacional e expressiva, a proposta interdisciplinar revela-se, também, uma aposta ética e política, pois afirma a legitimidade de outros modos de saber, valoriza os relatos de sujeitos silenciados e desafia as hierarquias institucionais de produção do conhecimento científico. Como pontua Barros (2013), produzir conhecimento é também “escrever o mundo”, o que implica escolhas quanto a como, com quem e para quem esse discurso será construído. No campo das ciências sociais e culturais, essa escolha passa por abrir espaço para outras vozes, outras memórias e outras formas de narrar à experiência social.

Portanto, o objetivo principal dessa pesquisa foi analisar o trabalho doméstico no Brasil, a partir de uma perspectiva transdisciplinar, buscando compreender suas múltiplas dimensões e as interações entre os diversos fatores que o influenciam. A partir dessa abordagem integrada, procurou-se evidenciar como a compreensão desse fenômeno pode contribuir para o fortalecimento de relações de trabalho mais justas e equitativas no contexto doméstico.

Especificamente nesta pesquisa, analisaram-se as condições históricas, sociais e econômicas do trabalho doméstico no Brasil, com ênfase nas inter-relações entre gênero, classe e raça. Buscou-se também compreender as implicações da precarização e da divisão sexual do trabalho no processo de inserção das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho formal. Além disso, procurou-se investigar os avanços legislativos mais recentes, como a EC nº 72/2013 (conhecida como PEC das Domésticas), bem como as desigualdades persistentes que ainda afetam, de maneira particular, as trabalhadoras domésticas no contexto das transformações nas relações laborais do país. A pesquisa se utilizou da metodologia da História Oral, aliada à Historiografia do trabalho doméstico no Brasil, para dar voz a mulheres, permitindo uma análise sensível de suas vivências cotidianas e das formas de resistência que emergem a partir de suas memórias.

Essa escolha metodológica está diretamente relacionada à minha trajetória pessoal e às experiências que moldaram meu olhar sobre o tema, pois o trabalho doméstico e, sobretudo, as mulheres que o exercem sempre fizeram parte do meu cotidiano. Desde a infância, estive envolvida com atividades de cuidado, atuando como babá e trabalhadora doméstica em casas de terceiros. Ao longo da minha trajetória de vida, convivi intensamente com essas profissionais, que também estavam presentes nas residências que eu frequentava, fossem elas

de familiares das patroas ou, por vezes, constituídas por mulheres da minha própria rede de parentesco, alocadas em casas de parentes ou amigas da empregadora para a qual eu trabalhava.

Minha própria trajetória no trabalho doméstico se configura como um ponto de partida analítico e uma fonte autoetnográfica essencial, ilustrando a interseccionalidade das opressões que a pesquisa se propôs a investigar. A vivência direta do fenômeno demonstrou a urgência dessa problematização, revelando aspectos como a adultização forçada de corpos infantis, a violência simbólica e a segregação espacial. Por exemplo, recordo-me de ser repetidamente designada como cuidadora exclusiva de bebês, com as mães biológicas delegando totalmente a responsabilidade parental. Eu, ainda criança, era responsabilizada por tarefas domésticas e afetivas tipicamente atribuídas a mulheres adultas. A ausência de remuneração justa (por vezes, apenas R\$150/mês) e a substituição por "coisas usadas" (produtos de higiene, roupas e sapatos) reforçavam essa relação de servidão.

A segregação espacial e a precarização afetiva também eram constantes. Eu era proibida de sentar-me no sofá ou comer com a patroa e familiares, e dormia em quartos precários (com muriçocas e sem ventilador). Além disso, o apego à criança que eu cuidava era instrumentalizado pelos patrões como chantagem emocional para manter-me subjugada. Apesar dessas violências, a narrativa revela táticas de resistência ativa, como a auto escolarização (matrícula autônoma na Escola Pedro Conde) e a recusa aos ciclos de exploração ("fui embora mais uma vez"). Toda essa vivência confirma a questão da interseccionalidade e do estigma social: minha posição marginalizada na hierarquia de Teresina – sendo pobre, migrante, trabalhadora doméstica, "sem instrução" e criança – me expôs a múltiplas formas de exclusão. Isso incluía o estigma laboral, sendo chamada de "curica" e "motorista de fogão", e a rejeição em relações afetivas (como ser escondida por namorados por vergonha social).

Durante a graduação em História na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), iniciei um processo de problematização dessa realidade. Passei a perceber a presença dessas mulheres, e a minha própria, de forma não naturalizada, interrogando os fatores que levam determinadas mulheres a se dedicarem ao trabalho doméstico, remunerado ou não, enquanto outras ocupam diferentes espaços profissionais. Essa análise revelou também hierarquias internas entre as próprias trabalhadoras, muitas vezes atravessadas por ambiguidades. É o caso de mulheres que, como eu, migraram ainda crianças do interior do Estado para a capital, Teresina, e desenvolveram vínculos afetivos e de parentesco com as empregadoras, que se tornavam suas "madrinhas". Algumas delas não se reconheciam como trabalhadoras domésticas, por se verem como amigas ou "quase da família", apesar de realizarem as mesmas funções, muitas vezes de maneira informal e sem remuneração.

Essas práticas ocorrem em arranjos que articulam trabalho e afeto, estruturados por redes de ajuda e solidariedade, muitas vezes legitimadas pela prática do apadrinhamento. Nesses contextos, as “afilhadas” são comumente conhecidas como crias da casa, ou filhas de criação. As mulheres inseridas nesses arranjos tendem a ocupar um status percebido como superior ao das trabalhadoras domésticas formalmente contratadas, pois desfrutam de maior proximidade e confiança com a madrinha, o que lhes permite, por vezes, assumir posturas de supervisão em relação às demais.

Contudo, essas dinâmicas não se estabelecem sem tensões e contradições. Dependendo da situação, essas mulheres oscilam entre a identificação como membro da família e o reconhecimento da desigualdade que marca sua posição em relação aos parentes consanguíneos da empregadora. Em determinados contextos, reivindicam a identidade de trabalhadoras, o que implica o reconhecimento de direitos e deveres.

Ao voltar o olhar para essas figuras (trabalhadoras domésticas, crias, filhas de criação, ou quase da família), percebi que estavam presentes em quase todos os espaços que ocupei desde a infância, nas cidades de Barras e Teresina, assim como nas casas que frequentei, em pesquisas acadêmicas, nas distintas representações literárias, e audiovisuais. Nas diferentes residências de classes médias e altas por onde passei, sua presença era recorrente. Como destaca Fonseca (1995), em referência à circulação de crianças nas classes populares, e como é possível observar no documentário *Domésticas* (2013), as tarefas domésticas e de cuidado são majoritariamente atribuídas às mulheres. Quando as donas da casa não as realizam, contratam outras mulheres para fazê-lo. Dependendo da condição de vulnerabilidade da trabalhadora, há variações nas formas de contratação, remuneração e nos níveis de precariedade vivenciados. Assim, a figura da trabalhadora doméstica se faz presente em lares de diferentes camadas sociais, inserida em múltiplas formas de relação de trabalho.

A pesquisa que embasa esta dissertação teve início em Teresina, em 2018, quando comecei a refletir sistematicamente sobre o trabalho doméstico e suas protagonistas. A proposta consiste em abordar o trabalho doméstico como processo, por meio da memória e das narrativas autobiográficas de trabalhadoras, utilizando diferentes suportes como oralidade, texto, fotografias e produções audiovisuais, que integram a memória coletiva. Pretende-se, assim, compreender os modos de constituição do trabalho doméstico e do fazer profissional, não com o intuito de fixá-los ou essencializá-los, mas de evidenciar sua complexidade e relevância social.

Minha pesquisa, como dito anteriormente surgiu a partir de meu próprio convívio familiar, e de pessoas próximas às interlocutoras desta pesquisa, que me associam de forma

direta ao trabalho doméstico que ora desenvolvem, o que poderia ser um forte limitador nas relações estabelecidas. Entretanto, essa proximidade também me posicionou de forma privilegiada para o acesso ao campo — aos espaços de trabalho e moradia das protagonistas — e para a construção de vínculos mais estreitos. Conheço duas das personagens em profundidade: Ceíça, desde toda a minha vida, e Anna, de forma mais recente. Essa relação, portanto, constitui ao mesmo tempo um desafio metodológico e um recurso valioso para a pesquisa.

Para visualizar melhor essas relações, desenhei minha rede de inserção em campo, bem como as redes em que as protagonistas circulam e suas relações com diferentes sujeitos. Em seguida, construí as narrativas autobiográficas, registrando trajetórias, projetos e memórias das entrevistadas. Por fim, realizei uma análise dos jogos de memória das trabalhadoras considerando como refletem e se constituem enquanto identidades narrativas. Após o enfoque em cada protagonista, foram estabelecidas possíveis conexões entre os arranjos em que participam e a forma em que se constroem e refletem sobre si mesmas, considerando a conjuntura econômica e social de cada uma e suas percepções sobre os processos de trabalho, relações afetivas e emocionais, bem como as representações das pessoas que habitam o mesmo espaço.

Nesse processo de escuta e análise das memórias, identificaram-se as experiências, valores e códigos de comportamento construídos na relação cotidiana no ambiente de trabalho, que se tornaram referências substanciais para a pesquisa. A partir dessa perspectiva, buscou-se evidenciar, por meio das narrativas, o complexo processo de construção das relações sociais, afetivas e laborais, contemplando aspectos usualmente pouco considerados em análises macroestruturais. As percepções cruciais foram captadas nas conversas durante o desenvolvimento da pesquisa, permitindo o registro aprofundado das vivências pessoais no ambiente de trabalho e das complexas relações com os empregadores.

Baseado nisso, a pesquisa adota a metodologia da História Oral conforme delineada por Verena Alberti (2005), compreendendo-a como um procedimento de investigação e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea. Foram realizadas entrevistas com mulheres trabalhadoras domésticas no Piauí, com o objetivo de compreender suas trajetórias de vida, inserções no mercado de trabalho e percepções sobre as transformações sociais que vivenciaram. As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro previamente elaborado, em consonância com os princípios da metodologia de Alberti, respeitando o contexto de cada participante, a escuta atenta e a valorização de suas narrativas como fontes legítimas de conhecimento histórico.

A oralidade permitiu discorrer sobre a vivência das trabalhadoras domésticas,

historicamente excluídas e marginalizadas, e sobre as relações de afeto que se estabelecem entre empregadas e empregadores, frequentemente construídas pela permanência prolongada nos lares, pelas conversas íntimas e pelas trocas de cuidado com crianças e demais membros da família empregadora. Em muitos casos, essa atividade é passada de geração em geração, mantendo vínculos familiares e sociais com os mesmos lares e implicando longas jornadas de trabalho muitas vezes exercidas em regime de gratidão, sem percepção da exploração de força de trabalho.

A memória, individual e coletiva, é central para esta pesquisa. Por meio dela, busca-se compreender relações sentimentais e de exploração, reconstruindo experiências historicamente excluídas das narrativas oficiais e acessando dinâmicas cotidianas e estratégias de resistência. O trabalho com a memória permite construir um passado que influencia o presente, funcionando como proteção contra o esquecimento. A autenticidade dessa escrita é garantida pelo pacto do pesquisador consigo mesmo e por elementos complementares da memória, como fotografias, jornais e documentos (CHARTIER, 2003).

O registro e a valorização das memórias das trabalhadoras domésticas possibilitam a reconstrução de experiências historicamente excluídas das narrativas oficiais. Essa prática permite acessar fontes que revelam dinâmicas cotidianas e estratégias de resistência, oferecendo elementos para a compreensão dos processos de construção identitária e de sociabilidade em contextos marcados por desigualdades. A integração dessas narrativas amplia o entendimento das relações laborais e sociais, fornecendo subsídios para revisões teóricas e reflexões sobre políticas públicas.

Maurice Halbwachs (2006) concebe a memória coletiva como um fenômeno social, no qual lembranças individuais são reconstruídas e reinterpretadas de acordo com os valores, crenças e estruturas sociais do presente. Diferencia-se da memória histórica, que surge quando as lembranças perdem seu suporte social e passam a ser registradas de forma racional e sistemática. Assim, a memória coletiva está ligada à identidade social, sendo compartilhada e sustentada socialmente, desempenhando papel fundamental na organização das lembranças e na definição da identidade coletiva.

Nesse sentido, as narrativas das trabalhadoras domésticas não apenas registram experiências individuais, mas também operam como instrumentos de contestação e ressignificação histórica, tornando-se agentes ativos na reinterpretação dos processos históricos e na revisão de marcos teóricos. Conceber essas memórias como fontes legítimas para a produção do conhecimento implica repensar a função da memória coletiva, reconhecendo sua capacidade de evidenciar experiências de resistência, estratégias de sociabilidade e relações de

poder, frequentemente negligenciadas pelas narrativas tradicionais. Ao integrar essas memórias à historiografia, é possível reconstruir práticas sociais e relações de afeto, trabalho e exploração, oferecendo perspectivas que ampliam debates sobre gênero, classe e raça.

A dissertação foi construída com base nas narrativas de quatro mulheres (Ana, Lúcia, Ceiça e Luciana), trabalhadoras domésticas que, oriundas de famílias empobrecidas e de origens rurais, compartilham suas experiências sobre o trabalho que realizam, suas lutas por dignidade e reconhecimento, e os desafios impostos pelas relações de opressão social e econômica. Essas narrativas autobiográficas não apenas revelam as dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas, mas também evidenciam como essas mulheres, ao longo de suas trajetórias, constroem suas identidades e sentidos de pertencimento em um cenário de precarização e exclusão. Ao resgatar suas histórias de vida, a pesquisa não se limita a contar uma história de sofrimento, mas também de resistência, resiliência e busca por transformação.

A metodologia adotada nesta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, articulando análise bibliográfica e documental à utilização do método autobiográfico, que constitui o eixo central da investigação. Ao escolher esse caminho metodológico, buscou-se valorizar o saber situado, reconhecendo as vozes das próprias trabalhadoras como fontes legítimas e fundamentais de produção de conhecimento. Nesse sentido, as narrativas de vida são compreendidas não apenas como relatos pessoais, mas como manifestações concretas de estruturas sociais que revelam desigualdades históricas profundamente enraizadas.

A opção pelo método autobiográfico se justifica pelo potencial que possui de acessar as condições de vida, trabalho e resistência de mulheres que desempenham, e historicamente desempenharam, funções socialmente desvalorizadas, como é o caso do trabalho doméstico. O foco nas trajetórias individuais permite captar dimensões da realidade que escapam às generalizações das categorias universais, favorecendo uma leitura encarnada, sensível e situada da história social. Trata-se, portanto, de uma escolha teórico-metodológica sustentada pela escuta atenta e pela valorização das vozes frequentemente silenciadas pelos grandes paradigmas acadêmicos.

Compreendo que o método autobiográfico não se limita a uma técnica de coleta de dados, mas constitui também uma proposta epistemológica e política. Ele rompe com a pretensão de neutralidade e com a lógica mecanicista que ainda predomina em muitas abordagens das ciências sociais. A obra de Franco Ferrarotti é central nessa inflexão. Em seu texto *Sobre a autonomia do método biográfico* (1991), o autor defende que a narrativa de vida tem o poder de iluminar aspectos do social que permanecem invisíveis aos instrumentos formais da sociologia clássica. Para Ferrarotti, revalorizar a experiência individual é um caminho

legítimo e necessário para compreender as situações históricas concretas.

Um dos pontos fundamentais da proposta de Ferrarotti é a crítica ao distanciamento entre sujeito e objeto na pesquisa. Segundo ele, o conhecimento só pode ser produzido a partir da interação, da partilha e do envolvimento mútuo entre pesquisador e pesquisado. Essa perspectiva desafia a lógica positivista e convoca uma ética da escuta comprometida com as trajetórias narradas. Além disso, sua defesa da razão dialética como base epistemológica, em oposição à razão formal e aos modelos deterministas, revela-se especialmente potente. A razão dialética, conforme argumenta o autor, permite apreender o singular e o concreto sem ignorar sua inserção na totalidade. Assim, as trajetórias individuais devem ser interpretadas como expressões de processos sociais mais amplos sem, no entanto, reduzir-se a eles.

Ao reconhecer que “a verdadeira unidade elementar do social é [...] o grupo primário” (p. 176), Ferrarotti também aponta caminhos para compreender como os laços familiares, comunitários e afetivos participam da formação do sujeito social. Essa compreensão me permite, enquanto pesquisadora, dar relevo às experiências cotidianas e às relações interpessoais que moldam o universo das trabalhadoras domésticas.

No que se refere ao recorte temporal da pesquisa, optei por não adotar uma lógica cronológica linear nem fundamentada em determinismos cartesianos. Em função da natureza qualitativa da investigação e da centralidade atribuída às experiências subjetivas das entrevistadas, trabalhei com a noção de “tempo longo”, orientada pelas trajetórias de vida das mulheres que participaram deste estudo. A pesquisa abarcou diferentes gerações de trabalhadoras domésticas, buscando compreender os sentidos que atribuem ao trabalho, à memória e às relações sociais construídas ao longo de suas existências.

Assim, o tempo da pesquisa é também o tempo da memória: das narrativas inscritas nos corpos e nas vivências dessas mulheres. Trata-se de um tempo subjetivo, afetivo, atravessado por lembranças, sensações e marcas deixadas pela repetição cotidiana do trabalho doméstico, tanto no espaço profissional quanto no âmbito familiar. Mais do que datar eventos, essa temporalidade me permite acessar as camadas profundas da experiência social, revelando como o passado se atualiza nas falas, gestos e silêncios das entrevistadas e como o presente é compreendido à luz de histórias atravessadas por desigualdades, mas também por resistência e potência.

A estrutura desta dissertação está organizada em dois capítulos. O primeiro capítulo, intitulado: O trabalho doméstico no Brasil: desafios, lutas e conquistas, apresenta uma trajetória histórica, sociológica e jurídica do trabalho doméstico no país, destacando sua constituição como uma categoria laboral profundamente marcada por relações de gênero, raça e classe.

Desde o período colonial, essa atividade esteve associada à exploração da mão de obra feminina negra, inicialmente escravizada e, posteriormente, inserida em condições precárias no mercado de trabalho pós-abolição.

A partir da “figura teórica” proposta no capítulo 1, adoto uma abordagem que busca conferir aos sujeitos capacidade de ação e reflexão, na narração de suas biografias, trajetórias e projetos de vida enquanto trabalhadoras inseridas no contexto doméstico. Neste sentido é que pretendo interpelar o trabalho doméstico, a partir de diferentes campos e posições, não para apresentá-lo de forma definitiva, mas para compreendê-lo a partir dos diferentes processos que o compõem. Em cada narrativa, busquei realizar uma descrição densa e minuciosa, mas também, uma intervenção política no sentido de valorizar as experiências e vozes dessas trabalhadoras.

Procurei demonstrar como a naturalização do trabalho doméstico como uma atividade “própria da condição feminina” e a consequente desvalorização social de suas funções contribuíram para sua exclusão sistemática das proteções legais ao longo do século XX. A análise abrange o processo de desenvolvimento legislativo, desde as primeiras tentativas de regulamentação no século XIX até conquistas recentes, como a EC nº 72/2013 e a Lei Complementar nº 150/2015, que ampliaram direitos trabalhistas fundamentais à categoria. No entanto, evidencio a persistência de desafios estruturais, como a elevada informalidade, a resistência patronal à efetivação dos direitos e a reprodução de relações assimétricas entre empregadores e empregadas.

Ao articular fontes históricas, dados estatísticos e referenciais teóricos críticos, problematizo as limitações do arcabouço jurídico atual, apontando para a urgência de políticas públicas que enfrentem não apenas as desigualdades formais, mas também as dinâmicas socioculturais que perpetuam a precarização do trabalho doméstico.

No segundo capítulo intitulado: Do povoado barro preto à capital: memórias, migrações, relações de trabalho e transformações sociais, inicio essa narrativa com a localização geográfica e histórica do povoado Barro Preto, no município de Barras (PI), e avanço para uma contextualização das estruturas de poder que marcaram a região. Ao longo do texto, entrelaço elementos históricos, políticos e culturais com minhas vivências pessoais, abordando temas como migração forçada, trabalho infantil, evasão escolar, violência simbólica e desigualdade de gênero. Minhas memórias de infância, marcadas pela pobreza extrema, pela fome, ausência paterna, responsabilidades precoces e experiências laborais desde tenra idade, são apresentadas com sensibilidade e força crítica, compondo um retrato das desigualdades estruturais e do descaso histórico do Estado com as populações rurais nordestinas. A inserção precoce no

trabalho doméstico, sob a lógica do “compadrio” e das promessas ilusórias de “brincar e estudar”, revela práticas recorrentes de exploração infantil, travestidas de cuidado familiar, e evidencia a estrutura de dominação que subalterniza meninas pobres do campo.

Minha narrativa também revela os vínculos afetivos que marcaram minha formação, em especial o papel de minha avó como figura de acolhimento e resistência. Ao mesmo tempo, não deixo de explicitar as tensões familiares, as ausências e o autoritarismo, retratando as ambiguidades que permeiam as dinâmicas familiares em contextos de vulnerabilidade. Articulei de forma consciente os conceitos de “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017), interseccionalidade e memória social. Reivindico minha voz como sujeito epistêmico, inscrevendo minha experiência vivida como objeto e, ao mesmo tempo, como ferramenta de análise. Nessa perspectiva, a autobiografia não é apenas uma forma de expressão individual, mas um ato político de denúncia, de reivindicação de pertencimento e de produção de saberes situado. Este capítulo constitui-se como testemunho da minha vida e da minha resistência. Ao narrar minha trajetória pessoal, procuro iluminar os processos sociais mais amplos que envolvem pobreza, exclusão, trabalho doméstico, desigualdade educacional e violência estrutural. A escrita autobiográfica, nesse contexto, torna-se uma estratégia essencial para desnaturalizar as violências históricas que marcaram — e continuam a marcar — os corpos e vidas das mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste brasileiro.

Este capítulo também é um esforço sensível e denso de reconstrução das memórias de mulheres que, como eu, vivenciaram e vivenciam o trabalho doméstico desde a infância. Utilizando a metodologia da História Oral e da narrativa autobiográfica, proponho uma análise crítica das condições materiais, afetivas e históricas que marcam o trabalho doméstico, sobretudo no contexto nordestino. Compartilho com minhas interlocutoras — Ceíça, Dona Lúcia e Anna — origens semelhantes: somos mulheres pobres e oriundas do interior do Piauí. Essa identificação fortalece minha escuta e legitima meu lugar de fala, conferindo potência política à escrita de nossas experiências. Ao narrarmos nossas histórias, revelamos como o trabalho doméstico infantil tem sido historicamente camuflado por discursos de afeto, cuidado e filantropia.

As narrativas inseridas no capítulo expõem práticas como o “pegar para criar” ou o “trazer para estudar”, que, na realidade, configuram dispositivos de submissão, exclusão educacional e exploração. Analisei essas trajetórias a partir de três eixos principais: a exploração da mão de obra e a infantilização do cuidado; a privação educacional e a violência simbólica; e a interseccionalidade combinada ao estigma social. As vivências que compartilhamos, jornadas exaustivas, negação do direito à infância, assédio, estigmatização por origem e condição social,

são articuladas com referenciais teóricos que nos ajudam a compreender o modo como essas opressões operam. Lanço mão de autores como Halbwachs, para discutir memória coletiva; e Moura, Zeferino e Nascimento, para compreender a dominação afetiva nas relações entre empregadores e trabalhadoras.

A escuta que proponho é também uma forma de resistência. Ao valorizar as vozes de mulheres que, historicamente, foram silenciadas, reconheço suas narrativas como fontes legítimas de produção de conhecimento. As histórias que reconstruo aqui não têm o intuito de fixar uma essência do trabalho doméstico, mas de evidenciar os múltiplos processos que o constituem, marcados por heranças coloniais, racistas e patriarcais.

Encerro com o entendimento de que narrar é também intervir. Ao reconstituir nossas experiências com densidade e compromisso ético, desafiamos as narrativas oficiais que invisibilizaram mulheres como nós. Reivindico, assim, a escrita autobiográfica como prática de resistência, reconstrução subjetiva e ação política frente às desigualdades históricas que persistem em nossas vidas. Por fim, foram tecidas as considerações finais, a partir dos resultados obtidos, contendo reflexões sobre os desafios atuais para a promoção da equidade e valorização do trabalho doméstico com a discussão teoria/empíria.

2 O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: DESAFIOS, LUTAS E CONQUISTAS

O trabalho doméstico, apesar de sua relevância fundamental para a organização social e familiar, é historicamente marcado pela invisibilidade e desvalorização em diferentes contextos. Em escala global, trata-se de uma atividade majoritariamente exercida por mulheres, em grande parte negras, e que frequentemente migram de regiões mais empobrecidas para centros urbanos ou países desenvolvidos em busca de melhores condições de vida. Essa configuração evidencia uma estrutura mundial de trabalho marcada por desigualdades históricas e por divisões de classe, gênero e raça que moldam as relações laborais em diversas sociedades.

Em muitos contextos, as trabalhadoras domésticas enfrentam jornadas extenuantes, longas horas sem descanso, baixa remuneração, e a ausência de direitos trabalhistas, refletindo uma realidade de exploração sistemática. No cenário internacional, essas profissionais foram, por muito tempo, excluídas das legislações trabalhistas, o que intensificou a sua vulnerabilidade. Nas últimas décadas, contudo, surgiram movimentos e iniciativas, tanto em âmbito nacional quanto internacional, para promover a regulamentação do setor e garantir os direitos dessas profissionais.

A OIT assumiu um papel decisivo com a Convenção nº 189, adotada em 2011, que estabelece normas internacionais para assegurar condições dignas de trabalho às trabalhadoras domésticas (OIT, 2011). Apesar dos avanços legais, as desigualdades estruturais permanecem, com muitas trabalhadoras domésticas ainda lutando para terem seus direitos respeitados. Nesse panorama internacional, o Brasil destaca-se como um caso emblemático, marcado pela longa história de marginalização das trabalhadoras domésticas, mas também pelos progressos recentes, como a aprovação da EC nº 72/2013, conhecida como PEC das Domésticas, que equiparou vários direitos das domésticas às garantias dos demais trabalhadores.

2.1 Trabalho Doméstico no Brasil

Conforme define a legislação trabalhista brasileira, o trabalho doméstico corresponde às atividades realizadas de forma contínua, pessoal e sem finalidade lucrativa no ambiente residencial de uma pessoa ou família (BRASIL, 2015). Essa forma de ocupação compreende uma ampla gama de funções voltadas à manutenção do lar e ao cuidado de seus membros. Historicamente, o trabalho braçal foi desvalorizado e considerado desonroso, sendo associado à condição de pessoas escravizadas (FERRAZ; RANGEL, 2010). Assim como os demais trabalhos manuais e “subalternos”, o trabalho doméstico estava intrinsecamente ligado à

escravidão, uma vez que os afazeres domésticos eram realizados, em grande parte, por mulheres, às quais competia tarefas variadas como cozinhar, limpar, costurar, amamentar os filhos das senhas, bem como servir de dama de companhia às senhoras (GONDIM; LOPES, 2018).

O fim do tráfico negreiro em 1850 e o consequente esgotamento do sistema escravista marcaram uma profunda transformação nas relações sociais de produção no Brasil, especialmente pela escassez de mão de obra nas grandes propriedades rurais. Nesse contexto, iniciou-se um processo gradual de formação de um mercado de trabalho baseado na migração europeia e no assalariamento, culminando na promulgação da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que aboliu oficialmente a escravidão no país (BRASIL, 1888). Contudo, a população negra liberta permaneceu excluída das oportunidades geradas pela modernização econômica e pela industrialização nascente, sendo empurrada para condições precárias de trabalho e sobrevivência, em razão do racismo estrutural e da ausência de políticas de integração social (MATTOS, 2023).

Neste contexto, as mulheres negras, agora consideradas trabalhadoras livres, continuaram submetidas a exaustivas jornadas de trabalho similares à escravidão, em troca de alimentação e moradia no exercício do trabalho doméstico, nos domicílios de seus antigos proprietários, visto que não possuíam recursos para o longo processo burocrático que tinham de passar, diante da liberdade (SILVA, 2009).

Sobre isso, a autora destaca:

Mais do que a emancipação do negro cativo para reintegrá-lo como homem livre na economia de exportação, a abolição o descartou e minimizou, reintegrando-o residual e marginalmente na nova economia capitalista que resultou do fim da escravidão. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador, a troca de um trabalhador por outro. O capital se emancipou, e não o homem. (SILVA, 2009, p. 78).

Segundo a mesma autora, a marginalização da população liberta decorreu, em grande parte, do modo repentino como se deu o processo de emancipação. Os negros foram postos em liberdade sem qualquer preparação para o novo regime de vida e trabalho. Ao mesmo tempo em que os antigos senhores foram isentos de qualquer responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, o Estado, a Igreja e a sociedade em geral também se omitiram diante da necessidade de sua integração social. Dessa forma, o liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por si e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. Assim sendo, o processo de subordinação que foram surgindo

resultou em diversas formas de exploração e marginalização da população.

Nesse contexto, é inegável que a origem do trabalho doméstico no Brasil se confunda com a própria escravidão, remanescendo das atividades do lar com os negros, ex-escravos, mesmo após a abolição da escravidão. Essa divisão social do trabalho criou a dicotomia entre empregados domésticos, os herdeiros da senzala, e empregadores domésticos, os senhores da casa grande (SILVA, 2009, p. 38). O fim do período escravista reproduziu as condições de subordinação, sustentadas por um poder patronal paternalista de inspiração colonial. Embora fossem legalmente trabalhadores livres, homens e, principalmente, mulheres submetidas a tais condições continuaram a exercer as mesmas funções em situações similares às de outrora, por ser a única possibilidade real de sustento e sobrevivência (ANDRADE; TEODORO, 2020).

Um aspecto relevante é que, ainda antes do fim da escravidão, durante o processo de reorganização social que antecedeu a abolição, já havia um grande contingente de mulheres pobres e ex-escravizadas inseridas em atividades de subsistência e cuidado. Essa realidade está intimamente ligada à forma como o trabalho doméstico se consolidou como herança direta das estruturas escravistas, situando-se no centro do processo histórico de exploração e subordinação feminina.

Lorena da Silva Telles, analisando a documentação dos livros de polícia de São Paulo, consegue traçar diversas trajetórias dessas mulheres nesse processo de transformação social:

Documentadas em livros de polícia, sob as penas de subdelegados e escrivães, nas vozes do controle e imersas na ideologia dominante, vislumbrando as estratégias de sobrevivência de mulheres pobres e ex-escravas, ocupadas na prestação de serviços domésticos nas casas das classes médias e das elites residentes em São Paulo. O trabalho doméstico desempenhado por elas — o pequeno artesanato doméstico, a limpeza da casa, a lavagem, a costura e o engomado das roupas, a amamentação, o cuidado de crianças e a alimentação da família — atendia a toda escala social, no bojo das transformações econômicas vivenciadas na cidade de São Paulo no último quartel do século XIX. (Telles, 2013, p. 25).

Com o pós-abolição, essas ex-escravizadas embora legalmente livres, continuaram a ocupar esses postos de prestação de serviços, em troca de um pequeno soldo. A mesma lógica se aplica aos recém-libertos, que paulatinamente ocuparam os postos vagos após a abolição. Lorena da Silva Telles argumenta que, embora a correlação entre o trabalho escravo e o doméstico se estabeleça no desmonte da escravização, a relação do trabalho com o fator racial permanece inalterada. Assim, as ex-escravizadas continuaram a ocupar os setores mais mal remunerados da sociedade.

Para a autora citada, essa ocupação do trabalho, que ofusca todos os outros aspectos

da vida das mulheres negras, não se encerra com o fim da escravização. Ele permanece delineando uma nova realidade para a vida dessas mulheres que serão inseridas majoritariamente no emprego doméstico. A categoria trabalho é fundamental para a análise de como se constituem os lugares de ocupação para a população negra, extremamente marginalizada após a escravização. É de se notar que, na estrutura patriarcal, o racismo é também um fator estruturante e ideológico das relações raciais, estabelecendo relações de poder entre dominados e dominantes. A divisão racial e sexual do trabalho doméstico permite constatar que as mulheres que ocupam esse lugar são negras devido às raízes coloniais deste trabalho.

Nesse sentido, a discussão acerca da realidade atividade laboral doméstica no Brasil não pode ser dissociada das questões de gênero, raça e classe, uma vez que os dados e o cotidiano das famílias brasileiras apontam que os membros desta esfera produtiva são, em sua grande maioria, mulheres negras e pobres, inseridas nessa realidade desde muito cedo. Telles, em sua obra, descreve que os escravos domésticos, especialmente nas áreas urbanas, misturavam-se com diversas camadas sociais: seus senhores, vizinhos, pequenos comerciantes e artesãos do bairro. As mulheres, em particular, circulavam com frequência pelas ruas e, dentro de casa, conviviam com as crianças. Algumas conseguiam se integrar à sociedade por meio do casamento, concubinato ou pela manumissão.

Marta Rodrigues, (2015) corroborando com esses fatos, pontua que essa categoria de trabalho carrega ao longo do tempo a herança de um passado escravista, agrupando assim, a discriminação de gênero, classe, e cor, ao eleger o papel específico da mulher negra na sociedade. Além disso, carrega os padrões estereotipados dos papéis estabelecidos pela escravidão, acarretando na naturalização das desigualdades que estão estabelecidas nas sociedades atuais. Para a autora, contar com os serviços de uma empregada doméstica para algumas famílias é sentir-se distante da pobreza, no passado o conceito de pobreza estava associado à sujeira, vícios e falta de moralidade.

No entanto, este foi o braço que sustentou o trabalho das mulheres de classe alta e, sobretudo média, permitindo que essas camadas pudessem desempenhar outras funções “menos domésticas”. A história da escravidão no Brasil aponta as condições necessárias para entendermos porque “a massa de trabalhadoras negras permanece como ‘linha de frente’ dos serviços domésticos, e que o fim da escravidão deixou uma ampla camada empobrecida e marginalizada” (RODRIGUES, 2015, p. 118). Dessa forma relações proprietários/escravos passaram a se refletir nas relações patrões/empregados, não possibilitando a inclusão social desses trabalhadores libertos e livres.

Ainda de acordo com a autora, não havia apenas a proximidade física das escravas com a família para quem trabalhavam não era o único fator em jogo. Elas ficavam, muitas vezes, sob a prática paternalista dessa sociedade, protegidas por seus senhores. Logo, estariam mais bem vestidas e poderiam ter uma alimentação diferente da comum dada aos cativos, apesar das posições hierárquicas claramente impostas entre proprietários e escravas.

Contudo, essa relação de intimidade é entendida como sentimento de posse que se manteve após a abolição da escravidão, pois no momento em que a “babá” (mucama/criada/ama seca) estava vinculada às crianças para fazer suas vontades, entrar em suas brincadeiras, pois, ao fazê-lo, ela era reafirmada como a propriedade de alguém. Dessa forma, submetidas a um quadro de condições degradantes de trabalho, no qual o assédio moral e, não raro, sexual, se fazia presente. Para Cristiane Silva, as mulheres negras continuaram a cuidar de todas as necessidades da casa de seus patrões e dos filhos destes, conforme já faziam enquanto escravas, desempenhando um papel de proteção e obediência diante deste, (SILVA, 2009).

As criadas, de um modo geral, eram submetidas a precárias condições de trabalho e jornadas exaustivas. Para Telles (2013), em um estudo realizado em São Paulo, as empregadas que desempenhavam as funções domésticas, apesar da rígida relação de hierarquia vivenciada no dia-a-dia, eram recompensadas com afeição e confiança — de acordo com as atividades que desempenhavam dentro ou fora da casa, ganhando, assim, mais ou menos “liberdade” no sentido de poder frequentar espaços longe do controle constante dos patrões —, e, ao mesmo tempo em que tinham proteção, exigiam obediência destas. Isso porque os patrões eram responsáveis por sanar as “necessidades básicas” das empregadas, como alimentação e moradia, possuindo assim, o controle sobre os seus atos e destino. Ou seja, as empregadas domésticas continuam vivendo sob condições similares, pois pouca coisa distinguia as mulheres livres das escravas.

Diante do exposto, é possível enxergar a relação de “dádiva” que o poder patronal impunha por meio dessa disponibilização de moradia, alimentação e doações, como substitutos de uma relação salarial de fato. Havia um contrato implícito, com interesses de ambas as partes, mas que obviamente evidenciava a situação de desigualdade e hierarquização de poder. Parece nítido que a relação de “dádiva” se vislumbra na permuta de proteção e afeição, em troca de obediência e lealdade. Dessa maneira, muitas empregadas acabavam por se identificar com as famílias às quais pertenciam, gerando uma relação de afeto, reproduzindo uma lógica de patriarcalismo e expostas a uma situação de vulnerabilidade, (TELLES, 2013).

Pode-se inferir diante dessas discussões que a relação entre a escravidão e o trabalho doméstico no Brasil não se encerrou com a abolição. O trabalho doméstico, historicamente realizado por mulheres negras, continua sendo, na atualidade, predominantemente associado à

classe trabalhadora negra, evidenciando a persistência das desigualdades de raça e gênero e embora legalmente desassociado da escravidão, permanece, em muitos aspectos, um espaço de exploração, com reflexos diretos das hierarquias e das estruturas de dominação que se consolidaram durante o período escravocrata.

Ricardo Rezende, ao discutir o trabalho doméstico na contemporaneidade, destaca que “o trabalho doméstico, apesar de não ser mais realizado sob o regime da escravidão, continua sendo associado a uma série de estigmas que remontam à sua origem histórica, quando as mulheres negras escravizadas eram forçadas a realizar essas tarefas dentro das casas das elites” (REZENDE, 2015, p. 167). O trabalho de cuidadoras, empregadas domésticas, cozinheiras e babás ainda reflete a divisão racial e de gênero, com mulheres negras ocupando os postos mais precarizados e com menor reconhecimento social e financeiro.

Lemos complementa essa visão ao afirmar que “o trabalho doméstico no Brasil contemporâneo carrega um lastro de invisibilidade e subordinação, perpetuando a segregação racial e as desigualdades históricas que surgiram com a escravidão” (LEMOS, 2003, p. 215). Embora o país tenha avançado em várias questões relacionadas aos direitos das trabalhadoras domésticas, a realidade ainda é de uma grande disparidade de salários, condições de trabalho e respeito à dignidade das profissionais. Em 2015, por exemplo, a PEC das Domésticas foi sancionada, garantindo direitos trabalhistas como jornada de trabalho, férias e 13º salário, mas a implementação desses direitos segue sendo desafiada por uma série de fatores estruturais, incluindo o estigma social que ainda envolve a profissão, pois continua sendo um reflexo de uma divisão de tarefas que remonta à escravidão. Em muitas famílias brasileiras, especialmente nas classes médias e altas, a presença de mulheres negras nas funções domésticas é vista como uma continuidade da “hierarquia de cuidado”, onde a mulher branca continua sendo a “gestora” do lar, enquanto a mulher negra permanece associada ao trabalho físico e invisível. Isso é resultado de uma construção social que, embora pareça ter mudado em sua forma, ainda reflete as desigualdades históricas estruturadas durante a escravidão.

A persistência desse modelo de exploração pode ser vista em muitos aspectos da sociedade contemporânea, a falta de valorização do trabalho, por exemplo, está ligada a um processo de racialização do mesmo, onde mulheres negras ocupam as posições mais baixas no mercado de trabalho, enquanto a classe média e as elites brancas continuam a ter acesso a serviços de cuidado e de limpeza realizados por essa mesma camada trabalhadora. Rezende observa que “a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil não representou uma ruptura, mas uma continuidade das condições de exploração, que são reproduzidas até hoje nas relações de trabalho doméstico” (REZENDE, 2015, p. 170).

A sociedade tende a valorizar mais os trabalhos “visíveis”, como os que se dão no mercado formal, enquanto desvaloriza e invisibiliza o trabalho que ocorre nos lares, essa desvalorização está profundamente conectada com a construção histórica das mulheres negras como "trabalhadoras naturais" para esses serviços, um estigma que persiste até hoje e se torna um desafio para sua desconstrução.

Predominantemente as mulheres negras no Brasil contemporâneo, ainda representam a maior parte da força de trabalho doméstico e continuam a enfrentar condições de extrema desigualdade. No entanto, o argumento central é que as mudanças nas leis e a crescente conscientização sobre os direitos dos trabalhadores não são suficientes para romper com as estruturas de dominação e invisibilidade que se originaram na escravidão. (REZENDE, 2015; LEMOS, 2003).

Passados mais de 137 anos da abolição da escravidão, diversas leis, convenções internacionais e até emendas constitucionais foram promulgadas, buscando tutelar o trabalho doméstico no país. Todavia, as referidas normas jurídicas sempre mantiveram significativas discrepâncias na regulamentação dos direitos desses profissionais, quando comparados aos direitos dos demais trabalhadores urbanos e rurais, sem que houvesse uma justificativa legal plausível para tanto. Por um longo período, o ordenamento jurídico brasileiro manteve-se inerte quanto à situação legal dos trabalhadores domésticos, deixando-os em situação de verdadeiro desamparo trabalhista, passando a ser regulamentada, de forma subsidiária, pelo Código Civil de 1916, o qual trazia previsão de locação de serviços em seus artigos 1216 a 1236 (BRASIL, 1916). Posteriormente, a regulamentação aparece no Decreto Lei nº 3.078 de 1941, Lei nº 5.859 de 1972, CF de 1988, EC nº 72/2013 e, por fim, a Lei Complementar nº 150 de 2015. Antes de algumas considerações sobre os esses dispositivos legais, vejamos um breve perfil do trabalho doméstico no Brasil.

Os dados da OIT, divulgados em março de 2024, apontam que as trabalhadoras domésticas representam grande parte da força de trabalho em condições de informalidade, e entre os principais grupos de trabalhadores vulneráveis e estima-se que se tenha mundialmente um número médio de 75,6 milhões desses profissionais atualmente. Deste número total, 55 milhões são mulheres, ou seja, 80% dos trabalhadores domésticos são do sexo feminino (OIT, 2024).

No Brasil, o quadro de feminização da profissão contempla aproximadamente 7 milhões de pessoas atuando entre trabalhadores formais e informais e, deste total, 92% são mulheres. Não é à toa que o país lidera o *ranking* de maior população de domésticas do mundo, com uma média de três trabalhadoras para cada 100 habitantes, o que corresponde a 14,6% dos

empregos formais das mulheres brasileira, (SILVA, 2022 apud WENTZEL, 2018).

O trabalho doméstico ocupa em média 18,1 horas semanal de uma mulher brasileira, sendo 73% de tempo desprendido em relação aos homens, que dedicam uma média de 10 horas semanais (PAINS, 2018). As pesquisas apontam, ainda, que todas “as mulheres realizam tarefas em casa, onde 71% delas não contam com qualquer ajuda masculina, e cerca de 60% afirmam que os maridos dão mais trabalho do que ajudam” em casa, (COSTA, 2014, p. 09).

Se há um contrassenso na proporção de gênero, a mesma disparidade se mantém no que se refere ao fator racial. Estima-se que as pessoas que declararam realizar trabalho doméstico e/ou de cuidados remunerados no Brasil, 69,9% são trabalhadoras negras. Isso corresponde a cerca de 3,7 milhões de mulheres negras nessa profissão, número duas vezes maior do que o de trabalhadoras brancas. Esses dados referem-se a um contingente de mulheres adultas, mas, quando analisamos o trabalho doméstico que se utiliza da exploração da mão de obra de crianças e adolescentes, o padrão da exploração perpassada por gênero, raça e classe se mantém. Segundo a OIT, 88,7% dos trabalhadores domésticos no Brasil são meninas na faixa etária de 10 e 17 anos, e deste total, 71% são negras (OIT, s.d.).

Em abril de 2024, a PNAD revelou que o Brasil possui 6,08 milhões de empregados domésticos, abrangendo funções como doméstica, jardineiro, motorista e mordomo, entre outras. Desses, 5,539 milhões são mulheres, o que representa 91,1% do total, enquanto os homens somam apenas 540 mil, correspondendo a 8,9%. Os dados também mostram que a maioria das trabalhadoras são mulheres negras, com média de 49 anos de idade. Outro dado preocupante é que apenas um terço delas possui carteira assinada e recebem em média um salário mínimo bruto.

A pesquisa destaca ainda que mais de 6 milhões desses profissionais ganham em torno de R\$ 1.146,00, abaixo de um salário mínimo, e grande parte desse grupo trabalha como diarista. As diaristas, segundo a pesquisa, enfrentam maiores dificuldades para garantir um salário mínimo mensal, e, são as mais afetadas em termos de remuneração e precarização no espaço de trabalho. A PNAD destaca também que o número de empregados domésticos no ano 2023 foi menor do que em 2019, quando havia 6,218 milhões de trabalhadores nessa função. No entanto, houve um aumento no número de diaristas, passando de 4,447 milhões em 2019 para 4,614 milhões em 2023. Além da redução no número de trabalhadores domésticos, também diminuiu a quantidade destes com carteira assinada, passando de 1,725 milhões no ano de 2019, para 1,422 milhões em 2023.

É importante salientar que, com base nos dados da PNAD, existem diferenças significativas nas relações de trabalho desses profissionais entre as regiões brasileiras. O perfil

da trabalhadora doméstica no Brasil, de forma geral, é o de uma mulher negra, com baixa escolaridade, oriunda de famílias de baixa renda, e que estão na profissão desde criança, ou adolescente, (BRASIL, 2023). Essa realidade se repete em grande parte do país, onde existem variações regionais e características específicas, mas a predominância de mulheres negras e pardas se sobressai nas regiões Sudeste e Nordeste brasileiro.

No Norte, embora a proporção de mulheres negras no trabalho doméstico seja alta, a região tem uma dinâmica distinta em relação à migração de pessoas para o Sul e Sudeste, onde esse trabalho é mais comum e melhor remunerado. O Sudeste é a região com maior número de trabalhadoras domésticas, com uma grande proporção de mulheres negras. Enquanto que o Sul é a região com menor concentração dessas profissionais, mas também apresenta uma alta proporção de mulheres negras nessa função. A região Centro- Oeste apresenta um perfil semelhante ao Sudeste, com a maioria delas sendo mulheres negras (CARVALHO; CAVENAGHI, 2019).

Porém, de todas as regiões, o Nordeste se destaca por existir uma alta taxa de informalidade no trabalho doméstico, com muitas trabalhadoras sem carteira assinada. As informações divulgadas pelo PNAD demonstram que, no Nordeste, 1,1 milhões de trabalhadoras domésticas estão na informalidade, dentre as quais 72,8% são mensalistas sem carteira assinada, que recebem em média R\$ 476,30. Os outros 27,2% recebem uma remuneração média de R\$ 536,06. Nesse sentido, detalharemos as características dessas mais de 1 milhão de trabalhadoras que experimentam uma precarização laboral no vínculo empregatício e nas remunerações, uma realidade que as deixam em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica.

Muitas dessas profissionais ficam expostas ao risco de serem dispensadas do trabalho, pois 83,2% vivenciam a ausência de direitos trabalhistas, sem acesso a algum tipo de indenização ou seguro-desemprego. Ou seja, sem obrigações trabalhistas, os empregadores não têm nenhum constrangimento monetário para dispensar suas trabalhadoras. Sobressaindo, portanto, a preocupação social ou moral do empregador diante da situação de sobrevivência da sua funcionária.

É importante saber quem são essas mulheres nordestinas e, sobretudo, quantas pessoas dependem de suas rendas, em quais idades possuem maior concentração, qual raça/cor e nível de escolaridade. Isso nos permite visualizar o perfil sociodemográfico dessas profissionais. Os dados divulgados pelo PNAD, o contingente de trabalhadores informais no Brasil aumentou de 38,2 milhões em 2022 para 39,4 milhões em 2023. No entanto, a taxa de informalidade apresentou uma leve queda, passando de 39,4% em 2022 para 39,2% em 2023, devido ao crescimento da população ocupada em setores formais, como o aumento de 5,8% no número de

empregados com carteira assinada no setor privado e 14,7% no número de ocupados sem carteira no setor público.

Tais resultados evidenciam a importância da renda dessas mulheres para suas famílias, que no Nordeste tem em média de 3,5 pessoas, e em sua maioria são famílias formadas por casal e filhos (66,5%). Essa estatística permite estimar o total de pessoas residentes na região que dependem da renda dessas profissionais. São cerca de 4 milhões de pessoas que vivem em domicílios onde a renda da trabalhadora doméstica informal contribui para sua sobrevivência.

Uma em cada três domésticas que trabalham na informalidade têm mais de 45 anos, idades em que as contratações com carteira assinada são mais difíceis, além do início de comorbidades como doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias e outras já são mais presentes. Nesse sentido, essas profissionais não são vulneráveis apenas economicamente, mas também nas condições de saúde. Como são pertencentes a classes sociais de menor poder aquisitivo, apresentam dificuldades de manter-se em constante cuidados de saúde. As condições físicas dos seus domicílios são mais precárias, em bairros periféricos, com alta densidade demográfica, escassez de postos de saúde e de infraestrutura básica, como coleta de lixo, saneamento, falta ou dificuldade de acesso a água potável.

Como visto, o trabalho doméstico é uma das ocupações que ainda carrega uma herança de relações sociais, culturais e econômicas remanescentes da escravidão, outra característica do trabalho doméstico no Nordeste brasileiro é a absorção de mulheres com baixa qualificação, com exceção do trabalhador doméstico em atividades de cuidados com a pessoa idosa, que tem exigido uma formação um pouco mais qualificada, os demais afazeres domésticos não exigem muita qualificação do empregado. Consequentemente, é histórica a baixa escolaridade das mulheres que se inserem nessa ocupação, sendo muitas vezes a única opção de trabalho por não terem tido oportunidades ou condições de acesso à educação.

Na região Nordeste, essa baixa qualificação é presente de forma significativa, uma vez que mais da metade das empregadas domésticas informais não tem instrução ou possui apenas o ensino fundamental incompleto. Assim, somente 20% tem o ensino médio completo. Essa realidade é um fator complicador para acessarem outros postos de trabalho, reforçando a imobilidade ocupacional e social diante da condição de vulnerabilidade social.

Cabe destacar que a concentração das trabalhadoras domésticas em idades mais avançadas reflete períodos da história do país em que a universalização do ensino fundamental ainda era uma realidade distante. A redução significativa de profissionais no grupo de 15 a 24 anos reflete parte das políticas públicas que induziram um maior acesso ao ensino básico, entre outras pelas condicionalidades dos programas de transferências de renda desenvolvidos e

ampliados durante a década de 2000.

Outro ponto em destaque diz respeito ao perfil etário das trabalhadoras. Na atualidade a média de idade das empregadas domésticas no Brasil é de aproximadamente 49 anos, conforme dados da PNAD. A categoria passa por um envelhecimento, alterando o perfil etário da trabalhadora doméstica do final da década de 90. Naquela época, as jovens de até 29 anos representavam 47% das domésticas, enquanto as mulheres na idade de 30 a 59 anos compunham metade da categoria.

Como apresentado, a categoria está envelhecendo, o percentual de domésticas adultas (entre 30 e 59 anos) em 20 anos passou de 50% para quase 80%, e o número de idosas na profissão também cresceu de 3% para 7% no período citado. Por outro lado, chama atenção a redução significativa no contingente de trabalhadoras domésticas jovens, na idade e período pesquisado com a redução de 46,9% para 13%.

Essa diminuição se dá principalmente porque as mais jovens têm se afastado dessa ocupação, o que pode ser em decorrência de diversos fatores, como o aumento no nível de escolaridade, a mudança na estrutura familiar e maior participação dessas jovens em outros mercados de trabalho, com melhores remunerações e direitos, que pode ter ocasionado a não necessidade de recorrerem ao trabalho doméstico para subsistência.

No tocante à renda média mensal das trabalhadoras, houve uma queda de R\$924,00 em 2019 para R\$876,00 em 2023, valor abaixo do salário mínimo na época, que era de R\$1045,00. Além disso, a média de horas trabalhadas, que é de 52 horas semanais, difere entre mulheres negras e não negras: na região Norte, por exemplo, enquanto uma trabalhadora negra tem uma jornada de 51 horas semanais, a de uma trabalhadora não negra é de 49 horas semanais.

Na categoria de trabalhadoras atuais, tem-se empregadas fixas, que trabalham 44h por semana na mesma casa, “faxineiras” ou diaristas, às quais é permitido o trabalho de até dois dias por semana, para que não se caracterize vínculo empregatício, desobrigando o contratante a alguns deveres, como assinar carteira. Porém, mesmo no caso das diaristas, muitas estão prestando serviços para a mesma família há anos e acabam se envolvendo com o cotidiano familiar, e por vezes, sabendo “segredos”, conversando com os membros da família e, nesse período, há um entrelaçamento e, ao mesmo tempo, uma separação entre o que se entende por obrigações, e por extensão das relações afetivas dentro da casa, que nem sempre ocorrem de maneira recíproca¹.

2.2 Lutas e conquistas de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil

¹ Todos os dados estatísticos apresentados nessa seção do texto foram extraídos do site: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho>.

No Brasil, durante um longo período, não existiu uma legislação específica para tratar do trabalho doméstico, geralmente regulado por leis destinadas à prestação de serviços em geral. De tal modo, consta que a primeira regulamentação do trabalho doméstico no país ocorreu em 1521, com as Ordenações Manuelinas. Tratava-se, ainda, de uma proteção tênue, que não embasava juridicamente e de forma cristalina os direitos dessa classe, mas que já previa que o empregado doméstico poderia ingressar com ação em face do seu empregador, segundo assevera Alice Barros (2011).

Em 13 de setembro de 1830, foi editada lei para regulamentar a prestação de serviços, a qual, segundo alguns estudiosos, compreenderia também o trabalho doméstico, considerando o caráter genérico deste. Ao longo dos anos, todavia, algumas legislações esparsas foram sendo editadas, como foi o caso da Resolução nº 62, de 21 de abril de 1886, publicado no Município de São Paulo e denominada de Código de Posturas, o qual regulou o modo como deveria ser desempenhado o serviço de criados (SÃO PAULO, 1886).

Segundo o referido código, o empregado deveria ser registrado na Secretaria de Polícia (art. 2º) e faria jus ao aviso prévio de cinco dias no caso de rescisão por iniciativa do empregador (§1º do art.15), e oito dias no caso de rescisão por iniciativa do empregado (art.13º). Trouxe a lei, ainda, previsão de rescisão por justa causa se o empregado ficasse incapaz em virtude de doença (§1º do art. 16), bem como se saísse deliberadamente do domicílio, em especial à noite (§6º do art.16).

A referida legislação trouxe também alguns avanços, tais como obrigação do patrão tratar bem o criado, respeitando a sua personalidade, honra e dignidade (§1º do art. 24), pagar-lhes os salários nos momentos de enfermidade passageira, bem como encaminhá-lo ao Hospital de Misericórdia, caso o criado não tivesse outra casa particular onde pudesse ser tratado (§ 2º do art. 24). Outro importante avanço que deve ser destacado na lei consiste na obrigação do patrono de conceder o tempo necessário ao criado para ouvir missa aos domingos e dias santificados (§3º do art. 24), demonstrando, portanto, a preocupação do legislador com o respeito à liberdade religiosa.

Atentando-se, todavia, à necessidade de se regulamentar especificamente o trabalho doméstico em âmbito nacional foi que, em 1891, ensaiou-se uma legislação para tratar a matéria em comento. Entretanto, o consultor Tristão de Alencar Araripe, em seu parecer, advogou pela inconstitucionalidade da regulamentação (FERRAZ, 2003). Nesse contexto, o trabalho doméstico brasileiro remanesceu, sobretudo, da incerteza social e jurídica. O Código Civil de 1916, Lei nº 3.071, de 1º de janeiro, por sua vez, representou importante marco histórico na

evolução legislativa do Brasil, tendo regulamentado as prestações de serviços em geral, sem, no entanto, fazer menção especial ao contrato dos domésticos, mas a esses se aplicando em virtude de ausência de outra norma que regulamentasse tais contratos de trabalho (BRASIL, 1916). Necessário se faz esclarecer que até o advento da promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943, o referido Código foi responsável por regulamentar todas as relações laborais, considerando que o Direito do Trabalho ainda não era considerado um ramo autônomo do ordenamento jurídico brasileiro. Já em 1923, houve a edição do Decreto nº 16.107, o qual aprovou o regulamento de locação dos serviços domésticos, segundo o qual:

Seriam considerados domésticos os cozinheiros e ajudantes, copeiros, arrumadores, lavadeiras, engomadeiras, jardineiros, hortelões, porteiros ou serventes, enceradores, amas-secas ou de leite, costureiras, damas de companhia e também, de um modo geral, todos quantos se empregassem para a prestação de outros serviços de natureza idêntica, em hotéis, restaurantes, casas de pasto, pensões, bares, escritórios, consultórios e casas particulares. (Brasil, art. 2º, 1923).

Ainda conforme o decreto citado, eram obrigações do locador de serviços tratar com moderação o prestador, respeitando-lhe a honra e a personalidade, bem como prestar-lhe assistência ou indenizá-lo no caso de acidente de trabalho (art. 24).

Todavia, foi apenas em 1941 que foi publicado o primeiro Decreto-Lei regulamentando especificamente o trabalho doméstico: o Decreto-Lei nº 3.078 de 27 de fevereiro de 1941. Segundo a norma, eram considerados domésticos todos aqueles que, de qualquer profissão ou mister, mediante remuneração, prestassem serviços em residências particulares ou a benefício destas (Brasil, art. 1º, 1941). O referido Decreto trouxe, ainda, uma série de avanços legislativos para o empregado doméstico, tais como obrigatoriedade do uso de carteira profissional, aviso prévio de oito dias para a parte que postulasse a rescisão, sob pena de pagamento de indenização, e possibilidade de rescindir o contrato por justa causa em caso de descumprimento das obrigações do empregador.

Paralelo a isso, Costa (2007) destaca que o movimento de organização política das trabalhadoras domésticas começou em Santos (SP), em 1936, principalmente por meio das ações de Laudelina de Campos Melo, fundadora da Associação profissional dos Empregados Domésticos de Santos. De acordo com o autor:

Explicitamente, esta pioneira organização das trabalhadoras domésticas tinha o objetivo de conquistar o status jurídico de sindicato, uma vez que este poderia negociar com o Estado o reconhecimento jurídico da categoria e, conseqüentemente, os direitos trabalhistas. Ou seja, neste momento tratava-se inquestionavelmente da reivindicação da igualdade jurídica perante as outras categorias trabalhistas, uma vez que a diferença

as inferiorizava. A exclusão das trabalhadoras domésticas, neste momento, não se restringia somente ao não direito à sindicalização, mas envolveria também a não regulamentação da profissão pela CLT, em 1943. (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 79).

Nesse contexto, pela primeira vez em 55 anos desde a abolição da escravidão no Brasil, houve uma regulamentação expressa do trabalho doméstico com a promulgação do Decreto-Lei nº 5.452, em 1º de maio de 1943. Esse decreto definiu como empregado doméstico todo aquele que, exercendo qualquer profissão ou função, mediante remuneração, preste serviços em residências particulares ou em benefício delas. A referida legislação trouxe alguns direitos ao trabalhador doméstico, como o direito à anotação do vínculo empregatício na Carteira de Trabalho e a garantia de aviso prévio de oito dias. Posteriormente, houve a unificação da legislação trabalhista brasileira por meio da CLT.

Nela, as relações de trabalho passaram a ter uma regulação pública mais consistente, visto que aglutinou as legislações esparsas até então existentes. Entretanto, apesar de visar evitar distinções entre categorias profissionais, a CLT acabou por excluir de sua tutela os trabalhadores domésticos, pois, no seu artigo 7º, especificou que:

Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinados em contrário, não se aplicam: a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. (BRASIL, 1988, art. 7º).

Percebe-se que, apesar de buscar sanar a precariedade das normas de proteção do trabalho no Brasil, a CLT acabou por não reconhecer juridicamente a disponibilização de todo um conjunto de direitos aos trabalhadores domésticos e, por conseguinte, reiterou a desvalorização desse ramo, afastando-o do seu âmbito de proteção social, ficando essa categoria segregada à margem dos preceitos consolidados na sociedade.

A discriminação perdura e, em 1949, a lei 605, que disciplinava sobre o descanso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, mais uma vez, deixou transparente a sua inaplicabilidade a essa categoria:

Art. 1º Todo empregado tem direito ao repouso semanal remunerado de vinte e quatro horas consecutivas, preferentemente aos domingos e, nos limites das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local. Art. 5º Esta lei não se aplica às seguintes pessoas: “a) aos empregados domésticos, assim considerados, de modo geral, os que prestem serviço de natureza não econômica e pessoa ou a família no âmbito residencial destas”. (grifamos).

Com isso, a prestação de serviço entendida como de natureza não econômica, que se refere ao fato de que os serviços prestados correspondem ao exercício de tarefas no âmbito doméstico e sob a direção de seus empregadores, não se admitindo sua aplicação para uma atividade econômica que tenha fins lucrativos, indica o motivo principal pelos quais os trabalhadores domésticos não foram abarcados pelo amparo legal. Havia a visão de que o trabalho doméstico não produzia riqueza para a economia do país, visto não existir uma produção lucrativa em sua prestação (BARROS, 2017).

Com o sentimento de luta e objetivando o amparo e conhecimento legal da categoria, o movimento das trabalhadoras domésticas em 1960 passou a ganhar força e a se espalhar pelo país, com diversas realizações de congressos e reuniões nacionais para debater questões de interesses e necessidades da categoria. Esse crescimento do movimento das trabalhadoras domésticas, segundo Barros, teve forte influência da Igreja Católica, através da JOC e do movimento negro e sindical na luta pela regulamentação profissional e pela conquista de direitos (BERNADINO-COSTA, 2007).

Nesse sentido, o primeiro Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas foi realizado em São Paulo, em 1968, e, até a década de 1980, as pautas desses congressos tinham como foco “o reconhecimento classista-profissional das trabalhadoras domésticas, onde diversas associações lançaram-se à campanha trabalhadora mora na sua própria casa, para romper com a concepção de membro da família” (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 85). Vê-se que, desde essa época, já havia a consciência de que essa questão do afeto era um obstáculo a ser superado para que se pudesse atingir uma consciência profissional da categoria, havendo campanhas desenvolvidas pelas associações de domésticas voltadas a incentivar as trabalhadoras a romperem os laços afetivos profundos com seus empregadores.

Por sua vez, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, embora tenha sido comemorada por muitos como importante conquista de direitos dos trabalhadores domésticos, os quais se encontravam totalmente desprotegidos pelo ordenamento vigente, ainda assim foi tímida em seus avanços (BRASIL, 1972). Embora as divergências tenham sido grandes, foi com o advento dessa Lei que o trabalho doméstico passou a ser, de fato, regulado e ter seus direitos melhor delimitados, assegurando o direito a registro de contrato de trabalho em carteira profissional e reconhecendo direitos previdenciários, incluindo a possibilidade de afastamento em caso de doença (FERRAZ, 2010).

Com efeito, a legislação em comento trouxe basicamente o direito de registro na CTPS, férias, sendo estas de apenas 20 dias úteis, e inclusão dos domésticos no sistema previdenciário. Ademais, de acordo com o artigo 1º da referida lei, era considerado doméstico apenas aquele

que prestasse serviço de natureza contínua, exigência esta que não era feita aos demais empregados, a teor do artigo 2º da CLT, que trazia como requisito para configuração do vínculo empregatício apenas a não eventualidade na prestação de serviços (BRASIL, 1972).

O movimento das trabalhadoras foi intensificado, em uma acepção mais política, no início da década de 80 até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, dispõe Costa (2007):

O período entre o 5º Congresso Nacional, em Recife, em 1985, e a promulgação da Constituição, em 1988, foi de intensa mobilização entre as trabalhadoras domésticas, com inúmeras visitas à Brasília, com o objetivo de pressionar os constituintes para estenderem alguns direitos à categoria. Após a Constituição e com a conquista de apenas alguns dos direitos historicamente demandados, a busca do pleno reconhecimento profissional ainda continuou sendo a tônica não mais das Associações, mas dos Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas, uma vez que o direito de sindicalização tinha sido conquistado. (Costa 2007, p. 87).

Assim, vê-se que a recente conquista da ampliação dos direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas é fruto de uma longa e muito intensa participação política de lideranças de associações e sindicatos na luta por um reconhecimento jurídico igualitário da categoria.

Já em 1984, foi publicada a Lei nº 7.195, que dispôs sobre a responsabilidade civil das agências de empregados domésticos. Segundo a referida lei, as agências especializadas na indicação de empregados domésticos eram civilmente responsáveis pelos atos ilícitos cometidos por estes no desempenho de suas atividades. Ademais, era obrigação da agência firmar compromisso com o empregador, a fim de reparar qualquer dano que viesse a ser praticado pelo empregado contratado, no período de um ano. Já em 1985, foi promulgada a Lei nº 7.418, posteriormente alterada pela Lei nº 7.619 de 1987, a qual, por sua vez, foi regulamentada pelo Decreto nº 95.247 de 1997, versando sobre a concessão de auxílio-transporte, reconhecendo esse direito, inclusive, aos domésticos².

Do arcabouço histórico analisado, depreende-se que os domésticos foram relegados à situação de limbo jurídico por considerável período, tendo-lhes sido concedidos alguns poucos direitos em legislações esparsas. Mesmo a Lei nº 5.859/72, que foi comemorada por muitos, pouco avançou, assegurando aos domésticos apenas algumas mínimas garantias, em situação de flagrante marginalização se comparados aos demais trabalhadores.

Embora a situação jurídica da classe tenha começado a mudar com a promulgação da CF de 1988, a qual assegurou diversos direitos à categoria profissional, isso não os equiparou

² Todas as referências normativas citadas neste parágrafo estão disponíveis na seção 7 — *Fontes*.

aos demais trabalhadores. Não bastasse os domésticos terem sido expressamente excluídos da CLT em 1943, remanescendo em situação de limbo jurídico por 29 anos até o surgimento da Lei nº 5.859 de 1972, foram novamente discriminados pela CF, a qual não os incluiu entre os trabalhadores urbanos e rurais destinatários dos direitos nela elencados.

Nesse sentido, as comemorações feitas em decorrência da extensão de direitos aos domésticos pela CF de 1988 devem ser analisadas com as devidas ressalvas. Com sua promulgação, a qual possui como fundamento a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, e como objetivo fundamental a promoção do bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, esperava-se que as desigualdades e omissões sofridas pelos domésticos fossem sanadas. Entretanto, o legislador constituinte, ainda imerso na cultura eminentemente escravocrata, perpetuou as injustiças sociais sofridas por essa classe, ao estabelecer expressamente um rol de direitos muito inferiores para os domésticos.

Assim, nas palavras de Ferraz e Rangel (2010), a Constituição apenas manteve o viés discriminatório já presente no ordenamento jurídico no que diz respeito à regulamentação do trabalho doméstico. Embora a promulgação da CF de 1988 tenha representado uma total mudança de paradigma na sociedade brasileira, elevando, inclusive, princípios e direitos fundamentais à condição de cláusulas pétreas, certo é que a Carta Magna concedeu de maneira seletiva apenas alguns direitos aos domésticos, desconsiderando diversos outros que poderiam e deveriam ter sido facilmente estendidos a estes profissionais (FERRAZ, 2010).

Nesse contexto, direitos como a limitação de jornada há 8 horas diárias e 44 horas semanais, adicional de horas extras de 50%, adicional noturno, bem como regulamentação do FGTS, e do seguro-desemprego, foram negados aos domésticos. Mostra-se, portanto, que dos trinta e quatro direitos trabalhistas, apenas nove foram concedidos à categoria. Dessa forma, a exclusão de tais direitos apenas contribuiu para a precarização e subvalorização dos domésticos, os quais sempre suportaram condições inadequadas de trabalho em decorrência da baixa proteção social a eles concedida.

Apesar da referida desigualdade, foi por meio da CF de 1988 que os trabalhadores domésticos passaram a ter direito a alguns direitos trabalhistas básicos, assegurados no artigo 7º, parágrafo único, a saber:

[...] são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como à Previdência Social.”, ou seja, direito ao salário mínimo e sua irredutibilidade, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, férias anuais, licença à gestante, licença-maternidade, aviso-prévio e aposentadoria. (BRASIL, 1988, art. 7º, parágrafo único).

Os referidos incisos correspondem, respectivamente, ao salário mínimo, irredutibilidade de salário, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, gozo de férias anuais, licença à gestante, licença-maternidade, aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço e à aposentadoria.

Cabe ressaltar, ainda, que durante os trabalhos na Assembleia Constituinte houve, de fato, a tentativa por parte de diversos parlamentares de estender aos trabalhadores domésticos a totalidade dos direitos e garantias concedidos aos demais empregados. No entanto, essas propostas foram modificadas sob a justificativa de inadequação ou incompatibilidade desses direitos com a natureza das funções desempenhadas (Ferraz, 2010, p. 8647). Por outro lado, segundo o autor, muitos parlamentares também se opuseram à concessão integral de direitos aos domésticos, argumentando a peculiaridade da profissão. Assim, apesar das críticas acima traçadas, a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi considerado um avanço jurídico para os trabalhadores domésticos no país.

Embora a Carta Magna traga inúmeros avanços nas relações trabalhistas, buscando promover a igualdade entre as categorias e inovar ao trazer algumas normas que regulam as relações de trabalho, tem-se que houve uma reafirmação da exclusão de direitos básicos prevista pela CLT, afastando o direito dos trabalhadores domésticos à limitação de jornada de trabalho, pagamento de horas extraordinárias, recolhimento obrigatório de FGTS e à concessão de seguro-desemprego, assegurando-se apenas alguns dos direitos previstos para os trabalhadores urbanos e rurais. Depois da Constituição de 1988, a Lei 5.859/72 sofreu várias alterações ampliando o rol de direitos daquela categoria de trabalhadores. Com isso, ao final dos anos 1990, e no início de 2000, intensificaram-se de novo os debates em torno do reconhecimento legal do trabalho doméstico no Brasil.

Nesse sentido, foi publicada a Lei 10.208/2001, que acrescentou o art. 3º-A à Lei 5.859/72, e tornou facultativa a inclusão dos domésticos ao FGTS, mediante requerimento do empregador, na forma do regulamento. A partir da referida lei, estabeleceu-se a possibilidade de ingresso do empregado doméstico ao FGTS e ao Seguro-desemprego, sendo tal adesão uma faculdade do empregador, o qual poderia ou não optar por tal inclusão, porém, uma vez incluído o empregado, este não poderia retornar à situação anterior. A referida norma também instituiu o seguro-desemprego para os domésticos incluídos no FGTS, em caso de demissão sem justa causa.

Pode-se citar, ainda, a Lei nº 11.324 de 19 de julho de 2006, que veio para alterar alguns dispositivos da já mencionada Lei nº 5.859/72, trazendo novos avanços à categoria das

empregadas domésticas, garantindo-lhes o direito de não sofrer descontos salariais por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia. Essa norma também assegurou ao doméstico o direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, com pagamento de, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais que o salário normal. Estendeu, ainda, à empregada doméstica gestante a proteção à dispensa arbitrária ou sem justa causa desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto. A Lei acima representou um importante avanço rumo à igualdade dos direitos dos trabalhadores domésticos, em especial às domésticas mulheres, em face da extensão à gestante da estabilidade provisória na gestação, sendo tal direito, em regra, até então negado pela jurisprudência pátria, considerando que este direito não estaria previsto aos domésticos no artigo 7º da CF.

Já em 2010, o então Deputado Federal Carlos Gomes Bezerra, do PMDB/MT, apresentou a proposta de Emenda Constitucional nº 478/2010, que buscava revogar o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, a fim de estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Todavia, esta proposta foi criticada por muitos que acreditavam que a redação sugerida poderia gerar uma equivocada interpretação de que estariam sendo revogados os direitos já assegurados aos domésticos (FERRAZ, 2010).

Cabe salientar que, no âmbito internacional, a OIT, atenta às reiteradas violações aos direitos humanos e fundamentais dos trabalhadores domésticos. E devido a isso, editou em 2011 a Convenção nº 189, que regulamentou direitos mínimos a tais empregados, buscando combater os abusos e discriminação sofridas por estes. Até 2021, a Convenção foi ratificada por 31 países, com destaque para a América Latina, com 16 ratificações. O Brasil, no entanto, só ratificou a referida Convenção em 2018, omitindo-se, mais uma vez, na concessão de direitos aos domésticos durante longos anos.

Diante desse contexto, e em meio a um clima de muita pressão internacional, mobilização da categoria acompanhado de movimentos sociais, sindicais e de outros grupos, finalmente, em 26 de março de 2013, a Proposta de Emenda à Constituição nº 66 de 14 de dezembro de 2012, popularmente conhecida como “PEC das Domésticas”, foi aprovada por unanimidade nas duas casas do Congresso Nacional, sendo promulgada em 3 de abril de 2013, um marco histórico na proteção e garantia de direitos dessa categoria. A proposta alterou a redação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal, e estabeleceu a igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os demais, tanto urbanos, quanto rurais no país. Essa norma deu redação ao parágrafo único do artigo 7º da Constituição, acrescentando:

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observadas a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XXV e XXVIII, bem como à sua integração à previdência social. (Brasil, 1988).

Como se pode observar por meio da referida emenda, estenderam-se aos empregados domésticos os direitos que, até então, só eram “privilégio” dos demais trabalhadores: os direitos à duração de trabalho normal, não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, irreduzibilidade salarial, salário-mínimo, seguro-desemprego, FGTS, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, salário-família, assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, em creches e pré-escolas e seguro contra acidentes de trabalho.

Registre-se, todavia, que alguns direitos, como piso salarial, jornada de seis horas para labor em turnos ininterruptos de revezamento, bem como adicional de insalubridade e periculosidade, continuaram excluídos do rol de direitos dos domésticos, sob a premissa de sua peculiaridade. Diante do que foi exposto, é possível mensurar o grande progresso que o advento da Emenda Constitucional nº 72 de 2013 representou para as trabalhadoras domésticas, principalmente no que tange ao seu reconhecimento jurídico, assegurando diversos direitos até então não previstos para a categoria, buscando, assim, corrigir décadas de desigualdade.

Por outro lado, cumpre salientar que a sua aprovação também trouxe controvérsias, inseguranças, resistências e longos debates acerca dos aumentos de custos, desemprego, informalidade e migração para a categoria das chamadas “diaristas”. O trabalho doméstico possui uma especificidade que o diferencia dos outros, uma vez que é desenvolvido em um ambiente privado, sendo as famílias os empregadores. Os contratantes supracitados argumentam que não se configuram empresas, o que enfraqueceu o debate acerca da PEC na época de sua promulgação e resultou em uma grande resistência por parte da sociedade brasileira.

Vários argumentos surgiram por parte dos grupos contrários à aprovação, como o encarecimento dos custos de contratação, as dúvidas em como proceder em relação à asseguaração dos direitos e a necessidade de dispor de um profissional habilitado, como um contador, para auxiliar os empregadores durante a contratação.

No que tange ao aumento dos custos, o IPEA argumenta que:

O debate sobre a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas tem encontrado certa resistência no espaço da sociedade e também na esfera governamental com base

num possível aumento do custo do trabalho doméstico para empregadores/as e também para as contas públicas. Em estreita articulação com ideias divulgadas recentemente na mídia e que dão conta do fim do trabalho doméstico, renasce um discurso que desenha um cenário de crise: ao maior custo do trabalho doméstico relacionado à redução da oferta, soma-se ainda um maior custo relacionado à ampliação dos direitos trabalhistas. Com isso, argumenta-se, os resultados serão maior desemprego e ainda mais informalidade para a categoria. (IPEA, 2012, p. 05).

Nesse sentido, abrangendo uma reflexão acerca dos impactos que as relações entre patrões e empregadas acarretam na efetivação dos direitos das domésticas através, também, do ponto de vista econômico. Sobre isso, Christiane Nunes dispõe que:

[...]. Há um abismo que separa o que está prescrito na esfera do direito e o que se apresenta na realidade das relações de trabalho dos serviços domésticos. [...] Algumas vozes da sociedade brasileira, ligadas aos interesses de empregadores e se utilizando de diversos meios de comunicação de massa, têm se posicionado contrárias à ampliação dos direitos das empregadas domésticas, afirmando que tal ampliação de direitos, ao aumentar o custo de contratação, acarretaria o desemprego em massa desta categoria. (Nunes, 2013, p. 586).

Em seu entendimento, entretanto, a autora defende que esses obstáculos para uma real apropriação dos direitos adquiridos pelas domésticas “têm mais a ver com os valores presentes nas relações de trabalho dos serviços domésticos do que com a indisponibilidade financeira de se arcar com tais custos” (Nunes, 2013, p. 586). E analisando essa ampliação e equiparação dos direitos dos trabalhadores domésticos, bem como das lutas e pressões para sua efetivação, a autora defende a ideia de que “para que a opção do desenvolvimento atual possa gerar os resultados esperados, é essencial que as trabalhadoras domésticas se tornem sujeito de direito e não somente objeto das políticas” (NUNES, 2013, p. 587).

Assim, embora seja perceptível alguns avanços na legislação trabalhista, a não equiparação total dos direitos para categoria das trabalhadoras domésticas culminou por reafirmar e fortalecer a desigualdade e discriminação existente no que se refere ao trabalho doméstico. Portanto, a segregação legislativa é indiscutível, e o emprego doméstico foi expressamente classificado como um trabalho de categoria inferior durante muitos anos. A CLT se valeu de uma característica peculiar ao trabalho doméstico, qual seja, a da não-lucratividade dos serviços prestados, como um meio de justificar a sua exclusão jurídica, como já citado anteriormente. Demonstra-se claramente a projeção da escravidão nesse momento histórico, ratificando o argumento apresentado acima, de muitos ex-escravos tornaram-se “servos” domésticos.

Vale salientar que a promulgação da EC nº 72/2013 foi fortemente influenciada pelo

cenário político internacional, o qual havia há apenas dois anos atrás, em 2011, aprovado a Convenção nº 189 sobre as normas mínimas aplicáveis ao trabalho doméstico. Ademais, conforme Ferraz (2010), embora a EC nº 72/2013 tenha, em tese, enunciado em seu texto a equiparação de direitos antes conferidos apenas aos trabalhadores urbanos e rurais aos demais trabalhadores domésticos, na prática, conferiu-se uma igualdade ainda desigual. No caso, como pontua a autora, apenas a edição de leis protetoras não é capaz, por si só, de “efetivar os direitos dos domésticos, sobretudo em face da realidade brasileira, que tende a mitigar ou até mesmo negar os direitos trabalhistas, inclusive os já garantidos” (FERRAZ, 2010, p. 8652).

Além disso, essa EC sofreu dificuldade de aceitação pela sociedade civil, ainda que sequer tenha equiparado integralmente os direitos dos domésticos aos direitos já assegurados há décadas aos demais trabalhadores, ratificando, assim, o retrato de um ordenamento jurídico omissivo e desigual, decorrente de anseios de uma sociedade ainda com uma mentalidade patriarcal e escravocrata. Todavia, não se pode negar que em uma sociedade ainda marcada por fortes resquícios escravocratas, a extensão de uma gama de direitos aos domésticos representou significativa ruptura do abismo existente entre estes empregados e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

Nesse sentido, a EC nº 72/2013 passou a assegurar dezesseis novos direitos aos domésticos, sendo eles: 1 - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; 2 - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; 3 - duração do trabalho normal, não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; 4 - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; 5 - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; 6 - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; 7 - proibição de distinção de diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; 8 - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; 9 - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; 10 - proteção contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa; 11 - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; 12 - FGTS; 13 - remuneração de trabalho noturno superior à do diurno; 14 - salário-família para o dependente do trabalhador de baixa renda; 15 - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os cinco anos em creches em pré-escolas; 16 - seguro contra acidentes de trabalho a cargo do empregador.

Dos dezesseis direitos mencionados, nove possuíam eficácia plena, enquanto os sete restantes apresentavam eficácia limitada, dependendo de regulamentação por meio de legislação complementar. Considerando-se, ainda, que a Lei nº 5.859/1972, então vigente sobre o trabalho doméstico, já se encontrava defasada, o senador Romero Jucá apresentou, em 6 de junho de 2013, o Projeto de Lei nº 224/2013, com o objetivo de atualizar e regulamentar os novos direitos assegurados à categoria (BRASIL, 2013).

O referido Projeto de Lei Complementar estabelecia as principais diretrizes para o contrato de trabalho doméstico, regulamentando temas como a duração da jornada, os regimes de compensação e tempo parcial, a contratação por prazo determinado e o contrato de experiência. Também previa a possibilidade de acordo entre empregador e empregado para definir o horário de trabalho, bem como dispunha sobre os intervalos para repouso e alimentação, a remuneração do trabalho noturno, o descanso semanal remunerado, as férias anuais com abono pecuniário e a inclusão previdenciária dos trabalhadores domésticos (FERRAZ, 2010).

Nesse contexto, após discussões em ambas as Casas, e tendo sido procedidas diversas alterações, o Projeto de Lei nº 224/2013 foi finalmente aprovado e publicado no Diário em 2 de junho 2015, passando a ser denominada LC nº 150/2015, com a seguinte Ementa:

Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; Revoga o inciso I do art.3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art.36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art.12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; e Dá outras providências. (Brasil, 2015, s./p.).

A LC passou a regulamentar o trabalho doméstico, legislando especialmente sobre os direitos assegurados na EC nº 72/2013. O texto normativo é composto de 47 artigos, os quais foram divididos em 5 capítulos, a saber: Contrato de Trabalho Doméstico, Simples Doméstico, Legislação Previdenciária e Tributária, Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregados Domésticos e das Disposições Gerais (Brasil, 2015).

Por meio da promulgação da LC em questão, os direitos trabalhistas constitucionalmente assegurados passaram a ser regulamentados de forma detalhada, facilitando sua exigência e aplicação, especialmente em relação aos direitos que, embora garantidos pela EC nº 72/2013, dependiam de norma suplementar. Esses direitos incluem: seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário, obrigatoriedade do FGTS, remuneração superior para o trabalho noturno em comparação ao diurno, salário-família,

assistência gratuita aos filhos e dependentes de até 05 anos de idade em creches e pré-escolas, e seguro contra acidentes de trabalho.

Ademais, foi a partir da LC nº 150/2015 que diversas controvérsias foram resolvidas, como: definição da idade mínima para a contratação de empregados domésticos, critérios para a aferição da continuidade do trabalho, possibilidade de contratação de empregado doméstico por prazo determinado, e estabelecimento de um prazo prescricional idêntico ao dos demais empregados (FERRAZ, 2010).

Sobre a referida lei, o autor ainda esclarece que ela foi além de simplesmente regulamentar os direitos assegurados pela EC nº 72/2013, criou de fato, “um microsistema jurídico de regulação e proteção do trabalho doméstico no Brasil” (FERRAZ, 2010, p. 8662). O trabalho doméstico, conforme normatizado no artigo 1º dela, é assim definido: empregado doméstico é aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa, pessoal e com finalidade não lucrativa à pessoa ou família, no âmbito residencial destas, por mais de dois dias por semana, sendo aplicável o disposto na Lei.

Porém, para Jorge Neto, a doutrina conceitua o empregado doméstico como “quem presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa, mediante salário e de forma subordinada à pessoa natural ou à família no âmbito residencial” (Jorge Neto, 2019, p. 1315). Observa-se, portanto, que o legislador infraconstitucional estabeleceu como requisitos para a configuração do vínculo empregatício doméstico, além da subordinação, onerosidade e pessoalidade (exigidos para os demais empregados, conforme CLT), a continuidade (sendo esta de, mais de dois dias na semana), finalidade não lucrativa, bem como a prestação de serviços a empregador pessoa física, ou família, no âmbito residencial destas. Nesse contexto, tem-se, além dos requisitos normalmente exigidos para a configuração do vínculo empregatício comum, a exigência de mais quatro requisitos.

Vale destacar que o parágrafo único do referido artigo estabelece que é proibida a contratação de menores de 18 anos para o desempenho de trabalho doméstico, em conformidade com a Convenção nº 182 de 1999 da OIT. Essa disposição encerra uma antiga controvérsia sobre a idade mínima para empregados dessa categoria, já que, até então, parte da doutrina defendia a idade mínima de 16 anos, com base no artigo 7º da CF, que fixa essa idade para o trabalho em geral.

Quanto aos demais requisitos exigidos, Henrique Cavalcante adverte sobre a impossibilidade de o empregado doméstico prestar serviços para pessoa jurídica, mesmo que esta não tenha finalidade lucrativa, como comunidades religiosas e condomínios. No entanto, é admissível a prestação de serviços em favor de famílias unipessoais, monoparentais, ou mesmo

para repúblicas estudantis. As atividades devem ser prestadas, ainda, no âmbito residencial, sendo considerada como residência não apenas o domicílio da pessoa ou família, mas também a casa de praia ou de campo, desde que tenham finalidade puramente recreativa e não envolvam o desenvolvimento de atividades com fins lucrativos (Cavalcante, 2019).

O autor também faz uma importante advertência em relação às atividades exercidas pelos trabalhadores domésticos, que não se limitam apenas aos serviços de limpeza ou cozinha. Podem incluir serviços prestados por profissionais de saúde ou até mesmo por professores, desde que suas atividades sejam desenvolvidas no âmbito residencial, para uma pessoa ou família, sem finalidade lucrativa e de forma contínua (CAVALCANTE, 2019).

Quanto ao requisito da continuidade, a Lei Complementar nº 150/2015 estabeleceu a necessidade de labor por período superior a dois dias por semana, pondo fim a antiga controvérsia existente acerca do período mínimo exigido para se caracterizar o vínculo empregatício do doméstico, considerando que, embora a Lei nº 5.859/1972 também exigisse tal requisito, nada esclarecia acerca da quantidade de dias necessários para tanto.

Observa-se que o intuito do legislador infraconstitucional foi o de excluir toda e qualquer interpretação que pudesse aplicar a legislação em questão às chamadas “diaristas”, isentando-as de proteção jurídica. Essa exclusão é extremamente discriminatória e desigual em relação aos demais trabalhadores, considerando que, no caso destes, a CLT exige apenas a não-eventualidade.

De fato, ao estabelecer o critério objetivo de trabalho superior a dois dias na semana para caracterizar o empregado doméstico, o legislador apenas fomentou ainda mais o labor informal dessas profissionais, relegando-as à própria sorte. Como “autônomas”, ficam desprovidas de uma gama de direitos trabalhistas e previdenciários. Assim, o legislador infraconstitucional criou um verdadeiro “monstro jurídico” ao aproximar os empregados domésticos (aqueles que trabalham com continuidade superior a dois dias na semana) dos demais empregados urbanos e rurais, enquanto deixou sem qualquer proteção os trabalhadores que, embora exerçam atividades no domicílio, o fazem em quantidade igual ou inferior a dois dias na semana (CAVALCANTE, 2019). A verdade é que, tanto a jurisprudência quanto a legislação pátria sempre trataram e continuaram a tratar os domésticos como trabalhadores de segunda classe, mesmo após a publicação da Lei nº 150/2015.

No Brasil, as conquistas trabalhistas mais relevantes contraditoriamente não vieram com a Constituição de 1988, mas somente após a Emenda Constitucional nº 72/2013. No entanto, a equiparação legal dos direitos despertou o interesse e levou ao surgimento de debates por parte de diversos estudiosos acerca do tema, o que resultou em significativa repercussão.

Logo, muitos desses direitos não tinham aplicação imediata, carecendo da elaboração e promulgação da Lei Complementar nº 150, que buscou regulamentar o contrato de trabalho doméstico, em especial os direitos contidos no artigo 7º da Constituição que não possuíam aplicabilidade imediata.

Depreende-se, todavia, que a referida legislação manteve significativas discrepâncias na regulamentação dos direitos dos domésticos, se comparadas à regulamentação dos direitos dos demais trabalhadores urbanos e rurais, especialmente ao exigir necessidade de labor em mais de dois dias na semana para se configurar o vínculo empregatício, exigência esta que não é feita aos demais trabalhadores. Apresenta ainda, outras gritantes divergências quanto à concessão de férias aos domésticos que se enquadram em regime de tempo parcial, bem como possibilidade de labor extra para os trabalhadores que laboram no referido regime, dentre outras inconsistências, sem que haja justificativa legal plausível para tanto, confirmando, apenas, as raízes escravocratas que ainda permeiam o sistema jurídico brasileiro. Por consequência, a herança dessa história de subvalorização influenciou no retardamento da elaboração de uma legislação mais protecionista, tal qual à dispensada aos demais trabalhadores urbanos e rurais, de forma a garantir-lhes os direitos mais básicos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

Os direitos trabalhistas hoje consolidados são resultados de muitas lutas sociais gerais, como também de classes específicas. No que tange ao empregado doméstico, as conquistas de direitos e o reconhecimento social do seu trabalho também não foram diferentes. Configurando-se uma das ocupações mais antigas e importantes, a origem dessa categoria está umbilicalmente entrelaçada à história da escravidão, do colonialismo e de outras espécies de servidão, fato que contribuiu — e ainda contribui — sobremaneira para a desvalorização desse serviço, sobreposto patriarcalmente às mulheres e, muitas vezes, às crianças.

Percebe-se, assim, que as alterações ocorridas na legislação trabalhista brasileira, com o advento da Emenda Constitucional nº 72, de 2013 e da Lei Complementar nº 150, de 2015, conforme já mencionado, representam um reconhecimento — embora tardio — da condição de cidadania social, assegurando-lhes uma série de direitos que, apesar de previstos na Constituição e na CLT, não lhes estavam inteiramente garantidos. Longo foi o processo de lutas e pequenas conquistas até chegar a esse reconhecimento jurídico e, ainda hoje, mesmo com os mais recentes avanços da legislação trabalhista, deparamo-nos com situações de resistência que reforçam a desigualdade das relações.

São mais de 85 anos de luta pela busca de direitos e pela garantia daqueles já conquistados. A precarização e o desrespeito à categoria continuam a ser comuns, mesmo com

conquistas importantes, como a PEC das Domésticas. Diariamente, são frequentes as notícias sobre violações de direitos dessa categoria, como o caso da primeira vítima de Covid- 19 no Brasil, uma doméstica infectada por sua patroa no Rio de Janeiro (OXFAM BRASIL, 2020), e a morte do menino Miguel em Recife (BBC NEWS BRASIL, 2020). De acordo com a FENATRAD, com base em dados do Ministério do Trabalho e da Previdência, entre os anos de 2017 e 2021, foram resgatadas 38 trabalhadoras domésticas em condições análogas à escravidão no Brasil (FENATRAD, 2022). Essas situações chamam atenção e reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes, que sejam capazes de assegurar e proteger as trabalhadoras domésticas brasileiras.

3 DO POVOADO BARRO PRETO À CAPITAL: MEMÓRIAS, MIGRAÇÕES, RELAÇÕES DE TRABALHO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Essa história começa em 1976, ano do meu nascimento, em um povoado chamado Barro Preto, e depois mudando para o povoado Bonfim, no município da cidade de Barras, no Piauí. Considero necessário me apresentar enquanto pesquisadora e tratar de quem sou, e do meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017).

Quando me refiro a esse termo, utilizo-o com o objetivo de demonstrar de qual posição social eu falo, e a partir de qual situação estou inserida na estrutura social do poder vigente. Enquanto mulher pobre, descendente de trabalhadores rurais, pertencente à classe trabalhadora, encontro-me em uma posição dissidente em relação àqueles que compõem o meio acadêmico brasileiro. Essa condição me possibilitou vivências sociais que estarão intrínsecas nesta pesquisa.

Sou filha de mãe solteira, trabalhadora rural, neta de avós maternos também trabalhadores rurais. O homem que me concebeu junto com minha mãe, não faz parte da minha história. Aliás, ele se fez ausente ao não me registrar como filha, apesar de morar a apenas 500 metros da nossa casa. Essa ausência trouxe muitas consequências ruins, que não consigo externalizar. Infelizmente, apesar de ser pai biológico, não tem nenhum significado em minha vida.

Sou a primeira pessoa da minha família a me graduar em qualquer instituição, seja pública ou privada, e a primeira a cursar um mestrado. A partir das oportunidades que consegui, outras pessoas da família também ingressaram na universidade e concluíram o ensino superior. Nunca tive incentivo aos estudos, tanto pela falta de oportunidade, quanto pela necessidade de trabalhar desde criança na roça, ou quebrando coco babaçu com minhas irmãs e nossa avó. Minha mãe morava sozinha conosco, seus filhos, e não contávamos com recursos financeiros — éramos muito pobres. Estudar estava distante dos nossos desejos, tanto pela falta de oportunidades, quanto pela localização da escola, que ficava a quase 15 km de casa.

3.1 O Povoado Barro Preto e a figura do grande latifundiário

O povoado Barro Preto está situado na zona rural, a 35 km da cidade de Barras. Faz divisa com os povoados Mocambo, Bomfim e Segredo. Barras é um município brasileiro localizado no interior do estado do Piauí, na região Nordeste do país. Situa-se no Baixo Parnaíba Piauiense, com uma extensão territorial de 1.722,508 km², estando a 120 km ao norte de

Teresina, a capital do estado.

A cidade de Barras foi fundada em meados do século XVIII pelo coronel baiano Miguel Carvalho de Aguiar, que iniciou a construção da primeira capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade. Quanto ao nome da fazenda primitiva que deu origem ao município, um documento datado de 16 de novembro de 1762 refere-se à Fazenda das Barras, com mais de quatro léguas de terras, e não à Fazenda Buritizinho, como popularmente divulgado na região (LIMA, 2020).

É provável que Buritizinho não tenha sido a fazenda primitiva que originou o município. Pela Lei nº 127, de 24 de setembro de 1841, Barras foi elevada à categoria de vila, sendo oficialmente instalada em 9 de abril de 1842, gozando de plena independência administrativa (REGO FILHO, 2007). Portanto, foi emancipada na forma da lei, desmembrando-se do município de Campo Maior, Piauí.

Historicamente, a cidade foi governada por ricos fazendeiros provenientes de outros municípios e estados. Inclui-se nessa lista o primeiro de todos os intendentess ou prefeitos, José Antônio Rodrigues (conhecido como Cazuza), dono de terras natural do estado do Maranhão. Ele foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Barras-PI (1842 a 1845), sendo eleito em 1842 e reeleito em 1845 (GONÇALVES, 2017). Naquela época, o presidente da Câmara de Vereadores possuía atribuições equivalentes às de um prefeito. A cidade é conhecida também como "terra dos governadores", por ser o berço do maior número de governadores do Piauí, além de Pernambuco e Amazonas, totalizando nove governadores nascidos em Barras.

Atualmente, de acordo com dados do IBGE, a população da cidade naquele ano estava estimada em torno de 47.938 habitantes, com uma densidade demográfica de 27,83 habitantes por quilômetro quadrado. Barras é o sexto maior município do Piauí e o segundo da microrregião, atrás apenas de Piripiri. Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 10.520,51, tornando-se o décimo terceiro município mais rico do Piauí. A taxa de urbanização era de 49,33%, e 23,6% dos domicílios possuíam esgotamento sanitário adequado. No que se refere à educação, o IBGE não apresenta dados atualizados, mas faz referência ao censo de 2010, quando a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos era de 97,5% (IBGE, 2022). Em 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública foi de 5,6, e para os anos finais, 4,6.

O comércio em Barras é diversificado e descentralizado, com a região central como principal polo comercial da cidade. Existem diversas lojas de rede regional, como o Comercial Carvalho, Armazém Paraíba e Macavi. Nas avenidas que circundam o perímetro urbano, é perceptível a presença de estabelecimentos de alimentos, materiais de construção e serviços automotivos.

Os bairros barrenses possuem estruturas de baixa ou média complexidade no comércio. Barras é considerada uma cidade-polo para pelo menos sete municípios vizinhos (Cabeceiras do Piauí, Boa Hora, Batalha, Matias Olímpio, Campo Largo do Piauí, Porto e Nossa Senhora dos Remédios), configurando-se como um centro atacadista de alimentos e serviços (REGO FILHO, 2007).

A região, como muitas outras do Brasil, foi historicamente caracterizada por uma estrutura fundiária extremamente concentrada, onde grandes propriedades de terra dominaram a paisagem. Esse modelo agrário gerou desigualdade e tensões sociais, que se acentuaram com a crescente pressão pela redistribuição de terras, especialmente a partir da década de 1980. Nos anos 90, a reforma agrária ganhou maior destaque no município, impulsionada pela luta dos trabalhadores rurais organizados em sindicatos e movimentos sociais, como a CPT e a FETAG. Os primeiros assentamentos do município surgiram na década de 1990, principalmente após o governo federal ter intensificado a implementação de políticas de reforma agrária. Barras, que tinha uma alta concentração de terras de grandes proprietários, foi uma das regiões com maior número de desapropriações no estado (ROCHA, 2015).

Essas desapropriações ocorreram em áreas de grande disputa entre posseiros, trabalhadores rurais e grandes fazendeiros. A reforma agrária, muitas vezes, não foi pacífica, pois envolveu confrontos violentos. A luta por terras gerou intensos conflitos agrários, como os casos que ocorreram nas décadas de 1990 e 2000, nas propriedades do Barro Preto, Baixa Fria e Canto Fundo Marimbondo, onde milhares de famílias se envolveram em disputas por territórios que se tornaram assentamentos.

Embora a criação de assentamentos tenha sido uma conquista importante para muitos trabalhadores rurais, Costa (2010) destaca que essas áreas ainda enfrentaram dificuldades significativas. Um dos maiores desafios é a falta de infraestrutura adequada neles, como escolas, postos de saúde e outras condições básicas de vida. Além disso, mesmo nas terras conquistadas, muitos assentados ainda enfrentavam dificuldades para produzir de forma sustentável. Muitos não tinham a capacitação necessária para lidar com os projetos agrícolas e acabavam enfrentando sérias dificuldades financeiras.

A estrutura de poder local e a presença de grandes latifúndios ainda se faziam sentir, e a resistência dos grandes proprietários a mudanças nas leis de reforma agrária foi um obstáculo contínuo. Muitas terras expropriadas, inicialmente destinadas à reforma agrária, acabaram sendo adquiridas por grandes proprietários através de práticas escusas, com o apoio de um sistema político local favorável a seus interesses. Assim, a reforma agrária não conseguiu erradicar completamente a desigualdade na distribuição de terras, e a pobreza no campo

persistiu, levando muitos trabalhadores a migrarem em busca de melhores condições.

A luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores rurais continuou a ser um desafio constante, com uma persistente estrutura aristocrática que ainda domina o campo e perpetua as desigualdades. A migração, como alternativa de sobrevivência para muitos, continua a ser uma resposta à falta de perspectivas no campo, reforçando o ciclo de deslocamento entre Barras e outras regiões do Brasil.

No entanto, a Barras de outrora, sobretudo nas décadas de 1970, 1980 e 1990, não apresentava desenvolvimento significativo. A população era majoritariamente concentrada em áreas rurais, a saúde pública era muito precária e havia poucas escolas no município, o que contribuiu para a alta taxa de pessoas não alfabetizadas. As famílias com melhores condições financeiras enviavam seus filhos para estudar na capital Teresina, ou em outros estados, como Pernambuco, Bahia e Ceará, as menos favorecidas economicamente eram obrigadas a deixar os filhos estudando nas precárias escolas do município, ou sem frequentar a escola. Assim como em grande parte dos municípios nordestinos da época, ainda persistia a figura do coronel — grandes fazendeiros que possuíam vastos latifúndios e detinham poder e influência sobre os moradores e comerciantes locais (REGO FILHO, 2007).

Fortunato (2000) destaca que o coronelismo em Barras foi uma prática bastante presente e perdurou por muito tempo, até que seus principais líderes e praticantes “caíram” devido à velhice ou à falta de interesse dos herdeiros em dar continuidade ao legado dos pais. Muitos desses herdeiros foram para a capital estudar e se formar como “doutores”. A quebra do sistema oligárquico ocorreu entre os anos 1970 e 1990, com o surgimento de novas figuras políticas no município.

Todavia, o coronel aqui referido não era, necessariamente, alguém com patente militar, mas sim um grande proprietário de terras, que exercia significativa influência política sobre os moradores. Essa influência derivava do fato de muitas pessoas viverem de favores, ou como agregados em suas terras, o que as fazia acreditar que deviam obediência a ele, tornando-se seus subordinados. Por essa razão, era comum a prática da troca de favores, assim como, o apadrinhamento dos filhos dos trabalhadores.

Sobre a origem do termo coronelismo Cichocki descreve que:

O termo coronelismo tem sua origem no século passado, quando os grandes proprietários recebiam esse título da guarda nacional, que foi criada em 18 de agosto de 1831. Com o passar do tempo, essa denominação passou a designar aqueles como poder político em suas regiões. Os coronéis detinham em suas mãos o poder de controlar a vida de todas as pessoas que viviam em seus respectivos municípios. Eles tinham um poder de mando muito grande e representavam a liderança primária em um

município, qualquer que fosse o chefe municipal. (CICHOCKI, 2012, p. 11).

Percebe-se, com base na autora citada, que o coronelismo foi uma prática comum no Brasil durante a República Velha, permitindo o fortalecimento das oligarquias, bem como a opressão da população por meio da força dos coronéis. O coronelismo se desenvolveu ao longo do século XIX, nas cidades, mas principalmente nas áreas rurais, resultando em atraso, desigualdade e precariedade para a população local.

Nesse sentido, destaca-se a figura do coronel vamos chamá-lo de “cavaleiro branco”, por que (era um homem branco, que andava em um cavalo branco e usava chapéu da mesma cor), um dos mais influentes “coronéis” do município de Barras, e mais ativos na política local, além de importante comerciante da região. A família do “cavaleiro branco”, ainda é uma das mais tradicionais na história de Barras. Na região do Barro Preto, era o chefe dessa estrutura familiar entre os anos 1950 e 1990. Ele era descendente e herdeiro de grandes proprietários de terras, e, recebeu as terras do Barro Preto como herança dos pais. O mesmo foi casado com uma de suas primas, sua prima. O casal teve 24 filhos, e viveram juntos até a morte dele. Sua residência ficava no entroncamento das localidades Bomfim e Barro Preto, funcionando como uma divisa de limites entre os povoados.

Lembro-me bem dele: um homem alto, branco, de olhos verdes, que andava sempre com um chapéu branco na cabeça, montado em um cavalo da mesma cor — sua marca registrada. Quando ele passava pela vereda ao lado de nossa casa, eu não gostava, pois naquela época só morava mulheres em casa, e o olhar dele nos deixava inseguras. Talvez fosse apenas medo de criança, mas havia algo naquele olhar forte e amedrontador. Embora tivesse essa característica intimidante, demonstrava grande capacidade de liderar os moradores daquela localidade, seja por meio da opressão, medo ou pelo respeito conquistado. Fez da região sua base política e moradia, onde possuía uma grande propriedade, a “Casa Grande”, consolidando-se como um dos maiores latifundiários do município de Barras, Piauí.

A Casa Grande teve grande importância na realização de reuniões políticas organizadas por ele, especialmente durante as campanhas eleitorais. O “cavaleiro branco” mantinha sob seu controle grande parte do eleitorado da localidade e, por meio da opressão, indicava os candidatos em que os moradores de suas terras deveriam votar. A família dele, ao longo de muitos anos, perpetuou-se na história política, econômica e social de Barras.

Sob esse prisma, observa-se que a realidade social de Barras, naquele período, girava em torno da exploração dos moradores socialmente vulneráveis pelos grandes proprietários de terras, tanto no aspecto econômico, quanto no trabalho realizado em suas propriedades. Essa relação de exploração predominava principalmente nas regiões rurais mais pobres, que eram

economicamente atrasadas. O único meio de sobrevivência para muitas pessoas estava entrelaçado às fazendas dos coronéis. Essas pessoas ficavam presas aos patrões devido à dependência de sua força de trabalho, o que permitia que os grandes latifundiários exercessem poder e liderança sobre elas.

O trabalhador rural do Barro Preto dedicava todo seu trabalho às terras do “cavaleiro branco”, pois não havia outro lugar para morar ou trabalhar. A maioria havia nascido naquela localidade e, sem alternativas, permanecia preso àquelas terras, migravam para trabalhar no garimpo no Estado do Pará, ou no corte de cana-de-açúcar nas fazendas do Mato Grosso. Quando o “cavaleiro branco” faleceu, no final da década de 1980, parte de suas terras foram vendidas para o INCRA, para construção do assentamento Barro Preto. O restante foi dividido entre os herdeiros. A “Casa Grande”, na partilha de bens, ficou para um de seus filhos, e, posteriormente, com a morte dele, foi vendida a um parente deles.

A Casa Grande do “cavaleiro branco” ainda existe na localidade, mantendo sua estrutura original. É um edifício histórico, e político que revela características do cotidiano social e cultural vivido pela população local. Ao analisar aspectos como o tipo de arquitetura, a forma das paredes, telhas, janelas e portas da propriedade, percebe-se o caráter coronelista vigente à época de sua construção, bem como, o forte aspecto religioso, predominantemente católico, da localidade de Barro Preto.

Atualmente, porém, está fechada, sendo cuidada apenas por um caseiro, desde a morte do último proprietário, vítima de câncer. Assim, a famosa “Casa Grande” do “cavaleiro branco”, já não possui a representatividade de poder que outrora simbolizava. Apesar disso, a família dele ainda se mantém ativa na política, e continua proprietária de grandes latifúndios na região de Barras, e municípios vizinhos. Os poucos moradores que estão vivos, e foram agregados dele, em conversa com estes, nota-se como as marcas do autoritarismo daquela época permanecem forte. Ele era o dono das terras, enquanto os trabalhadores rurais não possuíam nenhuma propriedade e viviam como agregados, dependendo essencialmente do cultivo em suas terras para sobreviver.

Foi nesse contexto de vida como agregados, em terras de grandes proprietários rurais e latifundiários, que minha família se inseriu. Minha mãe nos conta que seus avós paternos migraram da região de Piripiri para Barro Preto, quando meu avô Heleno Salú Estiano da Silva (*in memoriam*) ainda era criança. Os avós maternos dela também migraram da região de Miguel Alves para Barro Preto, quando minha avó, Maria da Conceição de Nazaré, conhecida como Sindóca (*in memoriam*), ainda era menina. Foi naquela localidade, nas terras do “cavaleiro branco” que minha família fixou moradia. Os pais dos meus avós maternos também viveram

por muitos anos sob o poder e controle da família dele.

Dona Maria das Graças da Silva é minha mãe, atualmente com 73 anos. Ela teve 11 filhos, dos quais 2 morreram ao nascer. Os que conseguiram sobreviver e crescer, 7 ainda estão vivos: Milagres (53), Francisca (51), Luciana (49), Socorro (47), Silvestre (45), José (36) e Conceição (31). Heleno e Fátima, infelizmente, já faleceram. Nenhum de nós tem o sobrenome paterno no registro de nascimento, nossos genitores não nos assumiram como filhos, deixando a responsabilidade exclusivamente para dona Graça. Ela costuma dizer que nunca teve “sorte” com maridos. Viveu sob o mesmo teto com um deles por alguns anos, mas, os demais que passaram por sua vida demoravam pouco, e logo iam embora. Penso que isso pode ter relação com a quantidade de filhos que tinha.

Quando jovem, com apenas 13 ou 14 anos, como ela mesma fala, foi “mexida”, (termo usado no interior para se referir à perda da “pureza” da mulher). O rapaz não queria se casar, mas meus avós, junto com os pais dele, forçaram o casamento. Dona Graça conta que o rapaz, ao ser obrigado a casar, disse: “Caso, mas entro por uma porta e saio pela outra; não vivo um dia com ela.” Promessa feita, promessa cumprida: ela não viveu um único dia com ele. Naquela época, embora oficialmente casada, ficou “falada” na região, e os rapazes da localidade não queriam namoro sério, muito menos casamento com ela. Mesmo sem ter vivido com ele, permaneceu oficialmente casada por mais de 40 anos. Quando completou 55 anos e procurou o INSS para se aposentar como trabalhadora rural, não conseguiu, pois precisava da assinatura do homem que não via há décadas. Teve que entrar com um processo na justiça para se divorciar provar que nunca havia vivido juntos, e que desconhecia sua localização, ou, se ainda estava vivo. Sabia apenas que, tempos depois do casamento, ele se juntou com uma moça da região, migrou para o Pará, e nunca mais se viram.

O tempo passou, e logo dona Graça ficou grávida de minha irmã mais velha, Maria dos Milagres. Após o nascimento da criança, ela permaneceu morando com meus avós. Contamos que precisou deixar a filha ainda mamando para ser babá do neto do “cavaleiro branco”, primeiro filho de uma das filhas dele que havia nascido na capital Teresina. Lá chorava todos os dias com saudades da filha, querendo voltar ao interior para ficar com a criança. Ao retornar para o Barro Preto, ficou grávida da segunda filha, Maria Francisca. Meu avô construiu uma casa de taipa coberta com palha perto da dele para que pudesse morar com as filhas. Quando Francisca completou dois anos, eu nasci. Nós duas somos filhas do mesmo indivíduo. Para mim, não tenho pai biológico.

Dona Graça conta que a mãe dele não aceitou que vivessem juntos, alegando que ela já havia sido casada e tinha uma filha, mesmo as famílias se conhecendo e morando próximas

há muitos anos no Barro Preto. Quando dona Graça tinha três filhas, e sem marido, meu avô decidiu mudar-se do Barro Preto, terras do “cavaleiro branco” para o povoado Bonfim, que também pertencia à família dele. Essas terras, segundo diziam, eram de um senhor que todos conheciam apenas pelo nome, pois nunca o tinham visto na região, mas, sabiam que pertenciam a ele. O que dividia as duas localidades era apenas uma vereda bem estreita. Mudamos para um local distante aproximadamente 12km da antiga moradia. Não lembro exatamente desse período da mudança, eu era bebê, mas sempre passávamos pelo antigo lugar, onde nossa família havia morado.

Minha mãe, já com três filhas e eu com poucos meses de vida, resolveu morar com um homem chamado Raimundo Nonato (*in memoriam*), conhecido como Senhorzinho. Fixamos moradia na localidade Bonfim. Meu avô construiu uma casa para ele e ajudou a construir a nossa, à beira de um lago. As casas eram de taipa (barro nas paredes) cobertas com palha de coco babaçu. Quando o inverno era “bom”, como diziam os agricultores, nossa casa era invadida pelas águas, tanto por baixo, com a queda das paredes, quanto pelo teto, que tinha muitas goteiras. Foram muitos anos assim. Quando havia seca, a fome era muito grande; quando começava o inverno, a fome continuava, pois dependíamos da quebra e venda do coco babaçu para comprar os poucos mantimentos na mercearia do “cavaleiro”.

Senhorzinho era uma pessoa muito boa para todas nós. Mesmo não sendo nosso pai biológico, para mim sempre será meu pai. Acho que foi o homem que mais tempo morou com dona Graça, e juntos tiveram mais três filhos: Socorro, Silvestre e Heleno Neto. Ele era um homem baixo, magro, com um coração gigante. Embora dona Graça dissesse que ele não gostava de trabalhar, só tenho boas lembranças dele, do período que viveu conosco.

Por conta da seca nordestina, nossa família migrou no início da década de 1980 para uma região que ficava na divisa de Teresina, União e José de Freitas, conhecida como Meruoca. Fomos de “pau de arara” junto com outras famílias do Barro Preto. As terras para onde nos mudamos pertenciam a um “grande empresário”, e tinham uma grande plantação de cana-de-açúcar. As famílias que migraram para lá foram trabalhar no corte da cana para abastecer uma usina que existia naquela região, chamada de Usina COMVAP. Todos os dias, meu pai ia cortar cana, enquanto minha mãe preparava a comida dos trabalhadores. Nós éramos levados junto com eles, pois a pequena casa que arrumaram para a gente mora ficava longe do local de trabalho, além de não oferecer nenhuma segurança para nós, era muito perigoso ficar sozinho nela. O “pau de arara” passava cedo pegando todos para o trabalho.

Quando nos mudamos para Meruoca, minha irmã Socorro tinha cerca de 2 anos. Lembro que, a esposa do motorista que dirigia o caminhão e levava o pessoal para o corte da

cana vivia pedindo a Socorro para minha mãe, alegando que não conseguia ter filhos. Por conta desse desejo, ela sempre nos ajudava com alimentos e, ao fim do dia, a levava na cabine do caminhão junto com ela, para protegê-la da poeira levantada pelas máquinas que escavavam o solo para o plantio.

Naquele período, famílias que moravam há muitos anos na região foram obrigadas a irem embora às pressas, deixando suas casas com os poucos pertences dentro, pois, não conseguiam carro para leva-las embora do lugar, devido ao medo que tinham do dono das terras. Algumas fugiram à noite, escondidas; outras, que se recusaram a sair, tiveram suas casas destruídas por tratores com todos os pertences dentro. Vimos nossos vizinhos assustados, com medo de morrer. Essa, como outras memórias da época, é presença constante, naquele tempo, eu não entendia porque aquelas famílias estavam passando pela situação de destruição do pouco que tinham. A imagem das casas sendo destruídas, as pessoas desesperadas, sem rumo, nem a quem recorrer, permanece viva. Esquecer? Impossível, diante da brutalidade e perversidade que as famílias foram acometidas. Na época, não sabíamos por que as famílias estavam sendo expulsas daquela forma. As pessoas tinham medo até de falar sobre o assunto. Nós, recém-chegados, trabalhando para o “grande empresário”, dono das terras, não podíamos nos opor a ele.

A situação foi muito ruim para nós. Estávamos distantes dos parentes, em terras estranhas, enfrentando muitas dificuldades. Passávamos ainda mais fome do que no interior de Barras. A situação se tornou tão crítica que dona Graça recorreu à intervenção divina, fazendo uma promessa: “Se conseguisse voltar com a família para nosso interior, nunca mais, enquanto meu avô Heleno tivesse vida, deixaria de morar perto dele”. Logo fomos embora, e, dona Graça nunca mais deixou de morar perto de meus avós. Nossa casa ficava em frente à dos meus avós, cumpriu o prometido. Fiquei sabendo da promessa anos depois, quando minha irmã Fátima, aos 19 anos, ficou paraplégica em decorrência de um acidente — uma palmeira de babaçu caiu sobre sua coluna, enquanto ela quebrava coco babaçu na mata, em 2002. Em decorrência do acidente com Fátima, e dos cuidados que necessitava por ter ficado acamada, comprei uma casa para a mãe mudar-se e morar na capital com os filhos. Porém, ela nunca veio.

Na Meruoca, moramos por pouco mais de um ano, mas, devido às dificuldades que passamos lá, pareceu bem mais. Um dia, não sei como, o pai conseguiu arranjar um “pau de arara” para nos levar de volta ao Bonfim, e desde então, dona Graça nunca mais se afastou de perto dos pais, permanecendo ao lado deles até a morte de ambos.

A seca ainda castigava toda a região, tenho vaga lembrança do período, por conta da pouca idade na época. Logo após nosso retorno, chegou à região um programa do Governo

Federal chamado “Emergência”, que visava à construção de barragens e açudes nas áreas atingidas pela seca no Nordeste brasileiro. No Barro Preto, foi construída uma barragem, e muitos moradores foram recrutados para trabalhar na obra. Os homens cavavam o açude, enquanto as mulheres faziam comida, e lavavam roupas para os trabalhadores que não residiam no local. Minha mãe também trabalhou nesse programa, cozinhando para eles.

O programa foi desenvolvido pela COBAL, um órgão do MA criado em 1962 e extinto em 1990. Naquele período, a COBAL tinha como objetivo promover o abastecimento de hortifrutigranjeiros nas grandes cidades e abriu postos de varejo em todo o Brasil. Para aliviar a fome das populações atingidas pela seca, enviava cestas básicas para distribuição na região do Barro Preto.

Lembro-me de que essas cestas continham um tipo de feijão com caroço bem grande. Quando minha mãe ia trabalhar na “Emergência”, deixava para nós a tarefa de colocá-lo no fogo. Era tão duro que passava o dia todo cozinhando e não amolecia; abria ao meio, mas continuava rígido. Com a fome que enfrentávamos, comíamos daquele jeito mesmo, mas era horrível.

O açude construído nessa época ainda existe no Barro Preto, servindo para represar água. Entretanto, devido à ausência de manutenção e ao desmatamento promovido pelos moradores locais, está praticamente em ruínas. A seca foi tão severa que os moradores da região se reuniam ao redor dos riachos e lagos para cantar e rezar, principalmente no dia 19 de março, dedicado a São José, considerado o protetor dos agricultores e das colheitas fartas.

A partida de minha irmã mais velha para a cidade: Dona Graça enviou Milagres para a cidade de Barras, antes de completar 10 anos. Ela foi morar na casa de uma dentista que, era irmã do padrinho dela. A promessa era colocá-la para "estudar" e, quando não estivesse na escola, brincaria com a filha da tal dentista, que devia ter um ano. Milagres ficou lá por em torno de quatro a cinco anos, estudar de verdade, nunca — apenas ia para a escola de vez em quando. A prioridade sempre era “brincar” com a garota. Retornou para o interior para casar-se aos 14 anos.

Milagres tendo ido para a cidade, as responsabilidades de cuidar dos irmãos mais novos, dos afazeres da casa recaíram sobre Francisca e a mim. Nossa rotina começava cedo: enchíamos os potes com água do poço, lavávamos as vasilhas, varríamos a casa, ajeitávamos nossos irmãos e irmãs, e íamos para a roça com meu avô Heleno, ou quebrar coco babaçu com a vó Sindóca.

O trabalho na roça: Meu avô Heleno sempre foi um homem muito trabalhador, daqueles que não tinham tempo ruim. Estava sempre ocupando-se com alguma atividade - fazia

redes de palha de tucum, cofos e abanos de palha de coco babaçu, pilões de madeira, ou estava na roça fazendo algo. Quando plantava, suas roças eram grandes, seis linhas (medida usada na época para demarcar a terra da roça), e, deixava sempre duas linhas para a roça de dona Graça, no qual nós trabalhávamos nela, junto com ele.

Não me lembro de minha mãe trabalhando na roça conosco. Lembro-me de minha irmã Francisca, eu, nossos primos, Nego, Zenaide, e nosso avô. Ele fazia os serviços mais pesados como: demarcar o terreno, brocar, tocar fogo, cortar a madeira e cercar a roça. As tarefas de coivara, plantar sementes, capinar o mato ficavam para nós, as crianças. Depois de terminar o serviço na roça de dona Graça, íamos trabalhar na roça do tio Antônio Cigarro, pai de Nego e Zenaide, para pagar os dias de trabalho que tinham dado roça da mãe. Trabalhávamos das 7h30 às 11h30. Nesse horário, voltávamos para casa, tomávamos banho e íamos para a escola. Aquele período foi muito difícil. Entre acordar, trabalhar na roça, voltar para casa e ir para a escola, não comíamos absolutamente nada. Não havia alimento em casa. Nossos corpos eram apenas ossos cobertos por peles, tamanha era nossa magreza.

A quebra do coco babaçu: Quando não íamos trabalhar na roça, nossa avó Sindóca nos levava para quebrar coco babaçu. Ela era uma mulher de coração gigante, bondosa, carinhosa, solidária e prestativa. Embora não esteja mais aqui, será para sempre a melhor avó e pessoa que conheci neste mundo. Com ela, meus dias eram menos tristes, e fazia tudo parecer um conto de fadas. Tenho poucas memórias boas da minha infância, foi um período muito difícil e sofrido. Contudo, nas poucas lembranças felizes, ela está sempre presente, cuidando de mim. A casa dela ficava perto da nossa. Quando passávamos o dia inteiro sem comer, íamos até lá. Vó sempre fazia o jantar, mesmo sendo apenas um simples feijão com arroz — era o melhor do mundo. Ela fazia aquela comida com muito amor, repartia e nos servia com o mesmo carinho.

Hoje ao pensar, me pergunto: qual era a mágica que minha avó fazia? Sim, porque era mágica. Ela preparava comida para umas 10 pessoas, mas, se chegassem netos ou outras pessoas na hora da refeição, parecia que tudo se multiplicava. De algum modo, dava para todos comerem. Mesmo com pouco, ainda sobrava algo para dividir com os cachorros da casa, e até com aqueles que apareciam por lá. Ninguém ficava sem comer. A única explicação que encontro é que se tratava da “mágica do amor”.

Minha avó me ensinou muitas coisas boas. Ela costumava dizer: “Nunca roseis podi matrata os animalu, por modi que, quando a genti morri e vai pru céu, passa permeru céu dus cachorrus pra modi pidir água. São Lázaru é quem cuida di lá. Si a genti foi boa pessoa prus cachorrus, quandu chega e pedi água, recebi uma boa; se num foi boa pessoa pra elis, ganha um pinico chei de bosta.” Nunca me esqueci dessas palavras. Hoje, entendo que, do jeito dela, era

uma forma de nos ensinar a não maltratar os animais. Entre os vários ensinamentos que ela me deixou, guardo esse com carinho no coração. Sempre que vejo um animal em necessidade, lembro-me no mesmo instante dela, e meu coração dói de saudades.

Quando íamos quebrar coco babaçu com minha avó, ela nos levava para um lugar chamado “Lianoa”. Era distante, mas, segundo ela, era onde havia os melhores cocos. Sempre dizia: “Rosseis fiquei aqui que rou procurar os cocus, sei dondi tem as mior paumera.” Ela juntava os cocos em sua longa saia e trazia para nós quebrarmos. Éramos em torno de quatro ou cinco netas.

Quando já havia um monte grande de cocos, ela se juntava a nós e começava a quebrá-los também. Durante o trabalho, sempre contava “estórias” para nós. A nossa preferida era a que ela chamada de “Gata Borradeira” (Cinderela nos contos modernos). Toda vez que pedíamos: “Vó, a senhora pode contar uma estória?” ela respondia: “Contu, podi escoier.” Quanta saudade, e memórias boas guardo dela.

Ao retornar para casa no final do dia, por volta das 16h, sempre estávamos com muita fome. Quando íamos para a Lianoa, não conseguíamos ir à escola, devido à distância. Quebrar coco babaçu era um serviço pesado, desgastante e cansativo, especialmente para nós, que éramos crianças magras e famintas. Mas, minha querida vó, que mora no meu coração, estava sempre cuidando de nós, tornando a situação menos sofrida. Vó Sindóca, lhe amo para além da eternidade, sinto sua presença sempre comigo.

A falta de acesso à educação para crianças, adolescentes e adultos era uma realidade no Piauí na década de 1970, especialmente para quem vivia nas zonas rurais. Todos os meus familiares naquela época não eram alfabetizados, assim como a maioria da população local. Estudar era uma luta constante, com inúmeros desafios. A única escola da região era a Unidade Escolar Nemésio Marques Lages, situada no povoado Barro Preto, a cerca de 12 km da nossa casa. Essa escola atendia alunos das localidades de Barro Preto, Segredo, Paissandu, Morada Nova e Bonfim,

A distância não era o único obstáculo: faltava transporte, roupas, chinelos, material escolar e, principalmente, merenda. Para nós, a merenda era a maior motivação para ir à escola, mesmo que fosse apenas um leite “pau de índio” com bolacha. A esperança de comer algo para amenizar a fome era o que nos movia. Diante de tantas dificuldades, desistir de estudar parecia à opção mais viável a cada dia.

Entre 1982 e 1986, estudei na Unidade Escolar Nemésio Marques Lages. Embora na placa de inauguração, datada de 1978, constasse o nome “Unidade Escolar”, ela era popularmente conhecida como “Grupo Escolar Nemésio Lages”.

Na legislação educacional brasileira consta que os Grupos Escolares foram extintos no ano de 1971, e apesar de terem sido substituídos por um novo modelo educacional, (Unidades Escolares), quase 10 anos depois, eles ainda estavam funcionando, pelo menos o ensino ofertado continuava sendo o mesmo dos grupos, principalmente, nas comunidades distantes das cidades.

O sistema de ensino funcionava assim: havia duas professoras, uma para cada turno. Eu e minhas irmãs estudávamos no turno da tarde, das 13h30 às 17h30, com a professora Maria do Rosário (professora Rosário). No turno da manhã, os alunos eram ensinados pela professora Maria José (professora Zezé), ambas já aposentadas. A escola tinha apenas uma sala mobiliada, onde todos os alunos eram agrupados por filas, desde a 1ª até a 4ª série. A professora dava aulas simultâneas para todas as turmas.

No livro *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, a personagem Belonísia narra, a partir de sua visão, a importância das aulas ministradas por uma professora na escola da localidade de Ponta Negra, onde ela morava:

Não aprendi uma linha do Hino Nacional, não me serviria, porque eu mesma não posso cantar. Muitas crianças também não aprenderam, pude perceber, estavam com a cabeça na comida ou na diversão que estavam perdendo na beira do rio, para ouvir aquelas histórias fantasiosas, e enfeitadas sobre heróis bandeirantes, depois os militares, as heranças dos portugueses e outros assuntos que não nos diziam muita coisa sobre nossa realidade. (VIEIRA, p.02, 2018).

Embora concorde que o lugar de criança seja na escola, corroboro com as palavras da personagem de *Torto Arado*. O que recordo do tempo de escola, com muita tristeza, é a precariedade, a falta de estrutura adequada e a inexistência de material didático para as aulas. O Estado “fingia” que ofertava o ensino, e as professoras “fingiam” que estavam ensinando. Nada funcionava: os alunos não aprendiam. Frequentávamos a escola mais pela merenda ou para brincar um pouco com os colegas, algo raro em casa, pois estávamos sempre cuidando dos irmãos menores, arrumando a casa, trabalhando na roça ou em outras tarefas, menos brincando. Apesar de tudo isso, a construção da escola naquela região foi um grande avanço e uma conquista para os moradores, especialmente para as crianças que precisavam estudar. No entanto, faltava oferecer um ensino de qualidade, com professores capacitados para ministrar as aulas. As comunidades já eram extremamente vulneráveis, enfrentando inúmeras necessidades básicas.

Além dessa precariedade, a estrutura física da escola deixava muito a desejar. Ela era composta por duas salas de aula, uma cozinha com despensa para armazenar as merendas, um pequeno pátio e um banheiro que não funcionava. Havia três funcionárias: as duas professoras,

já mencionadas, e uma merendeira, que preparava a refeição dos alunos quando havia alimentos disponíveis

Ingressávamos na escola aos sete anos, na 1ª série, e seguíamos até os 10 anos, concluindo a 4ª série. Mesmo permanecendo lá por quatro anos, não me recordo de nenhum colega que tenha sido alfabetizado naquela escola. Os poucos que conseguiram aprender a ler e escrever foram aqueles que saíram para estudar na cidade de Barras ou na capital, Teresina—como eu.

A qualidade do ensino era extremamente precária. As professoras eram leigas, sem treinamento ou capacitação. Era o "melhor" que o Estado tinha para oferecer à época. Passávamos pela 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, mas, ao final, ainda não sabíamos ler nem escrever absolutamente nada. Hoje, dos adultos que estudaram comigo quando crianças naquele Grupo Escolar, cerca de 90% deles permanecem não alfabetizados. Minhas irmãs, irmãos, primos e os demais moradores também não conseguiram se alfabetizar. Os poucos que aprenderam a ler e escrever foram aqueles que "ousaram" sair de lá ainda na infância, mesmo que tivessem sido iludidos com promessas de estudo — como eu.

Naquela época, não havia incentivo para estudar. Íamos à escola com a esperança de encontrar merenda, para termos ao menos a primeira refeição do dia. Essa era a realidade da maioria dos alunos que frequentavam aquela escola, assim como, das demais crianças que, estudavam na zona rural dos municípios brasileiros.

3.2 O Compadrio: Das “crias” às trabalhadoras domésticas

A ida para a cidade de Barras: na família onde minha irmã mais velha já estava para “estudar” e “brincar” com filha da dentista cita, surgiu a necessidade de uma menina para fazer companhia à avó dela, que, por coincidência, tinha o mesmo nome da neta. Dona Graça foi à cidade e, ao retornar, comunicou que me enviaria para morar lá com a promessa de que eu “estudaria”, e “faria companhia” para a idosa, mãe do compadre dela, padrinho de minha irmã Milagres que, estava sendo babá na casa da “doutora”. Embora, eu tenha dito que não queria ir, fui enviada contra vontade. Naquele tempo, criança não tinha direito a opinar, apenas a obrigação de obedecer às ordens dos pais, ou dos mais velhos. Minha avó chegou a pedir para que minha mãe não me mandasse para a cidade, mas, não adiantou.

Quando fui para a casa da idosa, devia ter uns sete ou oito anos. Nunca me acostumei lá. Chorava todos os dias querendo voltar para casa, saudades dos meus irmãos, e da vó. Na casa morava ela e uma “moça velha” (termo usado no interior para se referir a mulher que não

casou). A “moça velha” devia ter quase 50 anos. Não lembro seu nome, era negra, baixa, meio entroncada, semblante fechado, de poucos sorrisos.

Segundo dona Graça, ela morava com a família desde criança e “era como se fosse quase da família”. Passei muita fome na casa daquela senhora, não por falta de comida, mas, porque não me davam. As refeições eram preparadas na casa de um dos filhos da idosa, e levadas bem tarde para mim e a “moça velha”.

Como mencionado, eu chorava todos os dias querendo ir embora de lá. Sempre que ia à rua com a “moça velha” e, raramente, quando encontrava alguém do interior, eu mandava recado para dona Graça me buscar, o que não acontecia. Naquela época, transporte era muito difícil, na rodovia estadual PI-110, que liga Barras a Nossa Senhora dos Remédios tinha o ônibus da “Princesa do Sul” que fazia linha da cidade de Porto a Teresina, passava de manhã cedo em frente de acesso ao Barro Preto, e, no final do dia voltava de Teresina a Porto. Devido ao preço elevado da passagem, o deslocamento até Barras era pouco acessível para a maioria dos moradores. Após receber vários recados, dona Graça finalmente pediu que o Sinhorzinho fosse me buscar em Barras.

Nunca me esquecerei daquele dia. Fiquei muito feliz ao vê-lo e por saber que, finalmente, iria embora daquele lugar. Meu pai também demonstrou muita alegria ao me encontrar; sorriu, tomou minha bênção e me deu um abraço carinhoso. Apesar de nossa casa ser muito pobre, eu me sentia segura junto dos meus irmãos e perto de minha avó. No entanto, por falta de dinheiro, pai me disse que tinha ido a pé me buscar, e, que íamos voltar caminhando: “Luça, mia fia, nós ramu simbora de roltá pra casa camiandu. Num têu diero pra modi pergar u carru, i a Maria dixé pra modi eu rim assim mermu” (Sinhorzinho). Naquele momento, eu não me importei. Estava tão feliz por ir embora que, o fato de voltar a pé parecia irrelevante.

A cidade de Barras ficava a 32 km da nossa comunidade pela rodovia estadual PI que dá acesso a cidade de Porto. Naquela época, a rodovia não era asfaltada, era cheia de buracos e toda destruída. Atualmente, ela se encontra asfaltada e, em ótimas condições de tráfego, o percurso de carro, ou moto dura cerca de 20 minutos. Muitas famílias residentes no Barro Preto possuem motos, e, algumas têm carros. Mas, em 1983, a realidade era completamente diferente. A maioria das famílias daquele tempo não tinha sequer uma bicicleta; quando muito, possuíam um jumento magro e sofrido, o que era considerado luxo.

Eu, e o pai partimos da cidade na madrugada. Ele decidiu que não seguiríamos pela estrada principal, pois era mais longe, e por conta do sol escaldante. Optamos por cortar caminho pelas veredas que ele conhecia. Passamos por tantos lugares que, a cada passo, parecia que o destino ficava ainda mais distante. O cansaço logo tomou conta do meu pequeno corpo

franzino. Às vezes, o pai parava para eu descansar. Durante boa parte da viagem, ele assobiava, algo característico dele. Não reclamava, não brigava; apenas seguia com o assobio e um cajado na mão, ou em silêncio. Viajamos o dia todo, e parte da noite. Caminhamos cerca de 50 km ou mais pelas veredas, pois o caminho era cheio de voltas, tornando a distância ainda maior. Mesmo exausta, foi uma caminhada feliz, estava voltando para perto dos meus irmãos e de minha avó. No dia seguinte, vó Sindóca ficou tão feliz ao me ver, me deu um abraço tão carinhoso, e, é claro que eu também fiquei alegre ao encontrá-la.

E quando chegamos finalmente em casa, era tarde da noite. Não sei exatamente o horário, pois relógios eram artigos de luxo naquela época. Não havíamos comido nada durante todo o dia, e, também não havia comida em casa. Dona Graça me olhou com uma expressão de poucos amigos, claramente zangada, por eu não ter me acostumar na casa da mãe do compadre dela. Apenas tomei sua bênção, deitei e adormeci vencida pela fome e cansaço.

No dia seguinte, ela quis saber os motivos pelos quais eu não havia permanecido na casa da idosa. Estava com medo de apanhar, pois, isso acontecia com muita frequência comigo e minhas irmãs, pelos motivos mais banais, como: esquecer de lavar os pratos no horário que ela queria, um porco comer o sabão à beira da lagoa, enquanto lavávamos as roupas da casa, quebrar algum objeto, entre outras coisas.

Expliquei para ela os motivos, mas dona Graça não entendeu nem concordou. Contei que todos os dias eu acordava muito cedo para buscar o leite na vacaria do compadre dela, depois limpava um quintal enorme com galinhas e muita plantação. Quando voltava da vacaria, eu e a “moça velha” começávamos a limpar a casa enorme, com ampla área, duas salas, vários quartos e três banheiros. Apesar da quantidade de quartos, eu e a “moça velha” dormíamos em um quarto minúsculo nos fundos da casa. Havia apenas uma cama velha, onde ela dormia, e uma rede para mim. Também tinha um pequeno móvel onde ela guardava suas coisas. Era o quarto da empregada que vivia lá há quase 40 anos e já era considerada “quase da família”. O café da manhã que me davam, era café preto com um pequeno pedaço de mistura, por volta das 7h da manhã. Mesmo eu que buscando o leite todos os dias na vacaria, raramente me davam um pouco dele.

Para a idosa, o café era farto e variado, como dizia minha vó: “bem fartu”. O lanche e o almoço dela vinham cedo, enquanto o nosso, como já mencionei, era enviado da casa do filho dela, só depois que todos já tinham comido. Recebíamos apenas o que sobrava — se, sobrasse. À tarde, não havia nada para comer. A janta vinha tarde e minguada, após todos da casa terem comido.

Nós passávamos o dia inteiro trabalhando naquela casa enorme, o mínimo que

deveriam nos dá era uma alimentação adequada, já que não tinha pagamento. Mas não, tudo era regrado. Eu, sendo criança, passava muita fome, mesmo em um lugar onde tinha tanta comida. Até para a “quase da família” existia escassez, ainda que em menor escala, pois ela conseguia se virar. Eu, no entanto, dependia completamente da boa vontade dos adultos para comer algo. avia tanto trabalho naquela casa que mal conseguia dar conta de tudo. A única coisa que não cumpri foi o prometido a dona Graça: “Comadre Graça, traga sua filha para estudar e fazer companhia para a mamãe.” Se cheguei a fazer alguma “companhia” à idosa, isso não ficou registrado nas minhas lembranças.

O pouco que lembro quando fui enviada a Barras com essa promessa, inclui a tristeza em estar longe da vó, e dos meus irmãos. Além disso, lembro-me muito bem do trabalho exaustivo para uma menina na minha idade, a fome que passei, onde tinha tanta comida, os inúmeros recados enviados para dona Graça me buscar, e também, como ela me recebeu ao voltar para casa.

Caminhamos cerca de 50 km ou mais pelas veredas, pois o caminho era cheio de voltas, tornando a distância ainda maior. Mesmo exausta, foi uma caminhada feliz, estava voltando para perto dos meus irmãos e de minha avó. No dia seguinte, vó Sindóca ficou tão feliz ao me ver, me deu um abraço tão carinhoso, e, é claro que eu também fiquei alegre ao encontrá-la.

3.3 O emprego doméstico e a migração para Teresina: “brincar” e “estudar”

A partida para Teresina: Cerca de um ano após a experiência frustrante de morar em Barras, a nora do “cavaleiro branco” do nada apareceu em nossa casa. Ficamos surpresos, não era comum andarem em nossa casa, embora a vereda para a localidade Segredo, de propriedade deles e onde moravam, passava em frente à nossa residência. Lembro-me bem das palavras dela: *"Rosinha, vim atrás de uma das tuas filhas para ir brincar com meu neto que vai nascer em Teresina. Minha filha está grávida e vai precisar de uma menina para brincar com ele."* (Rosinha, nome que os mais velhos conhecem dona Graça na região.)

A nora do “cavaleiro branco” se chamava dona DÊ, era casada com um dos únicos filhos dele ficou morando no interior, todos os outros moravam em Teresina. Dona Graça dizia que eles eram casados há muitos anos, e nunca tiveram filhos biológicos, até que resolveram adotar uma menina com uns dois meses de vida, filha de uma mulher que morava na cidade de Barras. Sempre se ouviu boatos na região de que a garota era filha biológica dele, mas, não se falava muito sobre o assunto. A filha deles tinha o nome de Francisca, mas ninguém a conhecia

por esse nome na região, só a conheciam por outro nome, mas, a chamaremos de Branca. Desde pequena foi morar na capital com os avós maternos para estudar, assim como os demais netos dele. Eu a tinha visto uma única vez, quando passou uma vez na vereda montada em um cavalo, acompanhada por um dos trabalhadores do pai. Era uma garota bem branca, cabelos loiros e olhos verdes.

Dona DÊ explicou para mãe que a Branca estava prestes a ter o bebê, que precisava de alguém para brincar com a criança, para que ela não interrompesse os estudos. Prometeu que a menina que fosse para a capital, também teria a oportunidade de estudar. Dona Graça ficou de pensar, e dá a resposta depois. Logo, dona DÊ voltou à nossa casa. Não sei qual argumento utilizou, mas acabou convencendo a mãe. Ela permitiu que uma de nós fosse para Teresina.

Não sei por que, fui à filha “escolhida”. Só lembro que, não tinha nem nove anos completos, e, não queria ir. Mas, não tive escolha: fui obrigada a partir novamente para um lugar desconhecido, distante de tudo que eu conhecia, com a promessa de uma vida melhor, e de ter acesso aos estudos. Naquele dia, senti que dona Graça estava me castigando, por ter desobedecido, não permanecendo na casa da mãe do compadre dela. Despedi-me de todos, em casa e, ao mesmo tempo, despedi-me também da minha infância. Levei comigo as boas memórias de minha avó, e dos meus irmãos, as únicas coisas boas que ainda restavam dentro de mim.

Naquela época, dona Graça já tinha sete filhos, deixava Fátima, a mais nova, sob meus cuidados diários. Partir sem ela, deixou meu coração com muita tristeza. No percurso da viagem, eu me perguntava, e ficava imaginando como seria Teresina. Se, era colorida, se as pessoas viviam como nós, no interior, e o que será que iria encontrar lá? Eram tantas perguntas sem respostas. E, não saber o que esperar, era angustiante, desolador para uma garota do interior, sem nenhum conhecimento, ou experiência do mundo fora de lá.

Hoje, sempre que chego à casa de dona Graça e começamos a conversar, sobre aquele tempo que ela me enviou para Teresina tão pequena, sinto um ar de culpa em suas palavras, ela costuma falar sempre: *“Mia fia sofreu tantu na casa dus outrus, passou um bucadu de coisa ruii.”* Mesmo tentando imaginar o que vivi, ela não tem noção do que foi para mim, sair de casa criança, sem saber sequer para onde eu estava indo, nem o que me esperava na casa de pessoas tão estranhas, em um lugar tão longe como a capital Teresina.

No artigo intitulado “Os retornados: reflexões sobre condições sociais e sobrevivência de trabalhadores rurais migrantes escravizados no tempo presente”, a autora, Cristiana Costa cita a figura do “gato”, que desempenha um papel central na criação de uma relação de confiança entre ele e os trabalhadores rurais, que se apresenta como uma forma de manipulação e

exploração. A confiança é estabelecida inicialmente através de promessas de uma vida melhor, com condições de trabalho melhores e a garantia de que serão bem tratados no destino, como indicado por Francisco Lino, que se recorda da oferta de alimentos e salários: “quando eles queriam levar a gente, eles diziam: rapaz, lá é bom, lá a gente come carne, ganha dinheiro”, No entanto, uma vez no local de destino, a realidade se revela extremamente diferente, com os trabalhadores sendo deixados em situações precárias e de total abandono, como "bicho no pasto", abandonados "no meio do mato, sofrendo" (ROCHA, 2012).

Essa relação de confiança, construída através da manipulação das expectativas, assemelha-se ao processo de aliciamento de meninas para o trabalho doméstico em muitos contextos. As mulheres jovens, muitas vezes, começam a trabalhar em casas de famílias mais ricas sob a promessa de um ambiente de acolhimento e melhores condições de vida. No entanto, ao serem levadas para as casas, elas se veem muitas vezes subjugadas, como as mulheres migrantes, que, apesar das promessas de melhoras, enfrentam condições de trabalho análogas à escravidão. O "gato", nesse contexto, funciona como o intermediário que explora essas mulheres ao prometer um futuro melhor, mas entrega-as a um ciclo de opressão e exploração.

O trabalho doméstico, assim como a migração para o trabalho rural, estabelece-se sobre uma rede de promessas e enganos, alimentada pela confiança inicial e pela falta de alternativas para as trabalhadoras, que, em muitos casos, não conseguem romper com essa dinâmica. Assim, a exploração das trabalhadoras domésticas, que muitas vezes iniciam esse trabalho em um contexto de confiança, remete à narrativa dos migrantes que, após a promessa de melhoria de vida, acabam sendo abandonados e forçados a lidar com as condições análogas a escravidão no novo local de trabalho.

3.4 Memórias Sensíveis: trajetórias sociais de trabalho, afeto e estigma ocupacional

Na obra *Tempo de Memória*, Ecléa Bosi aborda a memória das mulheres e as narrativas de vida que são moldadas pelas relações de classe, gênero e raça, refletindo sobre como o passado reverbera no presente, no caso das trabalhadoras domésticas, como as personagens que irei narrar. E essa memória é vivida através das marcas de uma trajetória de subordinação, invisibilidade e resistência. Ao refletir sobre as quatro trabalhadoras que aqui irão ser apresentados, concentramos a uma lente crítica para entender como essas mulheres carregam as cicatrizes de um trabalho que, embora não mais formalmente escravizado, mantém laços profundos com a estrutura social de exploração que se estabeleceu durante o período colonial.

Eu, Luciana Silva, sou um exemplo claro de como o trabalho doméstico atravessa

gerações e se perpetua, muitas vezes desde a infância. Ao começar a trabalhar como babá e doméstica aos nove anos vivenciei, já na infância, as desigualdades do trabalho doméstico, que, para Bosi, se configuram como um "espaço de subordinação e de opressão, onde as memórias das mulheres estão impregnadas pelas marcas de invisibilidade e exploração" (BOSI, 2001, p. 52). Assim como Ceíça, que iniciou sua trajetória em um contexto de vulnerabilidade, carregando a memória de uma infância perdida para o trabalho que deveria ser visto como uma atividade voluntária e não como uma necessidade imposta pela estrutura socioeconômica.

Ceíça, que começou também sua jornada no trabalho doméstico ainda criança, reflete outra faceta dessa continuidade histórica de exploração, sendo um reflexo de uma realidade em que o trabalho doméstico permanece restrito a mulheres negras e de classes mais baixas, como Bosi observa: "A memória do trabalho das mulheres negras é uma memória marcada pela subordinação histórica, que ressurgue continuamente em suas trajetórias de vida" (BOSI, 2001, p. 58). Para Ceíça, a continuidade do trabalho doméstico, que começou na infância e persiste até hoje, é uma lembrança de uma estrutura que ainda a impede de quebrar o ciclo de exploração.

Dona Lúcia, uma senhora com mais de 60 anos, tem sua trajetória marcada por um aspecto específico: a luta por aposentadoria após uma vida inteira de trabalho doméstico, o fato de não ter seus direitos reconhecidos, como o pagamento do INSS por seus patrões, ilustra uma das consequências mais profundas da invisibilidade do trabalho doméstico no Brasil. "A luta das mulheres que trabalharam por anos em condições subalternas, sem o devido reconhecimento de seus direitos, é um reflexo das desigualdades estruturais que ainda existem no país" (BOSI, 2001, p. 72). A experiência de Dona Lúcia remete à falta de políticas públicas e ao descompasso entre o trabalho e os direitos trabalhistas, algo que persiste desde os tempos da escravidão, quando as mulheres negras escravizadas não tinham nem mesmo acesso a direitos mínimos.

Por fim, Anna, a jovem de 21 anos, que entrou no trabalho doméstico após a maioridade, traz uma nova perspectiva sobre o tema, diferente das outras, ela não foi inserida no trabalho doméstico desde a infância, mas, como elas, compartilha o sonho de um futuro melhor e de sair desse ciclo de trabalho. Anna, que já vislumbra outra profissão e uma vida além do espaço doméstico, representa a esperança e a resistência das gerações mais jovens, que, como Bosi sugere, "procuram construir novas narrativas sobre si mesmas e sobre suas trajetórias de vida" (BOSI, 2001, p. 65). O desejo de Anna de conquistar uma vida diferente reflete o anseio de tantas mulheres negras por mobilidade social e a construção de um futuro com mais possibilidades.

Como Bossi destaca, "as mulheres que carregam as marcas do trabalho doméstico, seja em sua memória ou em sua vivência diária, possuem uma luta silenciosa e invisível, mas de

extrema importância para a transformação das estruturas sociais" (BOSI, 2001, p. 80). As trajetórias de Luciana, Ceíça, Dona Lúcia e Anna, embora diferentes, se entrelaçam na resistência à invisibilidade e na busca por uma vida melhor, mais digna e justa. Também expõem e demonstram a persistência de estruturas coloniais no trabalho, sobretudo, a exploração da mão de obra infantil no Piauí, onde meninas pobres e rurais são levadas para os centros urbanos e tratadas como “seres descartáveis”. A autora, no entanto, subverte essa lógica ao narrar sua própria história e a de outras trabalhadoras domésticas – um ato político que restitui sua humanidade. A ausência de marco legal ao longo dos anos que pudesse amparar essas “meninas trabalhadoras”, como o ECA que foi instituído somente em 1990, e Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Domésticas que só viria no ano 2013, contextualiza a naturalização da impunidade dessa forma de exploração infantil no Brasil.

3.4.1 Luciana: emprego doméstico como sobrevivência na capital Teresina

A narrativa inicia com minha chegada à Teresina em 1985, marcando a transição do espaço rural para o urbano. A descrição vívida na cidade contrasta com minha realidade anterior, evidenciando o choque cultural típico de processos migratórios internos:

Em 1985 com 09 anos incompletos, viajei para a capital do Piauí com dona DÊ, mãe da Branca, com quem eu iria morar, na minha cabeça passava muitas coisas, me perguntava até se Teresina era colorida. Ao chegarmos à cidade, fiquei impressionada e encantada com o movimento, eram tantas casas, carros e ônibus circulando. Descemos ao lado Cemitério São José e pegamos um ônibus para o bairro Parque Alvorada. A viagem até a casa demorou um pouco, mas, enfim, chegamos. (Luciana Silva).

A apresentação das personagens centrais estabelece desde logo a dinâmica de exploração, onde eu uma criança fui designada ao cuidado integral de outra criança, enquanto os adultos se eximiam das responsabilidades parentais.

Branca nos esperava, como já mencionado, eu não a conhecia pessoalmente, apenas de vista e por uma única vez. Ela devia ter no máximo 16 anos e estava com o bebê que havia nascido no colo, chamado Neto. O marido dela vamos chamar de Chano, pois era assim que ela o tratava, tinha entre 36 e 38 anos, e era pai de uma garota pré-adolescente de um relacionamento anterior. (Luciana Silva).

A residência da família estava situada no bairro Parque Alvorada, na rua do 7º

Distrito Policial, com sua modéstia caracterização e compartilhamento dos quartos, introduz ao tema da precariedade habitacional que permeia o relato da criança “trabalhadora”,

como demonstrado:

Eles moravam na casa dos avós maternos da Branca. Ao todo eram 06 pessoas na casa, ela, o marido, a criança, os avós e um tio. A residência ficava no bairro Parque Alvorada, na Rua do 7º Distrito Policial. A casa era modesta e simples, com dois quartos, sala, corredor, cozinha, um quintal com bastante lama, e um banheiro chamado de “sentina”. Em um dos quartos dormiam os avós, no outro, Branca, e a família. Eu dormia em uma rede no corredor, e o tio na sala. O marido da Branca estava sempre insatisfeito. Ele trabalhava nos Correios como carteiro e, ao voltar no horário do almoço, as vezes a comida não estava pronta. Ele retornava ao trabalho irritado e sem comer. Eles brigavam muito por causa disso. Ele queria que ela cuidasse mais da família, ao invés de passar o dia na casa das vizinhas, que tinham a mesma idade dela. Como o Chano estava insatisfeito, resolveu se mudar para a casa da mãe dele. (Luciana Silva).

A mudança subsequente da família para a casa de Dona Princesa, mãe do Chano, com sua superlotação (11 pessoas), reforça a ausência de privacidade e direitos básicos, como moradia, configurando o que estudos sobre trabalho doméstico infantil denominam “espaços de não-cidadania.”

Chano imaginou que, ao mudar para a casa da mãe, Branca cuidaria mais da família. O que não aconteceu. A quantidade de gente na casa às vezes atrapalhava, mas também ajudava. Logo, Branca arrumou amizades, e toda semana iam ao Clube dos Garis. Eu cuidava do Neto, enquanto ela se bronzeava com as amigas à beira da piscina. Era algo estranho, porque ela parecia adolescente — e, na verdade, era uma adolescente que havia se casado devido à gravidez. As obrigações de cuidar das coisas da família dela era obrigação minha. Eu fazia tudo para o Neto Miguel, além de lavar as roupas deles e preparar o almoço. Como a casa tinha muitas pessoas, resolveram fazer as refeições separadas, gastavam mais se todos comessem juntos. (Luciana Silva).

A mãe dele morava na Rua São Paulo, bairro Matadouro, próximo ao Clube popularmente conhecido como “dos Garis”. Era uma senhora viúva de baixa estatura, usava óculos e tinha bastante sobrepeso, o que dificultava sua locomoção. Trabalhava com merendeira em uma escola chamada João Clímaco D’Almeida, no centro da cidade. Ela ia e voltava do trabalho a pé, todos os dias. Na casa morava:

A mãe do Chano, três filhos, duas filhas e a avó dele. A mudança para uma casa com tantas pessoas foi ruim. Com nossa chegada, éramos ao todo 11 pessoas lá. A casa era de alvenaria, mas incompleta. Existia quatro quartos, duas salas, um corredor e uma cozinha, o banheiro era do tipo “sentina” só um buraco aberto, com os dejetos visíveis. Em um dos quartos dormiam a irmã mais velha junto com os 03 irmãos adultos, Branca e família em outro, no terceiro, a avó, e no último, a mãe do Chano, uma irmã criança, e eu. (Luciana Silva).

A rotina laboral diária era exaustiva, constituindo um inventário preciso das formas de exploração infantil. O ciclo diário - lavar louça, varrer quintais, lavar roupas, cuidar do bebê Miguel - ultrapassa 15 horas de trabalho, violando frontalmente os parâmetros internacionais

sobre trabalho infantil.

Segundo Bastos (2017) a precarização do acesso à educação e ao básico de sobrevivência, é um fenômeno que condiciona grande parte da população em situação de pobreza a ingressar precocemente no mundo do trabalho, com destaque para o setor de serviços domésticos. E devido a um histórico de exclusão estrutural, a ausência de políticas públicas eficazes para romper esse ciclo de pobreza impõe a necessidade de transferência de crianças do interior para a cidade, estando em posição de vulnerabilidade social. Como consequência, o direito à infância, ao lazer e à educação são comprometidos, perpetuando um padrão histórico de desigualdade social e econômica.

A narradora destaca que mesmo passado vários meses que tinha saído da zona rural da cidade de Barras –PI, para morar na capital Teresina com a promessa de estudar, ainda não tinha frequentando nenhuma escola, como destacado:

Desde que saí de casa para morar em Teresina, já havia se passado mais ou menos um ano, e eu ainda não tinha ido à escola. Finalmente, fizeram minha matrícula na Unidade Escolar Bezerra de Menezes, localizada na Rua Rui Barbosa, no mesmo bairro. Para a minha idade, eu deveria estar cursando a 3ª série do ensino fundamental, mas, fiz os testes na escola, e estava muito atrasada em relação à turma. Apesar de ter estudado da 1ª à 3ª série no Barro Preto, eu não sabia ler nem escrever. (Luciana Silva).

Essa afirmativa evidência que o trabalho doméstico, além de ser uma ocupação historicamente precarizada, também é um reflexo da segregação social, uma vez que a ele recorrem majoritariamente grupos desfavorecidos em termos de acesso a bens e serviços essenciais.

A prática do “pegar para criar”, e ou, “para estudar” reflete um discurso de aparente inclusão social que, na realidade, mascara formas de exploração do trabalho infantil. Evidenciando assim, uma problemática estrutural, na qual o trabalho doméstico surge como um espaço de manutenção da desigualdade de classe, gênero e raça. (Bastos, 2017). Como narrado claramente:

Meu desempenho escolar era muito ruim. Porque eu não conseguia aprender nada, era uma menina de 10 anos que passava o dia inteiro cuidando de outra criança de um ano. Minha rotina começava cedo. Quando a mãe de Jorge se levantava, eu já estava de pé junto com ela. Começava lavando a louça do jantar de todos da casa. Depois, ajudava a avó do Chano a varrer o quintal, que era enorme. Ela varria um pouco, eu terminava o serviço. Em seguida, apanhava as folhas, que eram muitas, tinha várias árvores e plantas em toda extensão da casa e quintal. (Luciana Silva).

A realidade do trabalho doméstico realizado por mim foi bem diferente do de Anna, uma das entrevistadas, que foi inserida nele maior de idade. Eu saí ainda criança do interior que

residia, com a promessa de ser levada para a cidade “estudar” e “ganhar as coisas”. Para mim, existiu muita mentira e ilusão, para me trazer do interior para a cidade. Quando se chega aos espaços urbanos, a realidade é muito cruel, diferente do prometido. Tanto para as famílias, quanto para a maioria das crianças levadas das zonas rurais, ou de cidades distantes para capital:

Quando eu terminava as tarefas com a avó dele, enquanto Neto dormia com a mãe, eu lavava as roupas dele, que eram muitas. Às vezes, ele acordava e eu tinha que parar para pegá-lo. Deixava de molho para lavar quando ele dormisse à tarde. Eu e Neto ficávamos dia inteiro e parte da noite juntos, sempre no colo, dava mamadeira, banho, lanche e almoço, para onde fossem com ele eu ia junto. Quando ele dormia à tarde, eu banhava às pressas para ir à escola. Todo dia era desse jeito, desde quando acordava, até a hora de dormir, manhã, tarde e noite. (Luciana Silva).

A inserção escolar tardia revela meu duplo processo de exclusão, atraso educacional acumulado, eu não sabia ler nem escrever:

Quando terminava a aula, voltava correndo cuidar do Neto, lavar o restante das roupas, preparar o jantar e ficar com ele até a hora de dormir, às 22hs. Lembro-me do horário, porque as mulheres da casa assistiam à novela que passava após o Jornal Nacional, na Globo. Essa foi minha rotina por quase dois anos. Eles nunca me deixavam brincar com as outras crianças da rua. As via brincando de amarelinha, peteca, corda e guerra-guerreou, só ficava olhando, com o Neto no colo. Às vezes ele dormia, e eu ia só olhar a brincadeira, e a avó do Chano ia me buscar na calçada de casa, brigando. Era muito ruim. (Luciana Silva).

Por outro lado, o bullying sofrido devido ao meu regionalismo linguístico, demonstra como eu, uma criança me sentia diante das outras crianças, e os diversos constrangimentos que fui obrigada a passar:

Lembro de uma situação muito ruim que passei. A mãe do Chano mandou pedir uma peneira à vizinha de frente da sua casa. No interior, a gente chamava peneira de "arupemba". Cheguei lá e pedi uma “arupemba”, e ninguém sabia o que era. Pronto, foi o suficiente para eu ficar conhecida na rua como "Arupemba". Na escola, os alunos não perdiam a chance de me perturbar com isso, sempre me chamavam “arupemba para cá, arupemba” pra lá, era insuportável. (Luciana Silva).

Na escola a figura da professora Luzia e do aluno problemático Alan servem como contraponto à dedicação, destacando a ironia cruel de que a única criança verdadeiramente interessada nos estudos é justamente aquela impedida de frequentar a escola regularmente.

Minha primeira professora em Teresina se chamava Luzia. Tinha quase uns 60 anos, baixa, magra com óculos na ponta do nariz. Uma ótima professora tinha muita paciência com a turma, embora tivesse o Alan, um aluno que só bagunçava a aula. Alan era um garoto negro, alto, forte, maior que os outros alunos. Repetente, indisciplinado, era difícil estudar com ele. Vivia na diretoria, ou suspenso das aulas. A irmã estudava com a gente, os pais eram sempre chamados à escola, e não

conseguiam controlá-lo. Fora isso, as aulas eram boas. Quanto a mim, eu sofria bastante com a turma. Os colegas riam sempre de mim, porque eles já sabiam ler e escrever, eu tinha a idade deles e não sabia. Além disso, eu pronunciava muitas palavras de forma errada, segundo o português formal. Para mim, estavam certas, pois foi como aprendi no interior. Lá, todos falavam daquela forma, e eu achava que era o correto. (Luciana Silva).

A impossibilidade de brincar, enquanto via outras crianças se divertirem, completava o quadro de negação sistemática dos direitos fundamentais da infância.

Devo ter morado com Branca e o Chano por uns dois anos em Teresina. Tenho muitas recordações desse tempo, mas as que mais me marcaram foram: ver as crianças brincando na rua e eu nunca participar. Na minha cabeça, éramos todas crianças da mesma idade, e não entendia porque eu nunca poder brincar com elas. Eu só queria de vez em quando, olhar as crianças brincando de guerra-guerreou e me juntar a elas. Mas eu estava sempre com o Neto no colo, ou sentada com ele na calçada. Branca vivia dizendo que ia me deixar no interior, por que eu estava dando trabalho. Isso era “dar trabalho”? E o tanto de trabalho que eles me davam todos os dias? Para quem eu deveria reclamar do “trabalho” que me obrigavam a fazer todo dia? (Luciana Silva).

No período que moramos na casa da mãe do Chano conheci uma menina, que assim como eu, se chama Lu. Enquanto eu cuidava de uma criança, Luc assumia em sua casa as responsabilidades domésticas integrais (cozinhar, lavar, passar roupa para toda a família dela), aprofundando o espectro da exploração infantil.

Lembro-me de uma garota que, por coincidência, tinha meu nome. Morava com a “família de criação” na frente da casa da mãe do Chano. Na casa moravam os pais e 04 irmãos dela — 02 homens e 02 mulheres. Até hoje lembro o quanto eram ruins com a Lu. Ela era um ano mais velha que eu, branca, cabelos loiros e olhos verdes. O que eu sabia sobre ela é que a família não era biológica. A mãe, na verdade era madrinha e a havia criado desde pequena, como “filha” — tinha um ano de idade quando foi morar com eles. A mãe biológica era uma “mulher da vida” (nome das profissionais do sexo naquela época) e, depois, foi internada no Hospital Areolino de Abreu com problemas psiquiátricos. Lu e eu não conversamos muito sobre o assunto; ela ficava muito triste quando falava sobre a situação da mãe. (Luciana Silva).

A revelação sobre a origem familiar de Lu - filha de uma "mulher da vida", criada por sua madrinha - expõe a interseccionalidade de opressões (gênero, classe, estigma social) que marcam as trajetórias de muitas meninas pobres.

As memórias com Lu são boas e guardo com saudades. A rotina dela era pior que a minha. Tomava conta de tudo na casa dela: comida, limpar casa, lavar e gomava as roupas da família. Estava sempre trabalhando, e também nunca podia brincar. As poucas vezes que a gente sentava na calçada, ou me chamavam para pegar o Neto, ou a ela para fazer algo para os pais, ou irmãos adultos. Lu era a mais nova, e carregava o peso das tarefas domésticas sozinha. Mesmo “criada como filha” era responsável pelos serviços domésticos, já os irmãos, dormiam até tarde, e ainda servia o café à mesa quando acordavam. Eles estudavam em escola particular, Luc na escola do Estado. Não tínhamos bonecas para brincar, e nem dinheiro para comprar, más, Lu tinha um primo, um excelente desenhista. Esse rapaz fazia bonecas de papelão para nós, e, criava as roupas com papel branco para as bonecas. Além disso, nos dava lápis

de cor para pinta-las com nossas cores preferidas. (Luciana Silva).

Outro ponto em destaque são as roupas e pertences guardados em uma caixa de papelão, onde é perceptível a situação de precariedade condicionada a mim. As roupas doadas e recebidas com muita alegria foram destruídas pela gata, ao dar cria sobre elas.

Na casa da mãe do Chano, eu guardava minhas roupas em uma caixa de papelão daquelas que vêm com mercadorias. A mãe dele tinha umas sobrinhas mais velhas que eu — não me lembro em que bairro moravam, mas tinham condições financeiras melhores que ela. Certa vez, essas garotas visitaram a casa da tia e viram a precariedade das minhas roupas. Pouco depois, enviaram algumas coisas para mim. Fiquei muito feliz por terem me dado tantas roupas boas, mesmo que usadas. Sei que foi de coração. (Luciana Silva).

Isso opera como metáfora literária poderosa: simboliza tanto a fragilidade dos raros gestos de solidariedade, quanto à vulnerabilidade permanente que caracteriza a condição da narradora. A cena antecipa o tema da precariedade material que se desdobrará nas páginas seguintes:

A gente sente quando alguém nos ajuda porque gosta de ajudar. O olhar, o sorriso, a preocupação em enviar as roupas. Me senti abençoada por aquela gentileza e pela rapidez com que elas mandaram as roupas para mim. O que eu não esperava era que a gatinha da casa fosse parir exatamente dentro da caixa, em cima das roupas que eu tinha acabado de receber. Não fiquei zangada com a gatinha. Quando vi as roupas todas sujas de sangue, entendi que ela tinha encontrado ali um lugar seguro e quente para agasalhar seus filhotes. Adeus, minhas roupas lindas e “quase novas”. (Luciana Silva).

Devido à sobrecarga de trabalho, eu não conseguia dar conta de tanta coisa para fazer ao mesmo tempo, especialmente durante os intervalos de sono do Neto. As reclamações da Branca eram constantes. Ela sempre dizia que ia me mandar de volta para o interior, pois eu não estava mais “dando certo” lá e estava dando muito trabalho para ela.

Não me recordo a que tipo de trabalho ela se referia, já que, em todos os lugares que ela ia eu estava sempre junto cuidando da criança. Fomos duas vezes ao interior de Barras, onde os pais dela moravam, durante o tempo que vivi com eles Teresina. Ao invés de eu ir para a casa da minha mãe, que era bem próxima da localidade deles, eu era obrigada a ficar na casa deles no povoado Segredo. Geralmente, passávamos cerca de duas semanas lá, durante o período de férias. Dessas duas semanas, ela me deixava passar apenas um dia na casa da minha mãe. Nos demais dias, eu tinha que ficar com ela na casa dos pais e cuidando do Neto.

O retorno forçado ao interior do Bonfim revela um paradoxo significativo: a casa deteriorada e a fome intensificada são percebidas como piores após a experiência urbana, sugerindo que a migração alterou irreversivelmente os parâmetros de minha percepção:

Mesmo cuidando do Neto, e dos afazeres domésticos todo dia, Branca chegou para e disse “não dá mais certo tu morar aqui com a gente, tu tá dando muito trabalho pra gente, não está mais cuidando direito do Neto, não faz mais nada que preste”. Ela ainda disse que eu só queria ficar brincando com o menino, e não queria fazer outra coisa em casa. Como uma menina de 11 anos que passava o dia e parte da noite cuidando de um menino de dois anos, lavava as roupas deles três, olhava a comida cozinhando e o garoto ao mesmo tempo, além de varrer e apanhava as folhas do enorme quintal, ia correndo para não se atrasar na escola, não brincava com as crianças da rua porque não era permitido, quem na verdade estava dando trabalho para quem? O garoto já com dois anos e mais crescido, passei a “dar trabalho para eles”. E, me mandaram de volta para o interior de Barras, sem perguntar se eu queria voltar para lá. E, para a casa deles levaram outra garota lá do interior, mais velha que eu para os serviços domésticos e não desse o “trabalho” que eu estava dando para a família. (Luciana Silva).

O discurso da minha avó Sindóca “mia fia só rei sofrer aqui” encapsula a idealização romântica da criança citadina, contrastando com a realidade de exploração vivenciada por tantas meninas pobres Brasil afora.

Ao retornar para casa, vi que minha mãe estava separada do meu pai Sinhorzinho e grávida mais uma vez, de José, que seria o oitavo filho dela. As coisas estavam piores do que quando eu tinha saído para morar em Teresina. Minhas irmãs e irmãos estavam mais crescidos, e, com tantas bocas para alimentar, a fome e a pobreza tinham aumentado bastante. Ou será que era eu que, não estava mais acostumada com aquela realidade tão dura? Dona Graça enfrentava uma situação familiar complexa, com muitos filhos,

Poucos recursos e um nível elevado de estresse, a raiva, a revolta e a irritabilidade eram sentimentos constantes, embora seja difícil precisar as razões exatas para aquele comportamento. É plausível supor que a responsabilidade de criar sozinha os filhos, tenha levado a esse estado. Por motivos banais, ela nos submetia a castigos físicos, que não eram esporádicos, mas frequentes e intensos, atingindo a todos nós indistintamente.

Nossa casa de taipa palha estava toda deteriorada. As paredes de barro estavam caindo, e as palhas de coco babaçu que cobriam o teto estavam cheias de falhas, período de chuva tinha muitas goteiras. Vó Sindóca olhava para mim e dizia: “Mia fia, só rai sofrer aqui nu intirior. Tá tão bunita, tá limpa, tão branca... pareci fia de genti rica. Hein, ô meu Deus, purique essas cousas acunteci cu nós?”. As condições de vida no interior pareciam piores. Ou era eu que não estava mais acostumada a ir para a roça, quebrar coco babaçu e passar mais fome do que de costume? Não tenho respostas para essas inquietações. (Luciana Silva).

Mas, sei que me sentia mais segura em casa, mesmo no interior do Bonfim, bem distante da cidade de Barras, ou Teresina. No interior, eu sabia que a gente passava fome porque não tinha o que comer. É diferente de passar fome esperando a boa vontade de alguém que nos desse algo para comer, quando bem quisesse, ou tivesse vontade, não por falta de alimentos.

Olhar a comida e não poder comer, era muito ruim.

Dona Graça, em determinada ocasião, foi à cidade de Barras em busca de alimentos e roupas usadas, solicitando ajuda a conhecidos, costumava sempre fazer isso quando as coisas ficavam muito ruins em casa. Além disso, disse que visitaria a LBA em busca de ajuda. Essa instituição pública de assistência social existente no Brasil, foi fundada em 28 de agosto de 1942, por iniciativa da então primeira-dama Darcy Vargas. Seu propósito inicial era amparar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, contando com o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria. Em 1977, a LBA foi vinculada ao MPSe, posteriormente, ao MAS.

Ao retornar de Barras, dona Graça falou que tinha encontrado dona M., uma funcionária da LBA. Ela era uma mulher com uns 50 anos, estatura baixa, corpulenta, de pele clara e usava óculos. Solteira, residia com outra mulher, à época, não era discutido abertamente, más, tinham uma relação homoafetiva. Eu tinha ido a LBA com dona Graça algumas vezes, e dona M. sempre nos dava algum tipo de alimento. Naquela ocasião, mais uma vez ela ajudou. Porém, dona M. estava à procura de uma menina para fazer companhia à irmã dela em Teresina. A expressão “fazer companhia” era recorrente nessas situações. (Luciana Silva).

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da subsequente regulamentação pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como LOAS, o Brasil passou a adotar novos conceitos e modelos para a assistência social, reconhecendo-a como uma Política Pública de direito, visando a plena cidadania, e destinada a garantir a cobertura das necessidades essenciais dos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, a assistência social configura-se tanto como um dever do Estado quanto como um direito dos cidadãos, sendo concebida como uma política pública integrada ao sistema de seguridade social. O princípio central dessa política é o de “proteger para promover”, ou seja, oferecer as condições mínimas possíveis para que o indivíduo inicie um processo de promoção humana, desenvolvimento pessoal e valorização. (Abreu, 2015).

A reinserção no trabalho doméstico em Teresina, agora na casa da família Bezerra, mostra a circularidade perversa do sistema: as condições se repetem (limpeza pesada, cuidados com animais, ausência escolar), mas a narradora desenvolve maior consciência de sua invisibilidade social, “uma morta viva”. Essa passagem marca uma transição crucial na narrativa: da passividade infantil para os primeiros indícios de resistência, como destacado:

Retornei para Teresina forçada, não tinha 12 anos. Naquele dia, não senti nada, diferente da primeira vez, não tinha expectativas. A residência era Rua Picos, Piçarra. A dona Bezerra, era igual à irmã, dona M. Quando lembro daquela família tenho náuseas até hoje. Casa ampla, quintal enorme, eu varria e recolhia um monte de folhas todo dia, os dejetos dos cães Rottweiler soltos à noite, regava e limpar o jardim. Além de limpar a casa, lavar os banheiros. O almoço ela fazia, estava sempre em casa em processo de aposentadoria. A casa tinha 05 suítes, escritório, 02 salas, cozinha, dependência de empregada junto a área de serviço. Residiam 05 pessoas, o casal e três filhos adultos, um com síndrome de Dow. Dona Bezerra costurava e fazia crochê, e, além dos serviços domésticos, me obrigava aprender crochê, dizia que era para eu ter um “ofício” na vida doméstica. Tendo 02 quartos vazios, eu dormia sozinha, no local de costurar e de guardar a bagunça, lá no fundo da casa, não entendia a época porque eu não podia dormir dentro da casa com eles. Era horrível dormir sozinha, longe dos adultos, no escuro na área isolada da casa. (Luciana Silva).

A autora Juliana Teixeira (2001), analisa e demonstra bem como a interseção entre gênero e classe social contribui para a inserção compulsória de mulheres no trabalho doméstico. Ela destaca a prática histórica, comum em diversas famílias que entregarem suas filhas a lares mais abastados, onde auxiliariam nos serviços domésticos em troca de alimentação e moradia, frequentemente interrompendo sua trajetória educacional formal.

Mesmo na ausência dessa “entrega”, as vulnerabilidades associadas ao cuidado doméstico não remunerado e a desigualdade estrutural de classe direcionam essas mulheres ao trabalho doméstico. Essa tendência está vinculada à percepção social de que as mulheres possuem habilidades naturais para tais tarefas, o que frequentemente resulta no afastamento do ambiente escolar. Além disso, a autora aponta a falta de apoio dos companheiros para que essas mulheres retomem os estudos, reforçando a naturalização da renúncia feminina a oportunidades de ascensão.

Gênero interseccionado com classe leva também a uma tônica forte de ligação dessas mulheres ao trabalho doméstico, como destino compulsório dessa solução praticada historicamente em muitas periferias brasileiras de entrega das filhas a outras famílias mais abastadas, em cujas casas elas “ajudariam” nos serviços domésticos em troca de alimentação e moradia, sem seguir na educação escolar. Mesmo em trajetórias em que não houve essa “entrega”, para além das vulnerabilidades de maior ligação com o cuidado doméstico não remunerado a desigualdade estrutural de classe leva essas mulheres ao trabalho doméstico como possibilidade - ligada ao que se entende socialmente como trabalho para o qual as mulheres possuem habilidades supostamente naturais - e a um afastamento do ambiente escolar.” Juliana Teixeira. (2021, p.103)

Francisca, minha irmã do meio, com 14 anos, foi do interior para cuidar da neta de dona Bezerra, uma criança de um ano cuja mãe trabalhava o dia todo no Hospital São Marcos. Na casa dela, morava uma moça que anteriormente havia vivido com dona Bezerra, desde criança, ajudou a criar seus filhos. Quando a filha se casou, levou a moça para cuidar de sua própria família. Era uma vida de exploração, pois aquela mulher vivia com aquela família desde a infância, vinda do interior de Barras, só deixou de fazer os serviços na casa da Bezerra depois

que eu cheguei lá. A família frequentemente mencionava os anos que ela morava com eles, é como da “família”, um da família que morava no quarto dos fundos, fazia as refeições se sobrasse, depois que todos comessem. Francisca permaneceu pouco tempo lá, não acostumou, como disseram, e logo retornou ao interior.

Nas férias escolares de julho, me enviaram para Barras, passar alguns dias com minha mãe. O dia 29 de julho de 1989 marcou o pior dia de minha vida. Aquela situação desencadeou muitos traumas, ainda presente em minha memória. Não narrei, são muito sensíveis para mim. Ao retornar ao convívio com os Bezerra que, só queriam meus serviços domésticos, não se preocupavam comigo, estava apática, desorientada e abalada, sem vontade de viver, sem alguém, ou lugar para me “refugiar”. Ninguém me percebia, era invisível aos olhos de todos, se eu estava bem, ou não, não fazia diferença. Eu era apenas a “menina” que “fazia companhia” para a dona da casa. Logo ela mandou o filho me deixar no interior. E, à beira de um lago perto de casa, demos de cara com dona Graça lavando roupas. Ele me entregou a ela, e de lá mesmo voltou para Teresina. (Luciana Silva).

Esperava um abraço, carinho, acolhida de dona Graça, não existiu:

Eu estava muito triste naquele dia, como dizem: “no fundo do poço”. Só queria colo, carinho familiar, que dona Graça me abraçasse e dissesse que eu estava segura e em casa, e que tudo ficaria bem. Isso não aconteceu. Minha avó, que se importava comigo no interior, estava doente. Ela dizia que tinham feito “macumba” contra ela. Meu avô já tinha a levada em vários rezadores da região, em vão. Vê-la doente foi devastador para mim, sem ela, tudo se tornava insuportável no interior. Naquele dia, prometi a mim que, se eu saísse do interior outra vez, nunca mais moraria lá. Eu, uma vítima transformada em culpada. Para mim, estar no interior, ou na cidade, não tinha diferença — estava desprotegida, sem amor e carinho —, decidi mudar meu próprio destino. Ninguém decidiria mais nada por mim. E, após terríveis dias no interior, vi que aquela vida, não queria para o futuro. O sofrimento era intenso, se permanecesse lá, reproduziria o ciclo de pobreza de meus ancestrais. No entanto, questiono-me sempre que vou lá, o destino que teria se não tivesse ido embora definitivo. (Luciana Silva).

À volta para Teresina, a decisão de romper com o ciclo de retornos ao interior (ninguém iria mais me deixar, e nem buscar em nenhum lugar) representa um ponto de virada na construção da subjetividade autoral. O retorno à casa da Branca (já morando no Conjunto Mora Nova) mantém os padrões de exploração (cuidado de três crianças, ajuda de outra empregada mal paga), mas a postura da narradora já difere: há maior clareza sobre as relações de poder e um incipiente processo de agência. A descrição da nova residência - apartamento com dois quartos para sete pessoas - continua a enfatizar a precariedade espacial como correlato da exploração laboral. Esta página estabelece as bases para as rupturas que se seguirão nas páginas subsequentes.

Pelo período que estive no povoado Bonfim, soube que a Branca estava na casa dos pais dela no povoado Segredo. Fui conversar ela e a perguntei se conhecia alguém em Teresina

com quem eu pudesse morar. Ela mencionou que precisava de alguém para ajudar, pois, além do Neto, agora tinha outro filho, e estava grávida de uma menina, prestes a nascer. Ela passou mais de uma semana no interior e, ao marcar a data de retorno, pediu que eu arrumasse minhas coisas para ir morar com eles novamente. Dessa vez, decidi ir por minha própria vontade, não mais como uma criança levada para “fazer companhia” a alguém, sem direito a escolha.

Meu pensamento era claro: não voltaria a morar no interior, apenas visitaria meus parentes. Era a primeira vez que eu tomava uma decisão sobre meu destino, sem que dona Graça interviesse. No coração, a incerteza permanecia. Eu não sabia o que esperar do lugar para onde estava indo, porque a Branca estava na sua própria casa, e eu não sabia como era a dinâmica familiar deles, mas tinha a certeza de que não voltaria a morar no interior. O preço daquela decisão não queiram saber, foi “alto” demais, até os dias atuais, mantenho minha palavra.

Quando retornei para Teresina com Branca, estava determinada a não voltar a morar no interior, toda vez que não dava certo permanecer na cidade. Meu pensamento era claro: se não desse certo na casa dela, iria procurar outro lugar para morar. Eles estavam morando no Conjunto Mora Nova, onde o Chano tinha ido sorteado. O apartamento era novo, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. O Chano se esforçava muito para manter a família unida. Ele amava Branca muito, era evidente nas ações dele. Não era ciumento, possessivo, mas um homem tranquilo e fazia de tudo para agradá-la. No entanto, mesmo no novo endereço, ela continuava a se comportar como adolescente, negligenciando as responsabilidades familiares, passando a maior parte do tempo na casa de vizinhos solteiro(as). (Luciana Silva).

No apartamento, residia o Chano, Branca, Neto, o casal de filhos mais novos, eu, que cuidava das crianças, e uma moça negra que realizava as tarefas domésticas, como cozinhar, limpar o apartamento e cuidar das roupas. Ela recebia um valor irrisório pelo trabalho, constantemente reclamava que o pagamento não era suficiente para cobrir suas necessidades básicas, ameaçando deixar o emprego para trabalhar em uma casa que oferecesse melhor salário. No meu caso, eu não recebia um salário, mas sim itens de necessidade básica, como shampoo, sabonete, calcinhas e roupas usadas. Nunca recebi roupas novas, sapatos ou qualquer outro item, que não fossem de segunda mão, geralmente doados por parentes da Branca.

Chano não tinha um salário elevado. Como mencionado anteriormente, ele trabalhava como carteiro, e, com a quantidade de filhos e pessoas na casa, nossa vida era bastante simples. No entanto, havia uma representação social enganosa de que a família tinha condições de manter uma empregada e uma babá, e Branca desenvolvia essa função de transmitia uma falsa imagem de estabilidade financeira, visto que os parentes dela por parte de pai, tinham uma vida financeira alta, e frequentemente a gente visitava a casa de vários deles. Ela fazia questão de estar no convívio social deles, Chano não gostava, e quase não participava, más, também não a impedia.

Como o decidido de ir para a capital, partiu de mim mesma, sem a falsa promessa de “estudar e brincar” com as crianças, ir para a escola ficava cada vez mais distante, pois não tinha ninguém que fosse fazer minha matrícula na escola, ou se importasse com o fato de eu não estudar, visto que, eu era menor de idade. Naquela época, era somente eu e Deus guiando meu caminho:

Daquela vez, quando retornei para Teresina, como das outras vezes, não fui para a escola estudar. A ideia de retomar os estudos cada vez ficava mais distante, pois todas as vezes que me prometeram levar para morar em algum lugar para “brincar”, “fazer companhia” e, ou estudar, foram todas mentiras. Nunca houve preocupação, ou intenção em me matricular em uma escola; o foco sempre foi explorar minha força de trabalho. Eu vivia em uma situação de exploração e cárcere privado, só podia sair de casa acompanhando a família para cuidar das crianças. Nunca tive permissão para ir à esquina sem autorização, nem podia mexer na geladeira ou consumir qualquer alimento que não me fosse oferecido ou autorizado por eles. (Luciana Silva).

A dominação afetiva no trabalho doméstico se baseia na criação de um vínculo que dissolve os limites entre a esfera pública e privada, transformando a relação de trabalho em um espaço de ambiguidade. Esse fenômeno reflete uma característica marcante do trabalho doméstico: ele se desenvolve dentro da casa do empregador, um espaço historicamente associado à intimidade e ao afeto. Dessa forma, a relação trabalhista se entrelaça com dinâmicas emocionais, o que pode resultar em uma subjetivação da exploração. (MOURA; ZEFERINO; NASCIMENTO, 2020).

Segundo os autores, essa estratégia se manifesta por meio da criação de uma relação de parentesco simbólico, na qual as domésticas são tratadas como “quase da família”. No entanto, essa inclusão é ilusória e funcional ao interesse dos empregadores, pois permite que eles exerçam maior controle sobre as trabalhadoras sem oferecer contrapartidas formais, como o cumprimento de direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, essa dinâmica pode provocar um sentimento de gratidão forçada, levando muitas vezes a aceitação de condições de trabalho desfavoráveis. Entretanto, essa relação afetiva raramente é recíproca.

O afeto é, na maioria dos casos, unilateral, sendo genuíno por parte das empregadas, mas estratégico por parte dos empregadores. Dessa forma, as trabalhadoras acabam internalizando um sentimento de culpa ao não conseguirem corresponder às expectativas emocionais impostas pelo ambiente de trabalho. Esse mecanismo reforça a dependência psicológica e dificulta a ruptura com relações abusivas, como descritas:

Com o tempo, essas restrições deixaram de me afetar e causar tristeza. No início, eu não entendia como era o mundo fora do interior, acreditava que todas as pessoas eram bondosas como minha avó que, sempre alimentava quem tinha fome, compartilhava o ultimo que tinha com os necessitados e animais. Não sei se esse pensamento vinha da

inocência interiorana, ou dos ensinamentos dela, mas, ele permanece enraizado em meu ser. Nenhuma maldade, injustiças que vivenciei ao longo da vida, foram capazes de apagar ou transformar essa essência em mim, penso que seja o legado que minha avó deixou. (Luciana Silva).

Conhecendo melhor a dinâmica da cidade grande, ou das pessoas, comecei a procurar estratégias de sobrevivência e me adaptar ao convívio necessário. Na casa de Branca no Morada Nova, não permaneci por muito tempo. Como havia prometido a mim, arrumei outro lugar para morar e trabalhar, bem em frente ao prédio onde ela vivia. Curiosamente, sempre que eu ia morar em uma casa — “não posso dizer trabalhar”, pois nunca recebia pagamento pelos serviços —, era para cuidar de crianças.

A residência era de uma professora, com dois filhos: um adolescente de 13 anos, a mesma idade que eu tinha, e um menino de menos de dois anos. Eles tinham pais diferentes, o pai do mais novo, um homem casado, visitava a casa uma vez por semana, para deixar mantimentos e algum dinheiro. Ele nunca pernoitava no apartamento. Minhas responsabilidades incluíam lavar as roupas de todos, limpar o apartamento, cozinhar e cuidar do garoto o dia inteiro. Eu dava banho, alimentava, colocava para dormir à tarde, levava para brincar e só tinha um momento de descanso após ele dormir, por volta das 22h. Era uma rotina puxada, eu estava sempre cansada.

Essa professora foi a primeira pessoa que me pagou pelo meu trabalho, embora o valor fosse extremamente baixos. Em termos atuais, ela me pagava o equivalente a R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês por todos os afazeres domésticos. Permaneci com eles por aproximadamente sete meses. O motivo da minha saída foi à falta de reconhecimento pelo trabalho exaustivo que realizava, além de nunca ter a oportunidade de frequentar a escola. O pior, no entanto, foi o assédio que sofri por parte de um homem que morava no mesmo prédio e era próximo da professora. Ele me assediava constantemente, e, em uma madrugada, ao me levantar para ir ao banheiro, deparei-me com a professora e ele no quarto dela. Fiquei chocada e profundamente decepcionada. Passei o restante da noite chorando, sem conseguir entender a situação:

Ao amanhecer, não conseguia olhar para a professora. Ao invés de ela sentir vergonha, eu era quem me sentia envergonhada. Ela apenas disse que não entendia por que eu estava agindo daquela forma. Como eu, aos 13 anos, poderia compreender a complexidade de uma mulher com dois filhos, envolvida com o pai de um deles — que era casado — e mantendo uma relação íntima com outro homem também casado, que frequentava a casa dela com a esposa? Eu não tinha maturidade para discernir aquela situação. Eu gostava muito do garoto que cuidava — sim, eu me apegava às crianças como meus filhos —, arrumei minhas poucas coisas e decidi ir embora.” (Luciana Silva).

Segundo Ribeiro (2020), a complexidade da violência de gênero vivenciada pelas trabalhadoras domésticas, evidencia a intersecção entre discriminação de classe, raça e gênero. O assédio sexual, encontra-se inserido em um contexto no qual as denúncias raramente são levadas a sério pelas empregadoras, que, em muitos casos, defendem os agressores ou culpabilizam as vítimas. Essa inversão de responsabilidades reflete um padrão estrutural, no qual a mulher é vista como provocadora ou mentirosa, ao invés de vítima de violência.

A dificuldade em nomear e denunciar essas experiências está diretamente relacionada a um contexto social mais amplo que nega e deslegitima as vivências de mulheres. Esse fenômeno é agravado pela histórica tendência de invisibilizar a violência estrutural que afeta mulheres negras e pobres. Como na situação vivenciada por esta narradora, a resposta mais comum das trabalhadoras domésticas ao assédio é a saída silenciosa do emprego, sem oferecer justificativas e, muitas vezes, sem receber os pagamentos devidos a elas.

Esse comportamento demonstra a crença arraigada de que denunciar é inútil, pois a estrutura social não favorece a transformação dessas relações de opressão. No entanto, essa decisão pode ser interpretada não apenas como um ato de fuga, mas como uma forma de resistência e de afirmação da própria subjetividade, representando uma recusa à violência, e à deslegitimação da palavra das trabalhadoras, reafirmando sua autonomia diante de um sistema que historicamente as silencia.

O episódio do assédio sexual pela professora e seu vizinho configura um momento traumático central na narrativa. A descoberta acidental da cena íntima (“eles não conseguiram dizer nada, muito menos eu”) explicita a vulnerabilidade sexual das trabalhadoras domésticas adolescentes, tema ainda pouco estudado na literatura sobre trabalho infantil. Além disso, a revelação posterior de que frequentara inadvertidamente um cabaré introduz o dilema ético entre prostituição e trabalho doméstico - ambas atividades estigmatizadas, mas com graus diferenciados de reprovação social.

A escolha pelo trabalho doméstico ("representação social menos pior") demonstra como o sistema mantém suas vítimas em círculos de exploração mutuamente excludentes. A passagem novamente pela casa da família Lages/Lustosa, com seu componente de saúde mental (criança com problemas psicológicos), acrescenta outra camada de complexidade à análise sobre cuidados e abandono.

Naquele período, passei a morar no centro da capital, na Rua 13 de Maio. Era o início da década de 1990, e eu ainda tinha 13 anos. Não me recordo exatamente como, mas reencontrei uma prima que não via há anos. Como muitas jovens do interior, ela morava na casa da filha do

“cavaleiro branco”, o proprietário do Barro Preto, onde dona Graça tinha trabalhado há anos sendo babá, como citado anteriormente. Essa prima, juntamente com outra menina foram embora do Barro Preto morar com aquela família ainda na infância, ambas com cerca de 10 ou 11 anos. Quando as reencontrei, tinham aproximadamente 25 anos e, desde que saíram do interior, residiam naquela casa. Minha prima, no entanto, não permaneceu lá por muito tempo, depois que eu cheguei ela acabou se mudando, enquanto a outra moça continuou na residência até falecer de câncer, em 2024, e ser levada para ser sepultada no Barro Preto.

Na casa, viviam todos os filhos do casal, casados ou não. Não tinham filhas, apenas quatro homens, e outro que foi morar em Brasília com a tia. Apesar de a família ter “condições financeiras”, pois o dono da casa era Auditor fiscal da receita federal, dos cinco filhos, apenas o que morava com a tia tinha se formado em direito. Ao todo, eram 12 pessoas, incluindo quatro empregados.

O menino que dona Graça cuidou ainda morava lá, tinha mais de 35 anos, apresentava sérios transtornos psicológicos, assim como sua mãe e a maioria de seus familiares. Ele passava longos períodos internado no antigo hospital psiquiátrico Meduna. A mãe dele, por sua vez, fazia uso constante de medicação controlada e raramente estava lúcida. Curiosamente, fui parar na mesma casa onde, anos antes, dona Graça havia trabalhado como babá, reproduzindo o ciclo de exploração no trabalho doméstico de cuidado na mesma família, passando de uma geração para a outra como citado:

O menino de quem fui incumbida de cuidar era bisneto do “cavaleiro branco”. Os pais haviam se casado recente, devido a gravidez sem planejamento antes do casamento. Seu avô materno era um grande latifundiário da cidade de Lago da Pedra, no Maranhão, e não aceitava o fato de a filha ter engravidado, interrompendo seus estudos, pois desejava que ela seguisse carreira médica. A casa tinha diversos cômodos, um quintal extenso com a área de serviço e 02 quartos nos fundos, um para as empregadas, e outro para o rapaz com transtornos mentais ficar com uma cuidadora, quando não estava internado no Meduna. Ele não era autorizado a dormir na parte interna da residência, e ficava acomodado junto com os empregados da casa. (Luciana Silva).

Quando minha prima foi embora, outra moça foi contratada para realizar os afazeres domésticos no lugar dela. Era alta e mestiça, com traços que, no interior, se costumava descrever como “branca sarará”. Rapidamente, integrou-se à rotina da casa e estabeleceu relações com os demais moradores. Durante o período em que trabalhei lá, a tarefa de cuidar do garoto revelou-se exaustiva. Eu permanecia ao lado dele praticamente 24 horas por dia e tinha direito a um único dia de folga por mês, sempre aos domingos, e sem muitas opções para sair, as vezes eu ficava na casa mesmo, ou ia para lugares desconhecidos com alguma colega:

Em uma folga, a “sará” me chamou para uma festa no centro. Recusei, achava perigoso, ela era adulta, eu muito nova. Más, sem muitas opções acabei indo. A festa era no quintal de uma casa, com mesas e pessoas bebendo. Não consumia álcool, tomei refrigerante. Não me sentia bem lá, e logo quis ir embora, a “sará não gostou, mas fomos. Em outra folga, me chamou de novo. Na época, eu paquerava um vizinho, e conhecia uns colegas dele. Ao chegar à festa, vi um deles na entrada, falei com ele e entrei. A “sará” levou uma amiga e ficamos em uma mesa, um homem começou a conversar com ela, e sumiram por um tempo. Logo, retornaram e ficaram namorando lá, depois foi nos deixar em casa. No dia seguinte encontrei o paquera, ele não quis nem falar comigo. A noite fui conversar para entender o porque dele ter agido daquela forma comigo. Ele disse “não quero mais ti ver na minha frente, é uma mentirosa. Eu não sabia que frequentava cabarês, e saía com homens, o fulano te viu lá no domingo”. Levei um grande susto, e entendi a situação. Tentei explicar, ele não quis ouvir. Nunca imaginei que a “festa” era ponto de prostituição. A “sará” não falado, eu não teria ido se soubesse. E, mesmo sendo nova, senti um frio na barriga ao lembrar da mãe da Lu, e, o quanto ela sofria com o assunto da mãe. (Luciana Silva).

Naquela época, pouco se discutisse sobre a exploração infantil, tanto nos espaços de trabalho, ou no contexto sexual. Quando fui conversar com a “sará” sobre o assunto, ela fez foi proposta para mim, e disse que “era saindo com homens que ela bancava boa parte das roupas e sapato bons que ela tinha, que só o salário de doméstica não dava para comprar as coisas boas que gostava de usar”. Por um período fiquei pensativa, com o dilema: seguir no trabalho doméstico como babá, ou “sair com homens e passar a ter roupas e sapatos melhores”. Apesar de ganhar uma “miséria” como babá, que não dava nem para comprar o básico para minha sobrevivência, escolhi permanecer no serviço doméstico. Uma certeza que tive era a de não querer “aquela vida” para mim. E, apesar da marginalização social, dos vários estigmas e exclusão que a gente estava exposta, em ambas as ocupações, preferir continuar babá, e, ou doméstica “na casa do outros”.

No interior, dona Graça soube que eu trabalhava na casa onde, anos antes, ela havia sido babá. Por acreditar que conhecia a família, decidiu ir até lá com meu irmão Silvestre, que, na época, tinha cerca de 10 anos e precisava passar por uma cirurgia de hérnia inguinal. Ela o acompanhou na internação no Hospital Infantil Lucídio Portela, onde permaneceram por dois dias após o procedimento. Quando ele recebeu alta, ligou para a casa onde eu trabalhava, esperando que alguém fosse buscá-los de carro. Havia três carros na residência, mas nenhum foi disponibilizado para ir buscar meu irmão.

Diante da situação, não tive opção e fui ao hospital a pé para buscá-los. A casa ficava na Rua 13 de Maio, na esquina com a Joaquim Ribeiro, a aproximadamente dois quilômetros do hospital Infantil Lucídio Portela. Embora a distância não fosse excessiva, para uma criança recém-operada, o percurso tornava-se penoso. Caminhamos juntos de volta. Silvestre avançava poucos passos e logo precisava parar, chorando de dor durante todo o trajeto. Permaneceram na

casa por cerca de sete dias, até a retirada dos pontos, pois, na cidade de Barras, não havia médicos disponíveis para qualquer eventualidade no pós-operatório. Certo dia, eu estava na sala da casa, sentada no chão e brincando com a criança, a dona da casa estava na sala assistindo televisão, quando dona Graça entrou e foi sentando-se no sofá da bendita sala, a senhora não deixou e lhe disse: “Rosinha, não senta aí no sofá não, senta aí ao lado, no chão mesmo.” Dona Graça sentou-se sem dizer uma palavra:

Aquelas palavras me cortaram por dentro. Senti uma tristeza profunda no meu coração ao ouvir alguém tratar minha mãe daquela forma. Não tem nada que justifique tal atitude. Era apenas a porcaria de um sofá, não tinha visitas, ou qualquer outra pessoa na sala para que, dona Graça não pudesse se sentar ali. Logo depois, ela foi embora para o interior com meu irmão, eu apenas esperei ela ir embora. Peguei minhas coisas e sai de lá também. A situação me marcou tão profundamente que é a primeira coisa que olho na casa de alguém, ao entrar na sala. (Luciana Silva).

As narrativas seguintes concentram-se na minha experiência de babá com a “Carequinha”, relação que sintetiza as ambiguidades afetivas do trabalho doméstico infantil. O apego genuíno à criança (“Sanana amarre na cabeça”) coexiste com a exploração sistemática: jornadas exaustivas, salário simbólico (R\$150/mês), negação de direitos básicos (alimentação adequada, descanso dominical).

A tentativa de escolarização autônoma (matrícula nas escolas Anita Gayoso, Pedro Conde e Elis Sobral) mostra a resistência da narradora, ainda que prejudicada pela carga laboral. O episódio do namoro interrompido pela mãe do rapaz explicita o estigma de classe associado ao trabalho doméstico (“curica”, “motorista de fogão”). A conclusão do ciclo com a família da “Carequinha” - incluindo as múltiplas idas e vindas mediadas pela chantagem emocional - ilustra com precisão as armadilhas afetivas que perpetuam relações exploratórias no cuidado infantil. A narrativa termina com um balanço amargo sobre exclusão social: a impossibilidade de compartilhar refeições, usar o sofá ou ter relações afetivas plenas.

Era início de 1991 quando, quando saí da Rua 13 de maio e mudei para a Zona Norte da cidade, no bairro Memore, conjunto União I. Minha prima que me levou para a casa da família Lages e foi embora de lá, estava trabalhando para outra família. A irmã da patroa dela queria uma garota para cuidar da filha, e mais uma vez, fui contratada para cuidar de uma criança. Dessa vez, cuidaria de uma menina de seis meses. Assim que a vi, me afeiçoei a ela de imediato. Na casa, moravam apenas os pais da criança e ela. O imóvel possuía três quartos, um banheiro, terraço, sala, cozinha e quintal. Os pais trabalhavam o dia inteiro, saindo às 7h30 e retornando para o almoço entre 12h e 14h. Depois, voltavam ao trabalho e só chegavam em casa após as 19h.

Nesse período, percebi que ninguém se preocupava com minha educação. Então, por conta própria, procurei uma escola e me matriculei na Unidade Escolar Anita Gayoso. Não valia a pena esperar que alguém fizesse isso por mim, pois a única preocupação das famílias para as quais trabalhei era que eu realizasse as tarefas domésticas e cuidasse de seus filhos. Minha escolarização não era uma prioridade. Eu não era vista como uma responsabilidade, mas como a solução para que os patrões pudessem trabalhar fora enquanto eu assumia os cuidados com a casa e as crianças. Em troca, recebia apenas o básico para minha sobrevivência: shampoo, sabonete, creme dental, desodorante, roupas íntimas e vestimentas usadas.

Ainda assim, permaneci naquela casa, pois era um ambiente relativamente mais seguro do que as ruas ou as propostas de sair à noite com pessoas que queriam me levar para bares. Minha rotina diária começava cedo: às 5h da manhã, eu preparava a mamadeira do bebê, o café dos pais dela, limpava a entrada da casa, temperava a carne para o almoço e colocava as fraldas e roupas da criança de molho. Nesse intervalo, ela acordava, e eu a trocava, fazia sua higiene e lhe dava a mamadeira.

Até as 7h30, eu precisava ter adiantado grande parte das tarefas domésticas, para que, assim que os pais da menina saíssem, eu pudesse focar inteiramente nos cuidados com ela. Por volta das 9h30, dava-lhe banho, preparava seu lanche e a colocava para dormir. Durante esse tempo, eu corria para concluir os serviços domésticos antes que ela acordasse: preparava sua sopa, terminava o almoço, lavava o banheiro, as fraldas e limpava toda a casa. Quando os patrões chegavam para o almoço, tudo deveria estar pronto. Caso algo ficasse pendente pela manhã, eu finalizava à tarde, enquanto a bebê dormia novamente.

Às 17h30, começava a preparar a sopa do jantar, dava banho na menina e, depois, a alimentava. Das 18h às 19h, ficávamos na calçada, pois ela gostava de passear. Nesse período, eu já ficava pronta para sair em direção à escola, caso os patrões não atrasassem muito na volta do trabalho. Matriculei-me na 4ª série do ensino fundamental no período noturno. A escola ficava em uma área vulnerável a roubos e outros crimes, situada em uma rua deserta e mal iluminada, a 1,5 km da casa onde eu morava. Ainda assim, esforçava-me para comparecer às aulas, mesmo que fosse apenas para assistir a uma parte delas.

Naquele momento, já fazia sete anos desde que eu havia saído do interior para a capital Teresina. Quando deixei minha cidade natal, cursava a 3ª série, mas, ao chegar a Teresina, precisei repetir o ano devido ao atraso em relação aos outros alunos. Em 1991, sete anos depois, eu ainda estava na 4ª série. Essa situação não ocorreu por minha escolha, mas porque aqueles que prometeram me colocar na escola nunca priorizaram minha educação. Para eles, meu trabalho doméstico era sempre mais importante do que meus estudos.

Na escola, conheci uma garota, que mais uma vez se chamava Luciana, dessas vez Soares, que tinha cerca de 16 anos. Ela morava em um bairro oposto ao meu e também trabalhava como empregada doméstica, cuidando do filho único de um casal. Diferente de mim, Luciana tinha uma filha pequena, que não vivia com ela na casa onde trabalhava. A criança morava com um tio de Luciana em outro bairro, e, nos finais de semana, ela ia visitá-la.

Apesar das dificuldades e das interrupções nos estudos, concluí a 4ª série. No entanto, aos 15 anos, desentendi-me com a mãe da menina de quem cuidava. Eu trabalhava a semana inteira, cuidando da criança e realizando as tarefas domésticas. Aos sábados, passava o dia inteiro fazendo faxina e lavando as roupas da família. Aos domingos, acompanhava-os até a casa dos sogros da patroa, no Conjunto Morada Nova, onde passávamos o dia e voltávamos a noite após o jantar.

O autor Joaze Bernardino Costa (2012) fala sobre o “afeto” no trabalho doméstico para as empregadoras, essa dinâmica permite a delegação de tarefas domésticas não prazerosas, liberando tempo para atividades profissionais ou de lazer:

Guiada pela dinâmica da desigualdade global, a transmissão de afetos num lar ilustra o paradoxo no encontro de duas mulheres. Relações de dependência e exploração econômica marcam esse encontro. Entretanto, essas relações não são somente informadas por aspectos estritamente econômicos, sendo entrecortadas por desigualdades geopolíticas, raciais e de gênero. Para as trabalhadoras domésticas latino-americanas migrantes não-documentadas, o trabalho é associado a estratégias de sobrevivência, mobilidade social e autonomia. Por outro lado, para a empregadora, esse encontro é associado à possibilidade de transferir um trabalho não prazeroso para outra mulher, podendo assim ter mais tempo para se dedicar à carreira profissional ou simplesmente mais tempo para o lazer. Obviamente, nos padrões europeus descritos, a relação entre trabalhadora doméstica e empregadores não se confunde com uma relação de amizade ou expectativas de amizade. (BERNARDINO COSTA, 2012, p.450).

O controle exercido sobre as trabalhadoras domésticas nas décadas de 1970 e 1980 revela uma dinâmica de exploração que ia além do âmbito estritamente profissional, invadindo vidas pessoais e restringindo a autonomia. O uso do tempo, as atividades dentro da casa, a circulação no espaço público e até mesmo as relações pessoais eram rigidamente vigiados e regulamentados pelos empregadores. Esse controle não se limitava a garantir a eficiência do trabalho doméstico, mas sim a um regime de total dedicação à família empregadora, em um modelo que se assemelhava a uma servidão moderna (Quinto, 2022, p. 38).

As empregadas domésticas eram frequentemente tratadas como uma extensão da casa, de modo que sua individualidade e subjetividade eram apagadas em favor de uma identidade funcional, moldada unicamente pelas demandas do trabalho. Esse processo configurava uma relação de poder agressiva e desigual, na qual a empregadora exercia domínio não apenas sobre

as tarefas realizadas, mas também sobre a conduta moral e as ideologias da empregada. Dessa forma, o trabalho doméstico impunha não apenas a exploração da força de trabalho, mas também uma repressão simbólica e subjetiva, dificultando a autonomia pessoal (QUINTO, 2022, p. 39).

Nesse contexto, uma das principais características desse regime de trabalho era a exigência de disponibilidade absoluta. As empregadas domésticas, muitas vezes moradoras do próprio ambiente de trabalho, tinham seus tempos de descanso diluídos e seus direitos à vida privada anulados, sendo esperadas para atender às necessidades da família empregadora a qualquer momento. Essa expectativa de servidão absoluta não apenas reforçava a precarização do trabalho, mas também promovia o isolamento das trabalhadoras em relação ao mundo exterior. Suas possibilidades de cultivar laços familiares, manter amizades ou participar de atividades sociais e políticas eram severamente reduzidas, tornando-se um dos principais fatores de exclusão social dessas mulheres (QUINTO, 2022).

A restrição ao convívio com o espaço público e a limitação das relações afetivas próprias reforçam a naturalização da desigualdade que marcou historicamente o trabalho doméstico no Brasil. Segundo Quinto (2022), a lógica de isolamento e submissão imposta a essas mulheres remete às relações herdadas do período escravocrata, em que a força de trabalho era incorporada aos lares senhoriais sob uma estrutura hierárquica rígida. Esse modelo perpetuou-se ao longo do século XX, consolidando um sistema em que a exploração da mão de obra feminina, majoritariamente negra e de baixa escolaridade, se dava não apenas por meio da informalidade trabalhista, mas também pelo controle emocional e simbólico imposto pelas empregadoras.

Portanto, o trabalho doméstico, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, se estruturava em torno de uma relação de dominação que ultrapassava os limites do trabalho formal. A exigência de dedicação integral, o controle sobre o tempo e as relações pessoais das trabalhadoras e a anulação de suas subjetividades revelam um cenário de exploração que ia além da esfera econômica, atingindo diretamente sua identidade e autonomia. Esse modelo, ainda presente em diversas formas na atualidade, reforça a necessidade de políticas públicas que garantam não apenas a formalização do trabalho doméstico, mas também o reconhecimento da dignidade e dos direitos dessas trabalhadoras (QUINTO, 2022).

Mesmo nos finais de semana, minha rotina permanecia a mesma: cuidava da criança, ajudava a preparar o almoço e lavava a louça depois que todos terminavam de comer. Ao retornar para casa à noite, ainda precisava engomar toda a roupa lavada no sábado. O cansaço era extremo, e o desejo de ir embora crescia, apesar do sofrimento que sabia que sentiria por

deixar a menina.

Diante dessa situação, pedi a Luciana que me ajudasse a encontrar outra casa para morar. Ela conseguiu um lugar na residência de dona Toinha, que morava perto de onde ela trabalhava. Fui até lá para conhecê-la. Dona Toinha era professora e vivia com o marido e duas filhas—uma já adulta e outra de seis anos. Naquele primeiro encontro, apenas conheci a casa e a família.

Certo dia, pedi à Dourado, mãe da Carequinha, para sair com uma vizinha da rua e tomar banho em um clube no domingo. Ela não permitiu e brigou comigo, dizendo que eu já sabia que, aos domingos, devíamos ir à casa de seus sogros. Afirmou que eu estava reclamando de barriga cheia e que nunca encontraria uma casa melhor que a dela para morar. Assim, adeus passeio. Eu devia obediência aos patrões. Afinal, segundo ela, eu não tinha motivos para me queixar. Nem sequer passavam o dia inteiro em casa para me cobrar pelos serviços mal feitos, e, para ela, tudo o que eu fazia era assistir à TV e brincar com a menina.

Depois disso, pedi novamente para sair, mas mais uma vez ela não deixou. Expliquei que precisava sair um pouco, pois vivia presa dentro de casa, e, quando saía, era sempre com eles, para cuidar da criança. Ainda assim, ela negou o pedido. Foi então que avisei que iria embora. Abracei a Carequinha, peguei minhas coisas e fui morar na casa de dona Antônia.

Nos primeiros dias, chorei todos os dias de saudade da menina. Parecia minha filha. Era impossível não sentir falta dela, pois minha vida girava em torno dela 24 horas por dia. Eu não tinha vida própria. Uma semana depois, Dourado apareceu na casa de dona Antônia levando a Carequinha. Assim que me viu, a menina estendeu os braços para mim e sorriu, visivelmente feliz. Naquele momento, senti um alívio ao perceber que alguém realmente gostava de mim e sentia minha falta.

A manipulação afetiva exercida pelos empregadores impacta diretamente a subjetividade nas domésticas, criando um estado psicológico de vulnerabilidade. O sentimento de culpa pode ser compreendido dentro do conceito de alienação emocional, no qual o indivíduo tem suas emoções e percepções moldadas por um sistema de dominação. Esse processo pode ser analisado a partir da noção de violência simbólica, de Pierre Bourdieu (1996 apud Santos, 2015), que descreve formas de dominação sutis e internalizadas. A violência simbólica ocorre quando as estruturas de poder são naturalizadas e aceitas pelos dominados como legítimas, fazendo com que a exploração não seja percebida como tal. No contexto do trabalho doméstico, a violência simbólica se manifesta na crença de que a empregada deve ser leal à família do empregador, de que seu trabalho é uma “troca” e não um serviço remunerado, e de que seu papel na casa transcende o profissional.

Além disso, a dependência emocional criada pelos laços afetivos pode gerar um fenômeno de auto exploração, no qual a própria trabalhadora impõe a si mesma um padrão de desempenho elevado, muitas vezes sacrificando seu bem-estar físico e mental para corresponder às expectativas dos patrões. Esse mecanismo reforça a precarização do trabalho, pois as empregadas aceitam condições desfavoráveis não por obrigação contratual, mas por uma exigência psicológica internalizada.

A dominação afetiva facilita negociações salariais desfavoráveis, pois estabelece um contexto no qual a trabalhadora se sente moralmente obrigada a aceitar remunerações mais baixas. Esse fenômeno também pode ser interpretado à luz da teoria do capital simbólico, na qual os empregadores utilizam valores como lealdade, reconhecimento e pertencimento para compensar a falta de vantagens materiais.

A análise do fenômeno da dominação afetiva no trabalho doméstico revela que a precarização dessa categoria não se dá apenas em termos econômicos e jurídicos, mas também no nível subjetivo e simbólico. O vínculo emocional unilateral e instrumentalizado pelos empregadores opera como um mecanismo sofisticado de exploração, que dificulta a emancipação das trabalhadoras e perpetua as desigualdades estruturais.

Dourado pediu que eu voltasse, dizendo que a menina não comia, chorava o tempo todo e não aceitava ficar com ninguém. Pensei por um instante e disse que era melhor não voltar. No entanto, a Carequinha não saía mais dos meus braços. Sua mãe a chamou várias vezes, mas ela se recusou a ir. Meu coração se partiu. Fiquei totalmente sem ação. Peguei minhas coisas e fui com elas. Dona Antônia compreendeu minha decisão.

É evidente que Dourado usou a menina para me convencer a voltar. Ela sabia do forte vínculo que tínhamos e se aproveitou disso. Funcionou? Sim, funcionou. Voltei por causa da Carequinha, para cuidar dela. Mesmo sabendo o quanto ela gostava de mim, nunca tentei me beneficiar da situação. Não tinha a malícia de usar as emoções das pessoas a meu favor.

Meu retorno à casa de Dourado não alterou em nada minha rotina exaustiva de trabalho. A única mudança foi que, em vez de me derem apenas "coisas", passaram a me pagar um valor miserável, que, a título de hoje, equivaleria a R\$ 150. A menina já estava maior, com um ano e pouco, e os cuidados com ela eram ainda mais intensos. Tinha cabelos bem finos, já andava e não parava quieta um segundo. Queria explorar a casa toda e brincar sem parar. Já começava a falar e me chamava de "Sanana". Passávamos o tempo todo juntas, às vezes brincando, às vezes assistindo ao Show da Xuxa. Ela adorava a música Lua de Cristal, e dançávamos juntas na frente da TV. Éramos inseparáveis.

Ao concluir a 4ª série, matriculei-me na 5ª na Unidade Escolar Pedro Conde, no bairro

Mocambinho, a cerca de 5 km de casa. A escola era longe, e, como o casal só chegava 19h do trabalho, ficava ainda mais difícil ir todos os dias. Ainda assim, eu ia e depois das voltava a pé. O cansaço era enorme, mas eu estava determinada a não desistir.

Minha motivação para estudar aumentou quando um cunhado da Dourado, advogado que morava em São Luís, se separou da esposa e foi passar um tempo na casa do irmão. Ele levou muitos livros, de diversas áreas, inclusive didáticos do ensino médio. Como não havia espaço na sala, os livros foram colocados no quarto onde eu dormia — um espaço quente, abafado e cheio de muriçocas.

Na casa havia dois ventiladores, mas nunca me deram um para usar, nem mesmo à noite. Eu vivia coberta de manchas e feridas das picadas. Com o pouco dinheiro que recebia no fim do mês, comprava um incenso chamado “Sentinela”, que ajudava um pouco, mas logo as muriçocas voltavam. Como o salário era insuficiente para qualquer coisa, eu precisava economizar para conseguir comprar roupas ou calçados.

Um dia, eles me viram com um livro de inglês na mão. Na capa, estava escrito Yázigi. Perguntaram por que eu estava com aquele livro, e respondi que estava apenas olhando. Riram e disseram: “Luciana, tu não sabe nem português, imagine inglês.” O pior foi que ainda pronunciei Yázigi errado. Sempre que estava no quarto, pegava aqueles livros e folheava. Havia equações do primeiro e segundo grau, textos complicados... Eu não entendia absolutamente nada do que estava escrito, mas continuava olhando as páginas, tentando absorver algo.

De todas as casas onde já havia trabalhado como babá, aquela foi, sem dúvidas, a que mais me explorou. Todas as responsabilidades da casa eram minhas. Mesmo assim, ao final do dia, amarrava uma fralda na cabeça da Carequinha e saíamos para passear na calçada. Ela sempre pedia: “Sanana, amarre na cabeça!”. A Carequinha queria ter cabelos compridos como os das primas dela, e a fralda servia como um improvisado. Eu amarrava de forma que a ponta ficasse caída para baixo, como se fosse o cabelo dela. Quando chegava a hora de tirar, era sempre uma confusão.

Como a Dourado me pagava uma miséria, eu continuava sem direito a um dia de descanso, nem mesmo aos domingos. Além disso, faltava muito na escola. Cansada dessa situação, disse a ela que iria embora novamente. Sua resposta foi debochada:— “Luciana, lá vem tu de novo com essa história. Aqui não falta nada para ti, tu tem tudo nas mãos”.

Como assim, eu tinha tudo nas mãos? Primeiro, eu não podia pegar nada da geladeira sem a autorização dela. Só almoçava depois que todos já tinham comido. Se sobrasse carne, eu podia pegar um pedaço; se não sobrasse, para fazer um ovo e comer, tinha que pedir permissão. Nos dias de calor insuportável, não podia usar ventilador. A TV só assistia quando eles estavam

assistindo. Se dormissem e eu quisesse ver alguma coisa, não podia ligar.

E quando eu saía, o que era raro, se chegasse depois das 22h, a casa já estava fechada. Não tinha chave e, por mais que batesse no portão, ninguém abria. A única opção era pular o muro ou passar a noite na calçada. Se, para evitar isso, eu dormisse na casa de alguma colega, no dia seguinte era briga certa quando chegasse.

Quando íamos para a casa dos sogros dela, cozinávamos comida em grande quantidade. Eu e Teresa passávamos praticamente o dia inteiro na cozinha. Na hora do almoço, comiam tudo e não deixavam nada para nós, nem as sobras. Teresa era afilhada da sogra da Dourado, uma jovem negra que vivia com eles desde criança. Diziam que era "da família", mas eu nunca entendi de que família, pois sua vida era uma verdadeira servidão. Assim como eu, não podia ir a lugar nenhum sem permissão, mesmo já tendo mais de 25 anos. Passava os dias cozinhando, limpando o apartamento, lavando roupas e cuidando dos netos da madrinha. Levava uma vida miserável.

Eles não a deixavam nem se sentar na área do prédio com outras garotas da idade dela. Nunca teve namorado. Quando descia, era apenas para acompanhar os netos da madrinha. A filha da madrinha, casada e extremamente mimada, quando estava sem babá para os filhos, jogava a responsabilidade para Teresa. Além de cuidar das crianças, ela ainda tinha que fazer o serviço doméstico na casa da filha da madrinha. Durante o dia, a mãe levava os filhos para a casa dos avós, onde passavam o tempo todo sem fazer nada. Ela e as crianças eram insuportáveis. O marido dela, um verdadeiro panaca, não tinha voz para nada. Os sogros e a mulher decidiam tudo. Ele mal abria a boca.

Se fôssemos a um restaurante, eu ficava sempre nos brinquedos com a Carequinha. Quando a comida chegava à mesa e voltávamos para perto deles, colocavam o prato na minha mão para que eu desse a comida à criança, sempre afastada deles. Enquanto isso comiam o restante da refeição. No final, ela me olhava e dizia:

Não sobrou nada para te dar. Quando chegar em casa, tu come alguma coisa. Isso acontecia todas as vezes que saíamos para comer. Quando muito, me davam um pouco de refrigerante em um copo. E ela ainda tinha coragem de dizer que eu tinha tudo na casa dela? (Luciana Silva).

Mesmo sem me faltar nada — segundo ela — e tendo tudo em minhas mãos, fui embora mais uma vez para a casa de dona Antônia. Logo depois, Dourado apareceu lá de novo, com a Carequinha no colo, chorando muito. Mais uma vez, fui convencida a voltar. Era a terceira vez que voltava para aquela casa, sabendo que seria explorada. Mas, dessa vez, fui com a certeza de que não demoraria muito. Eu estava estudando a 6ª série na Unidade Escolar Elis

Sobral, também no bairro Mocambinho. A escola era muito distante e, como eu tinha que ir e voltar a pé tarde da noite, a situação ficava cada vez mais difícil.

Namorar era quase impossível. Os rapazes tinham vergonha de se envolver com uma babá ou empregada doméstica. A gente era chamada pejorativamente de curica e motorista de fogão. No bairro, qualquer rapaz visto namorando uma doméstica virava motivo de chacota. Tinham vergonha até de serem vistos conversando com a gente na calçada.

Quando queriam ficar com uma doméstica, era sempre às escondidas e só para transar. Nada, além disso! Perto da casa da Carequinha, morava um rapaz que queria me namorar. A gente até começou uma paquera, mas, quando a mãe dele soube, proibiu até que ele falasse comigo. Fiquei muito triste. Naquele momento, senti que não era vista como uma pessoa. A representação social de ser doméstica era devastadora. Sofríamos discriminação, desvalorização profissional, péssima remuneração e exclusão social.

Sim, exclusão. Eu não podia comer a mesma comida dos patrões, nunca podia me alimentar antes deles e só comia o que sobrava, quando sobrava. Nos restaurantes, não me sentava à mesa com eles. Não podia responder nada que me dissessem, fosse o que fosse. Era obrigada a ficar em silêncio e chamá-los de senhor e senhora. Como os pais da Carequinha eram mais novos, eu os chamava de você, mas a sogra dela odiava isso. — “Onde já se viu uma empregada chamar os patrões de você?” — reclamava.

A família do rapaz que queria me namorar também não tinha uma condição financeira favorável. A mãe não trabalhava, e o pai era vigilante em uma escola municipal. Eram migrantes de Alto Longá e moravam em uma pequena casa de taipa com telha, em uma ocupação irregular. A família era extensa: pai, mãe e mais oito filhos. A maioria já era adulta e semianalfabeta, incluindo o rapaz.

Eu não entendia o porquê da mãe dele não querer o nosso namoro. Mas, mesmo contra a vontade dela, ficamos juntos por um tempo. Não demorou muito para eu perceber que não fazia sentido namorar escondido. Éramos solteiros, não havia impedimentos que justificassem um namoro às escondidas. Assim, terminamos o namoro, e, logo ele começou a namorar uma moça que trabalhava em uma loja no centro da cidade, o vi algumas vezes com ela na porta da casa dele. A mãe, aprovava o namoro deles, e ela era bem experiente no relacionamento, em comparação a mim. Eu e ele ainda conversamos sobre nós, mas percebi que como a família dele aprovava o namoro dos dois, não valia a pena eu insistir em algo que não era aceito por eles.

Quando retornei para cuidar da Carequinha pela terceira vez tinha em mente que era por pouco tempo. Ela já estava estudando, e não tinha três anos, os pais a colocaram em uma escola no bairro Marquês, eles a levavam de manhã, e por volta de 11hs eu saía de casa, pegava

o ônibus e ia buscá-la, e voltávamos também de ônibus. Era essa rotina todos os dias, com a ida dela a escola passei a trabalhar mais, pois precisava fazer o almoço, lavar todas as roupas dela, limpar toda casa, antes do horário de pegá-la na escola.

Ir à escola eu ia, não sobrava tempo para fazer as atividades do colégio, e muito menos estudar, estava sempre trabalhando e com a rotina exaustiva de trabalho, o cansaço era grande. Para a escola eu caminhava mais de 5km para ir, e o mesmo para voltar, quando chegava em casa por volta de 22hs, a pia estava lotada de louça para lavar.

Embora bastante cansada, eu ia banhar a Carequinha para dormir, fazer a mamadeira dela, quando terminava o serviço com ela, ia limpar toda cozinha, janta não deixavam para mim, geralmente eu comia um pão antes de dormir, quando tinha, quando não, dormia com fome. Quando ia deitar-me, já era quase meia noite, eu simplesmente desmaiava de tão cansada que estava.

Eu já estava com mais de 15 anos, com isso o Coelho pai da Carequinha passou a me assediar bastante. Toda vez que faziam algum almoço com parentes e ele bebia, era certeza o assédio. A Dourado ia para o quarto com a carequinha, e quando eu finalizava a limpeza de toda sujeira que os parentes deles faziam que ia tomar banho, ele sempre ia para o basculante do banheiro, por vez gritei pela Dourado, como forma de intimidá-lo.

Voltando aos namorados, era como uma regra para nós, domésticas, os homens que apareciam para se relacionar conosco, sempre eram casados, quando não eram os patrões, ou os filhos deles. Fora isso, nenhum rapaz queria namorar com doméstica, éramos indignas de namorar “um rapaz de família”, como se todas as pessoas não fossem de família. Isso não é “eu acho, ou eu penso”, era a realidade vivida por mim, e pelas colegas e vizinhas que eram domésticas. Vi muitas se relacionarem com rapaz que não eram da “classe social” delas, que saíam com seus familiares e a namorada, e que altas horas da noite as encontravam, as escondidas para “ficarem”

Certo dia sai com uma colega que morava na terceira casa, após a casa da Dourado, fomos na casa de uma conhecida dela em um domingo. Voltamos a noite, e não era muito tarde, e quando fui bater no portão de casa, eles não foram abrir, e não era porque estivessem dormindo, pois a tv do quarto estava ligada. Bati várias vezes, e nada, não foram abrir. E minha colega não podia me levar para dormir na casa dos patrões dela, eles não aceitavam.

Na rua tinha seu Raimundo, era um Sr. que fazia a vigilância de lá. Na verdade, pagavam uma miséria para ele passar a noite olhando a rua, e como já era idoso, ficava a noite cochilando em uma cadeira, uma moradora deixava o portão da casa dela aberto para ele se abrigar lá. Naquele dia, aliás naquela noite fiquei sentada na calçada até amanhecer. Sim, até

amanhecer, não quis pular o muro, porque além de ser alto, tinha um pé de amêndoas grande, e não tinha onde eu me apoiar para subir, e as vezes que tentei pular para não dormir na rua, me arranhei toda, era muito ruim e desnecessário passar por isso, pois já morava com eles há mais de três anos.

Esse dia foi definitivo para mim, quando abriram a porta para eu entrar às 5hs da manhã, para já preparar o lanche escolar da Carequinha e o café deles, começaram a brigar comigo, que não cheguei cedo, e que por isso não ficaram esperando para abrir a porta para mim. E que não era mais para eu fazer isso, que as louças estavam todas sujas, e que passei a noite na farra e estava cansada para cuidar das coisas, que se eu fizesse isso de novo, não iria mais dar certo morar com eles.

Eu apenas disse certo, pode arrumar as coisas de sua filha, para quando ela sair da escola vocês a deixarem na casa de alguém, pois não vou mais busca-la, irei embora agora. Arrumei o pouco de “coisas” que tinha joguei tudo em uma sacola, por que não tinha mala. Despedi-me da Carequinha, e disse para a mãe dela, não vá atrás de mim, por que não irei nem falar com você na calçada, e não use sua filha para me chantagear, ela tem vocês para cuidar dela, e não precisa de mim. Se eu continuar aqui sendo tratada desse jeito, daqui a muitos anos vou está ainda aqui, como a Toinha que mora aí do lado, ou a Teresa que mora com sua sogra. A carequinha tem vocês, eu não tenho ninguém que cuide ou se preocupe comigo. E fui embora de vez daquela casa.

Deixar a carequinha foi uma decisão muito difícil, pois eu a amava como uma filha. Dourado não acreditando em minha decisão, e como das outras vezes foi atrás de mim mais uma vez. Porém, eu estava decidida, não sair nem na calçada onde eles estavam. Eu sabia que se visse a carequinha iria com ela de novo. Foi uma decisão muito difícil, a Carequinha era minha companhia, mesmo com tantos afazeres domésticos para dá conta, quando eu estava com ela me sentia feliz. Quando olhava para ela, acreditava que o mundo era bom, que existiam pessoas boas, o sorriso dela me fazia acreditar nisso, passávamos as manhãs assistindo ao Show da Xuxa, e nossa música preferida sempre foi Lua de Cristal, ela adorava, toda vez que Xuxa cantava a gente cantava e dançava juntas, nunca a esqueci. Embora não fosse minha filha, foi minha primeira experiência como mãe, passávamos muito tempo juntas, e quando já andava nas calçadas comigo, sempre a gente amarrava uma fralda na cabeça para o cabelo parecer grande. Essa memória é bem presente, me lembro com saudades dela.

O ano que tomei a decisão de não retornar mais para a casa da Dourado era 1992. Desde então fiquei residindo com a família da professora, como falado anteriormente. Na residência tinha o casal e duas filhas, uma com mais de 40 e outra com 06 anos, era filha de

“coração”, pois já tinham mais de 60 anos, é uma “história meio complicada”. No entanto, além delas tinha uma filha casada e com dois filhos que morava em outro bairro, e chegava cedo na casa dos pais, quando o marido ia para o trabalho já os deixavam lá para o café. Ela passava o dia deitada no sofá, como “madame”, só pose mesmo, não tinha “posses” para justificar tamanha “madamez”, até a xicara que tomava café, deixava no chão para eu pegar. O marido voltava as 11hs para pegar o filho mais velho e levar a escola, quando chegava ainda ia finalizar a tarefa dele, dava banho e almoço. Ela não ajudava o menino, toda vez os dois saiam correndo, sempre atrasados para a escola, todos os dias era a mesma coisa.

A decisão de deixar a Carequinha e ir embora foi por conta do desejo de estudar foi importante pois, comecei a pensar que se não estudasse ia envelhecer e terminar como a maioria das empregadas que conhecia, trabalhavam a vida inteira na casa da mesma família, e a maioria não sabia nem ler e muito mesmo escrever, e quando precisavam se aposentar nunca tinham contribuído para a Previdência, e eram forçadas a voltar a morar no interior de origem, e tentar se aposentar através do sindicato, como trabalhadora rural. Ou, simplesmente engravidar adolescente, e sem alternativa jogar a criança no interior para ficar aos cuidados da avó materna, cresci vendo muitas situações assim, e não era nesse contexto que eu pretendia ter uma criança.

Não queria fazer parte da estatística: ser mais uma doméstica sem estudos; com um filho geralmente do patrão, ou dos filhos dele, sendo obrigada a leva-lo para ser criado no interior, sem nenhuma estrutura, do lugar que eu já tinha saído em busca de sobrevivência; e trabalhar até envelhecer na cozinha dos patrões.

Queria mudar minha realidade, e não ser só mais uma empregada doméstica nas condições citadas a cima. Passei a pensar, ter consciência e perceber que apesar do trabalho exaustivo diário, e as dificuldades, a única maneira, ou alternativa, era tentando estudar. Nossa! como era difícil, e quase impossível trabalhar o dia todo limpando casa, fazendo comida, lavando roupas, e no início da noite caminhar mais de 10km para ir, e mais 10km de volta da escola, isso quase as 22hs. Se não tivesse começado a pensar a mudar, aquela realidade seria para o resto da vida.

Pensei muito em desistir, não só da escola, mas de mim mesmo. Era tão difícil até ser gente, algumas pessoas pensam que doméstica não é gente, não tem sentimentos, dores, angustias, tristezas, solidão, que são máquinas para ficar ligada 24hs. Muitas vezes vivenciei ou fui vítima de preconceito, excluída socialmente naquela época por ser doméstica, agora é algo naturalizado, ou as trabalhadoras ainda passam por essas situações?

Na casa da professora e sendo vizinha da Luciana, aquela minha colega que conheci no Anita Gayoso, as coisas pareciam ser mais fáceis de lidar, mas não eram, a única diferença

é que eu não precisava cuidar de uma criança o dia todo, e nem os acompanhar para todos os lugares que iam. A rotina de trabalho era a mesma, muito puxada e cansativa, não tinha carteira assinava, FGTS, férias, licença doença, folgas, ganhava-se uma “miséria”, e quando eu precisava ir a algum lugar, tinha até medo de pedir a professora.

Na frente da casa da professora tinha uma família com 05 filhos, uma moça, 04 homens, dois sendo adultos. Esses rapazes eram conhecidos por conquistar todas as empregadas do bairro, e as que chegavam. Logo eram bem afeiçoados, altos, e bonitos, pai advogado, tinham carro, eram conhecidos como os “galãs” do bairro. Não tinha uma garota doméstica que não caísse aos encantos deles.

Fui à exceção, inclusive era assunto constante entre os rapazes do bairro, que eles ainda não tinham conseguido me “passar” à perna, essa era a expressão usada por eles, para definir as meninas que eles conseguiam “conquistar”. Eu os detestava, só em vê-los na porta de casa tinha nojo. Não falava e nem olhava para eles, fazia de conta que não existiam, assim, como eu sabia que não existia para eles. Queriam apenas transar comigo para ser motivos de fálacias entre eles.

Um dia, depois de mais de quatro anos que estava morando na casa da professora o marido dela chegou lá me falando que encontrou um rapaz que morava na outra rua, três quadras da casa dele. Segundo ele, o rapaz o falou “Seu Cornélio, se aquela moça que mora em sua casa quisesse namorar comigo, eu queria”. Perguntei o nome dele, quando me disse não me interessei, por que era amigo dos vizinhos de frente, vamos chama-lo de WC.

O marido da professora também disse que o referido WC tinha lhe entregue o número do telefone da casa dele, e pediu para que eu ligasse para ele, pois gostaria muito de conversar comigo. Passei uns dias pensando se ligava, não liguei. Ao retornar da escola a noite passei em frente à casa dele, e o vi na calçada, nos olhamos, sorrimos um para o outro. Na semana seguinte liguei e perguntei o que queria conversar comigo. Ele disse “posso ir aí para a gente conversar um pouco? Respondi que sim! E foi nosso primeiro encontro, em setembro de 1995. Estávamos na calçada da casa quando ele perguntou “você aceita namorar comigo”? Eu disse para ele que não dava certo, por conta dos colegas dele que iam falar de nós, que a família não ia aceitar, ele disse que não se importava com o que as pessoas iam dizer a respeito do nosso namoro, infelizmente ele não se importava quando a gente namorava, depois “as coisas” mudaram.

A gente se falava várias vezes ao dia por telefone, ia também quase toda noite à casa da professora e ficávamos namorando sentados na calçada de lá. Naquele ano WC tinha 23 anos, e eu tinha acabado de completar 19 anos, e até aquela “altura” ainda estava cursando a 8ª série do Ensino Fundamental, ele passou a me ensinar a disciplina de matemática na qual eu

tinha muita dificuldade, e ele dominava bastante os conteúdos.

A professora sempre dizia “estude, por que para morar aqui em casa tem que estudar, não quero ninguém morando aqui que não goste de estudar”. Embora ela falasse sempre isso, eu sempre me questionava, estudar como? Se eu levantava de domingo à domingo às 5hs da manhã. Durante a semana era para arrumar o café, pois ela precisava sair às 06:20hs para a SEMEC, pegava um ônibus lá que levava os professores para dar aula nas escolas da zona rural. E aos finais de semana eu levantava cedo porque o marido da professora ligava o rádio às 5hs da manhã bem alto, e já ia para a cozinha tomar café. Os que podiam continuar deitados ficavam, eu não tinha essa opção.

Na casa, embora fossemos poucas pessoas, depois de preparar o café tinha que arrumar e cuidar da garota. Mesmo com essa idade ainda dava trabalho para se arrumar, tomar café e ir para a escola. Quem a levava para a escola era a irmã mais velha, conhecida como Ninha. Ela tinha uns 40 anos, de manhã trabalhava em um escritório de advocacia, a tarde em uma Escola Estadual. Não tinha casado, e nem teve filhos, cuidava da irmã mais nova como filha. Era sempre um conflito na criação da garota. A mãe queria criar de um jeito, ela queria de outro.

Além do cuidado com a garota, tinha que tomar conta de todos os afazeres doméstico da casa, desde a limpeza da calçada, até o gomar das roupas de todos de lá. Fora tudo isso, ainda tinha a filha casada que ia todos os dias com marido e filhos, tomar café, almoçar e jantar lá. Eles só iam embora já tarde da noite, após terem jantado, depois de terem deixado uma “pilha” de louças sujas na cozinha.

A rotina diária era levantar todos os dias, fosse segunda, sábado ou domingo às 5hs da manhã, fazia o café, arrumava a garota para ir à escola, limpar a porta da rua, os dias de lixo colocava para fora. Temperava a carne do almoço, lavava a louça do café, começava a limpar a casa e lavar o banheiro. Depois ia fazer o almoço e lavar as roupas da garota, e quando dava tempo lavava dos adultos, quando não, lavava e gomava aos sábados, ou domingo, não tinha essa de hoje é domingo, não vou fazer nada porque estou de folga.

Na hora do almoço tinha que “colocar a mesa” e servir o almoço à mesa para todas e todos, menos para mim, claro. Depois que todos almoçavam eu tirava a “mesa” colocava aquele monte de louças na pia, ia almoçar. Quando terminava de almoçar ia lavar toda louça, limpar a sala que almoçaram e a cozinha, quando terminava tudo, era por volta das 16hs, e já tinha que começar a fazer o jantar para todos, cansada grande, como estudar com uma rotina exaustiva daquela? Não sei, ia levando os estudos com muito esforço e sofrimento, como ter determinação sem oportunidade? e sem apoio em um contexto tão desigual que é o espaço do trabalho doméstico brasileiro?

Ao terminar de preparar o jantar, tinha que colocar toda bendita louça à mesa de novo e servi-lo antes de ir para a escola. Feito isso, eu saía correndo para tomar banho, vestir a farda e caminhar 10km para a Unidade Escolar Desembargador Heli Sobral, no Bairro Mocambinho, ficou mais longe depois que saí da casa da Carequinha, a casa da professora próxima a uma escola particular chamada Santa Angélica. Eu sempre ia só, por que as colegas que moravam perto de mim, e estudavam lá iam mais cedo do que eu. Elas não precisavam deixar a “mesa posta” com o jantar servido, diziam que faziam o jantar, e o pessoal de casa se servia.

Terminando a aula, voltava caminhando mais 10km, quando tinha todas as aulas, chegava em casa quase morta depois das 22hs. Quando chegava na sala de jantar que via aquela mesa lotada de louças sujas, a cozinha toda bagunçada, por que a filha casada sempre que a carne era cozida, ela inventava de assar para o filho mais velho, que não comia carne com caldo. A vontade que eu tinha era de morrer todos os dias, o cansaço era tanto que até a fome passava, diante de tanta bagunça para arrumar quase às 23hs. Por isso eu pensava sempre, como assim, para “morar aqui em casa tem que estudar”? Que horas me sobrava para me dedicar pelo menos a fazer as tarefas que os professores passavam? Não sobrava, eu tinha que fazer milagre para não ficar reprovada nas aulas.

Às vezes, quando Ninha chegava do trabalho mais cedo, ia limpando as louças, mas, como trabalhava os três turnos, e o deslocamento era de ônibus coletivo, quase sempre chegava muito tarde e cansada também. A filha casada, além de não trabalhar fora e nem em casa, sujava tudo com os filhos, onde comiam deixavam pratos, talheres, copos e outras coisas. Muitas vezes fazia de propósito, por que toda vez que eu limpava a casa, avisava para não sujarem daquele jeito, era o mesmo que falar as paredes.

Nesse contexto de tanta tristeza, angustias, solidão e desalento, WC e eu continuávamos o namoro. Perguntei para ele certa vez, por que resolveu querer namorar justamente comigo, já que muitas famílias aqui do bairro querem que suas filhas namorem com você? WC me respondeu da seguinte forma:

“Por que observei você durante muitos meses, e seu comportamento aqui na vizinhança me chamou a atenção, e também porque os meninos aqui do bairro sempre que chega uma garota “nova” eles fazem de tudo para “sair com ela” e você eles me disseram que até hoje foi a única que não conseguiram sair, e isso inclusive é motivo de zanga deles, o falatório é geral toda vez que a gente se encontra nas esquinas ou rodas de conversas, “eles dizem rapaz aquela menina ali da casa de seu Cornélio nem olhar ela olha pra gente, nem adianta tentar chegar nela, tú vai, más vai perder teu tempo”. E com isso eu tinha muita vontade de namorar você também por causa disso”. (Luciana Silva).

Aquele rapaz sempre foi gentil, atencioso, carinhoso comigo. Parecia o príncipe dos

“contos de fadas” que durante anos minha avó Sindóca contou para nós durante a quebrada do coco babaçu. E, entre as tristezas, angustias de continuar naquela vida de muito trabalho, as alegrias de estar namoramos com um rapaz tão bom para mim, mesmo a mãe dele não querendo o namoro.

O pai tinha uma boa profissão, embora com muitos filhos, sete ao todo, eram considerados uma família de “status” devido a profissão dele. A mãe, porém, era uma mulher negra, semi analfabeta, de origem familiar bem vulnerável socialmente. No seio familiar não tinha autonomia nem para escolher as roupas que usava. O fato dela não concordar com o namoro era muito ruim para mim, pois já tinha passado pela mesma situação, e disse para ele que não queria passar pela situação de novo.

Ele se mostrava determinado a continuar o namoro mesmo contra a vontade dela. Ela não concordava de jeito nenhum que ele estivesse namorando uma doméstica. Pois, estava começando a fazer o curso de piloto de avião, queria seguir a carreira do pai. E, nesse contexto familiar, os pais dele se mudaram para um sítio. A decisão foi tomada às pressas devido a irmã mais nova dele engravidar do namorado, o pai não aceitava o namoro, e não quis de forma nenhuma fazer o casamento deles. Os filhos que não quiseram mudar-se com eles, tiveram que se virar e alugar uma casa para morarem. Na época foi um choque para todos, pois viviam ainda na condição de dependente financeiro do pai.

O WC alugou uma casa para morar com um irmão, bem próxima da casa da professora, como isso a gente ficou bem mais próximos, e nos víamos todos os dias, inclusive tinha dia que eu ia deixar almoço para ele, com autorização dos donos da casa, claro. Era como se eu finalmente tivesse encontrado alguém para junto comigo compartilhar as dores e tristezas. Ele era sempre um cavalheiro em tudo, fazia realmente eu me senti uma “princesa dos contos de fadas”, amada, querida e protegida. Pelo menos durante nosso namoro. Essa realidade mudou completamente depois que fomos morar juntos.

Embora a família fosse contra o namoro, devido minha condição social de trabalhadora doméstica, e além de dizerem que eu estava com ele só por interesse, namoramos por uns 10 meses. E, no dia 18 de abril de 1996 ao retornar da semana santa no povoado Bomfim, ele me chamou para morarmos juntos na casa que dividia com o irmão. Comuniquei a professora de minha decisão, eles disseram que eu não devia ir, mas era uma decisão minha. Aceitei, fui morar com ele, tinha muitas expectativas, esperança, sonhos, um deles era o de me formar em direito, queria ter a possibilidade de uma “nova vida”, minha família, uma casa para chamar de minha, e ele WC parecia a pessoa “perfeita” para eu viver.

Mesmo eu nunca tendo sido orientada sobre a importância de se ter uma família,

marido e filhos, esse papel que socialmente é imposto as mulheres, eu estava inserida nele, e tinha muita vontade de constituir minha própria família e cuidar de meus filhos, cuidei de muitas crianças, más, sempre como babá. Eram tantos sonhos, desejos, um misto de sentimento que não consigo expressar agora. Era como se eu estivesse vivendo a “estória” que por inúmeras vezes minha avó Sindóca contou para acalantar as dores causadas pela fome e pobreza no interior do Bomfim, aonde morávamos quando criança. Infelizmente ela esteve longe de ser aquele “conto de fadas” do felizes para sempre.

Existem marcas que são visíveis aos olhos, outras não, são feridas internas, incuráveis, cicatrizes profundas que infelizmente carregamos ao longo da vida, sem escolha de deletá-las da mente. Essas marcas não sangram por fora, mas deixam suas impressões na alma, moldando quem somos, como enxergamos as pessoas e o mundo. Muitas vezes, somos forçados a nos tornar insensíveis para garantir a sensibilidade necessária à sobrevivência diária, uma contradição que apenas quem já enfrentou dores invisíveis consegue compreender. Essas cicatrizes, embora silenciosas, gritam em meu ser, em momentos inesperados, revelando angustias, tristeza, perda, solidão, resistência, aprendizado, e, sobretudo, superação. Cada uma delas nos lembra não apenas do que sofremos, mas, também da força que fomos obrigados ter para seguir a caminhada. Por mais doloroso, e ainda que sejam invisíveis viver com essas cicatrizes é prova constante de que, apesar das adversidades, é possível ainda encontrar sentido, amor e esperança em meio ao caos existencial.

Decidir sair do trabalho doméstico não foi uma escolha simples. Foi um passo difícil, mas necessário, para romper com um destino que parecia me esperar desde a infância: ser mais uma mulher que passaria a vida inteira servindo a mesma família, sem direitos, sem reconhecimento e, muitas vezes, sem sequer ter aprendido a ler ou escrever. Cresci vendo histórias de tantas outras mulheres que, ao envelhecerem, voltavam para o interior sem aposentadoria, buscando auxílio como trabalhadoras rurais ou dependendo dos filhos. Eu não queria fazer parte dessa estatística. Não queria ser a doméstica que, depois de tantos anos de serviço, precisava pedir ajuda para sobreviver.

Sair da “Carequinha” foi minha forma de dizer não à continuidade dessa história. Era uma recusa silenciosa, mas firme, de aceitar que aquele era meu único lugar no mundo. Enxerguei na educação a possibilidade de mudar de rota, de transformar minha trajetória. Ainda que os dias fossem exaustivos e o corpo pedisse descanso, eu entendia que estudar era minha única chance de romper com aquele ciclo. Caminhar mais de 10 km para chegar à escola, depois de um dia inteiro de serviço, era doloroso, mas cada passo era também uma afirmação da minha resistência.

Assim como outras mulheres que conseguiram sair do trabalho doméstico e ressignificar suas vidas, comecei a me ver como uma ex-doméstica em formação. Não apenas alguém que deixou uma casa onde trabalhou, mas alguém que queria se reposicionar no mundo. Renata Macedo (2015) quando afirma que “a transição para fora do trabalho doméstico pode ser vivida como reconfiguração subjetiva e reordenação do projeto de vida”. Foi exatamente isso que vivi: uma tomada de consciência que me ajudou a questionar relações afetivas marcadas por desigualdades e a colocar a educação no centro do meu caminho.

Hoje, entendo que aquele gesto de deixar a casa onde eu trabalhava não foi apenas pessoal, mas político. Foi um rompimento com a ideia de que nasci para servir. Foi também uma aposta em mim, nos meus sonhos e na possibilidade de construir um futuro que não estivesse preso à cozinha de ninguém. Como ex-doméstica, não me defino pelo que deixei para trás, mas pelo que decidi construir a partir dali: uma existência marcada por luta, resistência, consciência, e acima de tudo, desejo de transformação.

3.4.2 Ceiça: Eu faço uma coisa que gosto muito que é cozinhar

Conheço Ceiça, desde sempre, pois nascemos no mesmo povoado, o Bomfim no município da cidade de Barras do Maratãoan, e temos a mesma idade. De estatura média e coração gigante, lembro dela sempre sorrindo. Não existe dia ruim para ela, qualquer dia é motivo de festa, e nunca foge de trabalhos, seja fazer um bolo ou preparar uma comida pra alguma data festiva, ela está sempre disposta. Ainda que tenha estudado e insistido em fazer o vestibular, Ceiça não obteve êxito para ingressar na universidade, e realizar seu sonho de cursar Gastronomia. Os estudos, assim como a realização de todos os afazeres domésticos na casa de seus pais e na sua depois de casada, tomaram bastante o seu tempo, fazendo com que logo desistisse de estudar. Afora a casa dos seus pais, Ceiça desde criança é uma trabalhadora doméstica.

Quando comecei a estudar o trabalho doméstico, ela foi uma das primeiras pessoas que lembrei para entrevistar, como o fator idade era algo ainda indefinido, posterguei a referida entrevista. Nós estamos bastante vinculadas, seja pelos laços de amizade, mas, sobretudo, por laços de afetividade, já que, segundo nós, somos irmãs de coração. Além de me acompanhar todas as vezes que lhe requisitava, tanto para me ajudar a escolher uma roupa para sair, quanto para fazer uma comida gostosa para o dia das mães, aniversários, nos afazeres de casa, e ou, natal, e sobretudo, para tomar nossa cervejinha no final de semana, sem a presença dela, a cervejinha não tem o mesmo saber. A companhia dela é que dar um gosto e sabor especial a ela.

Ela é minha maior parceira, em tudo que vamos fazer, estamos sempre trocando ideias, não somos casadas uma com a outra, más, é na alegria e na tristeza, e, felizmente temos mais alegrias juntas.

Então, como abordar alguém tão próxima, envolvida em uma relação com tanto afeto para falar de uma relação desigual, pois eu já estive na posição de trabalhadora na qual a Ceiça se encontra hoje. No início achei que não seria possível, pois nossa relação não possibilitaria um espaço necessário para reflexões mais analíticas. Contudo, posteriormente, percebendo que ela era uma das maiores inspirações para o meu intuito de realizar esta pesquisa, e que eu tinha grande grau de familiaridade com ela, pensei que não poderia começar de outra forma e decidi por entrevistá-la formalmente, além de inúmeras conversas e situações em que a sua posição ambígua e desigual na minha vida e casa foram postas à prova.

Maria da Conceição Sousa Valéria nasceu em 07 de abril de 1977, portanto tem atualmente 48 anos. Ela é filha de Francisca Zefirina de Sousa e Gonçalo Valério de Sousa, ambos trabalhadores rurais, e ele, além disso, era curandeiro. Oriunda do Povoado Bonfim, município de Barras, no Piauí, a 155km da capital do estado. Como filha mais velha de 05 irmãos, desde cedo assumiu muitas responsabilidades, sempre ajudando os pais a cuidar dos irmãos mais novos. Ceiça relata que sua família era muito humilde, e os pais precisavam sair para o trabalho árduo na roça.

Eu tinha que ficar cuidando das tarefas de casa, e ainda dos irmãos, para que meus pais pudessem ir à luta, buscar nosso sustento diário nos serviços de roça e quebra do coco babaçu. Naquela época era muito difícil e complicado colocar as crianças para estudar, foi muito degradante pra mim iniciar minha vida escolar. Quando iniciei os estudos já tinha quase 09 anos. E, além de ter começado tarde, ainda encontrei muitos obstáculos, pois eu tinha que conciliar a rotina de ir para a escola, e ainda ajudar minha mãe a cuidar de todas as tarefas de casa e dos irmãos. Para mim muito difícil, eu era apenas uma criança, e depois uma adolescente cheia de sonhos. (Ceiça 16/05/2025).

Ceiça diz que tinha muita vontade de estudar, ir para a escola sem ter que se preocupar ou está cansada de tanto serviço que tinha feito em casa. Queria apenas ser uma criança sem tantas obrigações. Um dia a imã do pai dela que morava na cidade de Barras apareceu na casa deles, e pediu para que ela fosse morar e estudar na casa dela na cidade. Como os pais autorizaram a tia a levar para a cidade, foi uma alegria só. Pois, segundo ela, “finalmente eu iria realizar o sonho de estudar sem me preocupar com os afazeres domésticos. Fui toda feliz arrumar minhas poucas peças de roupas, antes que papai mudasse logo de ideia”. Ela destaca que no primeiro ano foi bom, até que um casal de vizinhos da tia foi lhes visitar e gostaram dela:

Um casal amigo de minha tia ao me ver gostaram muito de mim, e pediram minha tia para eu ir morar com eles na Cidade de Picos. Eles disseram para minha tia que eu ia estudar e que nas horas vagas era pra brincar coma filha deles que tinha uns dois anos. Eles foram até a casa dos meus pais pedir para eles também. Papai achando que fosse o melhor para mim deixou ir. Eu era uma criança do interior, cheia de sonhos. Ao chegar na casa desse casal, foi tudo tão diferente da promessa que fizeram para meus pais, parecia um pesadelo que eu estava passando. (Ceixa, 16/05/2025).

A entrevistada aponta que durante o dia tinha uma rotina de trabalho exaustiva e pesada para a idade dela, desde os cuidava com a criança, e de todas as coisas que pertencia a ela como lavagem de roupas, louças, banho e até gomar roupas. E, que a matricularam em uma escola no horário da noite, situação bem diferente do prometido aos seus pais:

Eu uma menina do interior sem experiência, nunca tinha feito serviços de casa que tem nas residências da cidade. Lavar banheiro, passar pano em piso de uma casa, nunca tinha pego em ferro de passar roupas, fui obrigada a gomar as roupas da família. Logo que usei o ferro me queimei, a dona da casa ainda queria me bater por conta da queimadura, chorei tanto e me arrependi, mais já tava lá, e não tinha como voltar e nem pra quem reclamar. Fiquei lá o ano de 1987 todinho. No final do ano eles resolveram passar em Barras e me levaram também, dei graças a Deus que meu pai foi me ver lá na cidade, e assim que eu falei pra ele que não queria mais voltar pra Picos com o casal, por que a dona da casa me batia demais, que também eu estudava a noite, e quase não ia pra escola. Eu falei todo meu sofrimento para meu pai, e disse que se fosse pra sofre tanto, que eu queria sofrer perto dele, da mãe e de meus irmãos. Ele atendeu meu pedido, e avisou ao casal que não deixava mais eu voltar pra lá com eles. E voltei a morar no interior de novo, pelos menos estava com minha família. (Ceixa, 16/05/2025).

Segundo Ceixa, o retorno para o interior foi feliz, ela tinha deixado de apanhar da dona da casa em Picos, e no interior, apesar das condições de vida serem ruins, ela se sentia mais segura e alegre junto a família. Começou a estudar na escola de lá, mais segundo ela, sem muito sucesso, devido a professora quase não dá aula por falta de material escolar, desde giz, até cadeiras para sentar-se. Mesmo diante das dificuldades, estudou até os 13 anos no interior.

Diante de tanta necessidade e fome que a família passava no interior, ela foi procurar emprego na cidade de Barras, com pouca idade e quase sem estudo, não teve muitas opções de trabalho, foi obrigada a ser inserido no trabalho doméstico infantil de novo, aos 13 anos na casa de uma família, dessa vez na cidade de Barras do Maratoan.

Como eu era muito nova e também tinha pouco estudo, a gente não tinha opção de trabalho. Encontrei emprego na de casa uma família na cidade de Barras, e mesmo assim, era os mesmos sofrimentos. Sem escolha fiquei ainda trabalhando como doméstica até os 15 anos na cidade. Voltei a morar no interior, e lá me iludi achando que se eu me casasse a vida poderia ser melhor. Mera ilusão, casei com 15 anos, tive dois filhos. Pelo menos essa foi a melhor coisa que aconteceu no casamento, fora isso, nada mais. Foi difícil criar meus filhos, más, graças a Deus conseguimos. Sempre fazendo de tudo por eles, criei, eduquei, fiz o que eu pude para que não sofresse o que eu sofri. (Ceixa, 16/05/2025).

As inúmeras dificuldades que estava passando com a família no interior do Bomfim, vivendo da agricultura, cultivo da roça e quebra do coco babaçu, os obrigaram a se mudarem em 2006 para a Capital Teresina, em busca de uma vida melhor e estudo para os filhos ainda criança. Na capital com pouco estudo e sem qualificação profissional, não teve êxito em encontrar trabalho que não fosse mais uma vez, como trabalhadora doméstica:

Quando cheguei só encontrei trabalho em casa de família. A vida foi seguindo, meus filhos cresceram, estudaram, ficaram de maior. Só sei que no final de tudo, eu concluir o meu Ensino Médio, junto com meu filho mais novo. Mas, nesses anos da minha vida, tive muito sofrimento. Mais também teve coisas boas, como conhecer melhor, minha amiga Luciana, que me apoio, ajuda, oferecendo sempre sua amizade pra mim, e meus filhos. Amiga que costumo dizer que é minha irmã de coração, que Deus colocou em minha vida. Sou grata a Deus por tudo em minha vida, meus filhos casaram e seguiram seus caminhos e eu, continuo correndo atrás de meus sonhos e trabalhando em casa de família. (Ceixa, 16/05/2025).

Desde muito nova a entrevistada destaca que sempre trabalhou na roça, ou quebrando coco babaçu para sobreviver no interior do Piauí. E, mesmo mudando-se para a capital Teresina, a vida continuou com muita dificuldade, devido a baixa escolaridade e qualificação para o mercado de trabalho formal, se viu obrigada e ingressar novamente no espaço do trabalho doméstico. Diante de tantas adversidades ao longo de sua caminhada, ainda espera realizar seu grande sonho:

Com muita fé em Deus, ainda vou realizar meu sonho. Como amo cozinhar, acredito que ainda irei montar meu restaurante. Eu tenho fé que vou conseguir. Ao longo dessa caminhada vivi momentos ruins, mais também momentos maravilhosos. Agradeço a Deus por tudo que vivi e já passei por cada capítulo da minha vida. Ter encontrado tantas pessoas boas em minha vida. Vou seguindo, sempre que me sinto triste, sozinha, minha amiga e irmã do coração Luciana tá sempre firme com seu ombro amigo, me estendendo a mão. Hoje tenho 48 anos vivido e sigo sempre em busca dos meus sonhos. (Ceixa, 16/05/2025).

Ceixa destaca que sempre estava à procura de melhores condições de vida para os filhos, queria que estudasse, e não os queria trabalhando como agricultores, pois era um serviço muito pesado. Na geração dos filhos dela só ficava no interior para continuar como trabalhador rural aquelas pessoas que não tinham nenhum incentivo ou parente para ajudar na cidade, e ela por já saber o que reserva aos filhos se continuasse morando no Bomfim decidiu migrar com toda família para a cidade, e tentar a vida na capital Teresina.

Eu estava à procura de conseguir algo melhor pra mim e meus filhos, depois que casei passamos um bom tempo morando no interior Bomfim município da cidade de barras. A vida lá era muito difícil, pois a gente vivia da agricultura trabalhando na roça, e da

quebra do coco babaçu. Decidimos ir embora pra Teresina em busca de trabalho, porque no interior era mais difícil de trabalhar, a não ser o trabalho da roça, e era por período, fora isso, a gente não encontrava nenhum serviço que pagasse nem meia diária, todos lá viviam quase nas mesmas condições econômicas. E, no ano de 2006 eu, meu marido e os dois filhos juntamos as poucas coisas que a gente tinha e mudamos para morar aqui em Teresina. (Ceíça, 16/05/25).

Ela narra que no início foi bem difícil se adaptarem na capital, pois não conheciam nada, e parentes para ajudar ao chegar na cidade também não tinham. A alternativa foi tentar a sorte na cidade “grande”, mesmo sem apoio e ajuda. Ao chegar foram morar na Vila D’Guia, em uma pequena casa alugada por um conhecido lá do interior que morava em Teresina.

Quando chegamos para morar aqui foi tão complicado porque não tínhamos tanto conhecimento da cidade, como as coisas funcionavam por aqui, a gente só ouvia o povo dizer que a vida na capital era difícil, muita carístia e violência. Más, com fê, garra e coragem não desistimos, seguimos firme no objetivo de arrumar um trabalho e colocar os meninos para estuda. (Ceíça, 16/05/25).

Na Vila D’Guia segundo Ceíça, demoraram pouco, não estavam conseguindo pagar o aluguel por que nem ela e o marido ainda não tinham conseguido um trabalho fixo, estavam fazendo serviços de “bico” quando aparecia, e não dava nem para comprar os alimentos para eles. Com pouco estudo não conseguia nenhum trabalho, em lojas, ou em qualquer outro local do comercio. Uma senhora que morava perto deles arrumou um trabalho para ela, só que bem distante de onde estavam morando, na região do bairro São Sebastião, também na zona Sudeste de Teresina, mas longe de onde moravam. Ela disse que o trabalho era como doméstica, não teve alternativa, aceitou o emprego, alugaram uma pequena casa na região para morar, e no final de 2006 mais uma vez começou a trabalhar como doméstica, desta vez para sustentar sua própria família.

O emprego que consegui em Teresina foi de doméstica, no final de 2006. Na residência dos Soares, no bairro São Sebastião. Lá morava o casal e 03 filhos adultos. Minha rotina iniciava cedo da manhã, e finalizava depois das 19hs, era pesada e cansativa, tinha dia que chegava em casa sem forças para nada, de tanto trabalhar lá. Nessa residência eu fazia de tudo, cedo eu já começava fazendo o café, depois ia lavar as louças da noite passada, ai para a limpeza das suítes e lavar os banheiros. Depois fazer o almoço, e, após o almoço ia lavar um monte de roupas e gomar. Eu fazia de tudo, desde o café, até limpeza da piscina. Tudo isso para ganhar menos de um salário mínimo, sem carteira assinada e vale transporte. Nos Soares, foi o pior serviço que tive como doméstica, só fiquei lá pela precisão grande, a gente tinha chegado recente do interior e tinha o aluguel pra pagar, comprar as coisas para os meninos pequenos, o sofrimento foi grande. (Ceíça, 16/05/25).

Mesmo as condições de trabalho sendo péssima a entrevistada a firma que permaneceu trabalhando em extrema exploração devido a necessidade de custear as despesas da família que ora tinha migrado do interior de Barras Piauí para tentar a sorte na capital Teresina. É nitido a

situação de exploração e condições precárias de trabalho que ela estava submetida todos os dias, mas embora ela tenha consciência da exploração não tinha alternativas, pois a carga horária de trabalho baixa escolaridade da mesma, a impedia de encontrar um trabalho com melhor remuneração e menor.

Diante da necessidade financeira ainda trabalhou para a família citada por mais de um ano. Quando encontrou outro emprego como doméstica. Segundo ela, foi trabalhar para uma família que lhe ofereceu condições melhores no início de 2008. A referida família mesmo morando bem distante da residência da trabalhadora, as condições de trabalho para ela eram melhores que a anterior.

No início de 2008 comecei a trabalhar para a família Carvalho. Eles moravam no Bairro de Fátima, era longe de onde eu morava. Na casa tinha o casal, duas filhas e uma moça que cuidava da menina de 6 meses, eu fazia o restante das afazeres de casa. Eu fui porque precisava de um novo trabalho, queria um que não precisasse trabalhar até quase eu morrer todo dia, longe ou perto, eu não tinha escolha, era sobrevivência e necessidade onde aparecesse eu ia. Eu morava no monte Horebe, também zona Sudeste, e ia para o bairro de Fátima de bicicleta trabalhar. Os Carvalhos me davam vales, mas eu acertei com a dona Carvalho que o dinheiro do ônibus, ela comprasse uma geladeira para mim no cartão dela, e ia pagando com os vales. Mesmo indo numa bicicleta que não era boa, fiquei feliz por ela confiar e comprar a geladeira, eu precisava muito, foi a minha primeira. Lá fiquei por uns dois anos, e mesmo não ganhando um salário, era melhor que a casa dos Soares. A casa era pequena, o serviço menos, e ficava até umas 15hs, as vezes podia ir embora cedo, mas andava na bicicleta e esperava o sol esfriar. Era sofrimento ir trabalhar de bicicleta, mas ia. Meu marido até arrumou um trabalho na construção civil, mas ficava pouco tempo em um serviço, logo saía, e tudo ficava nas minhas “costas”. (Ceça, 16/05/25).

Merece destacar que mesmo o trabalho na casa dos Carvalho sendo distante, a entrevistada diz que gostava de trabalhar com a família, o serviço era pouco, casa pequena, e as vezes ela podia ir embora até mais cedo, fato que não acontecia devido o deslocamento ser de bicicleta, não por que a família não desse dinheiro para o transporte, mas, pelo fato da necessidade de comprar uma geladeira, a mesma utilizava o dinheiro do deslocamento para outra finalidade mais urgente, segundo ela. E, mesmo diante da distância só deixou de trabalhar para eles, por que como a criança pequena ia para a escola, não precisavam mais de alguém para os afazeres domésticos. Segundo ela, o Sr. Carvalho só pensava em economizar dinheiro, e sem necessitar mais dos serviços a indicou para ir trabalhar na casa dos pais dele em 2011.

Nesse período a família dela continuava morando de aluguel. A sobrinha do marido tinha comprado uma casa para a mãe morar no bairro Uruguai, porém, a cunhada da entrevistada não tinha ido morar na casa. Como a compra tinha sido recente, e eles ainda estavam no aluguel, a irmã cedeu a casa para a família morar. Ceça diz que ao ir trabalhar na residência dos pais do sr. Carvalho, se arrependeu bastante. A casa era grande, muito serviço, e além disso, moravam

o casal mais 03 filhos, um rapaz e 02 moças “velhas” (que já tinham mais de 40 anos e não tinham casado), uma delas insuportável, implicava com ela por tudo, seja qual motivo fosse.

A sobrinha do meu ex-marido cedeu a casa da mãe pra gente morar, ai ficou melhor, não pagava mais aluguel, as despesas ficaram menores. Fomos do Monte Horebe para o Uruguai. A residência dos pais do sr. Carvalho era no São Cristóvão, bem perto de casa, porém, era horrível trabalhar lá. Uma das filhas reclamava do serviço, dizia que os banheiros e a casa não estavam bem limpos. Exigia que além de fazer a comida, limpar a casa, lavar e gomar roupas, tinha que banhar os cachorros todo sábado. E só pagavam metade de um salário, sem vale transporte. Trabalhar lá foi péssimo, a comida era regrada, a patroa dizia pra fazer um pedaço de carne para cada pessoa, como ela não trabalhava fora, ficava olhando a quantidade de comida que era feita. O marido reclamava para fazer bastante comida, que tinha um freezer cheio com todo tipo de carne, a geladeira cheia, mesmo assim, ela não deixava. Quando os filhos casados iam para lá sem avisar, ficavam sem comer, não sobrava um caroço de arroz. Acho que o sr. Carvalho do trabalhado anterior puxou para ela, mãe e filho mão de vaca. A diferença é que a mulher dele era farta, se tinha comida era para fazer, a gente não ficava com fome. Não aqueci ficar muito tempo com uma família tão ordinária como aquela. (Ceça, 16/05/25).

A entrevistada diz que nesse período precisou realizar uma cirurgia de emergência, por nunca ter trabalhado com a carteira assinada não pôde da entrada na licença doença pelo INSS. A partir daquele dia ela percebeu o quanto foi muito ruim trabalhar todos os anos sem nunca terem assinado a carteira dela. Ela diz que quando arrumava um trabalho precisava tanto dele para pagar o aluguel e as despesas com os meninos, que não tinha escolha ficava no trabalho mesmo sem assinarem a carteira. Ficar parada sem trabalhar e nem poder entrar de licença doença foi muito difícil, segundo ela, pois tinha as despesas casa para pagar, e a maioria delas era por dela, o marido não se importava muito, e passava muito tempo sem trabalhar porque não queria mesmo ir, e nem procurava uma diária para fazer durante o período da cirurgia da mesma. Para ela, os 06 meses que ficou sem trabalhar devido está doente, duraram uma eternidade.

Adoecei e precisei fazer uma cirurgia, fiquei desamparada, sem poder trabalhar e nem entrar de licença pelo INSS, foi que vi como era importante ter a carteira assinada para poder ter meus direitos. Quando voltei a trabalhar depois da cirurgia, procurei um emprego que os patrões assinassem minha carteira. E, em 2012 minha carteira foi assinada como doméstica na casa dos Marques. Eles me pagavam um salário, vales, e hora extra também. Eles moravam num apartamento no bairro de Fátima, o casal, 03 filhos ainda criança e a babá deles. Eu fazia a comida e cuidava da limpeza, as roupas iam para a lavanderia. Eu gostava de trabalhar para os Marques, me valorizavam com profissional, pagavam direito, tinha folgas e férias, lá trabalhei por 07 anos. Lá foi o serviço que fiquei mais tempo, e que mais pagou meu trabalho da forma correta. Só sai de lá em 2018, quando depois de 24 anos casada, resolvi me separar, tava cansada de levar toda família nas “costas”. Meus filhos já casados e com filhos ainda moravam comigo. Retornei com eles para Barras, não morar no interior, más, numa casa que a gente conseguiu construir na cidade, enquanto morava na capital. (Ceça, 16/05/25).

Ceça demonstra que gostava de trabalhar na residência dos Marques, que deixou de

trabalhar para a família devido as questões pessoais que envolveu o casal. Segundo ela se não tivesse acontecido as questões pessoais, talvez até a atualidade estivesse trabalhando com eles. Na cidade de Barras do Maratoan ela permaneceu com os filhos durante todo o ano de 2019. Em 2020k retornou para morar na cidade Teresina. Desta vez, segundo Ceiça, ao chegar na capital já tinha um trabalho certo para ela, e mais uma vez, como trabalhadora doméstica. A diferença é que era com carteira assinada, ela fez questão de procurar um emprego que lhe garantisse os direitos trabalhistas básicos da categoria.

Em 2020 voltei pra morar em Teresina, e diferente da primeira vez que vim pra capital, eu tinha um emprego garantido com carteira assinada na residência dos Campelos. Na casa era o casal e uma menina de 06 anos. Mesmo eles querendo muito assinar minha carteira, eu escolhi por não assinarem, porque para mim as vantagens eram bem melhores, pois horas extras, adicionais, férias e demais direitos, eles me pagavam sempre no período certo. E, mesmo de trabalhar para aquela família, deixei eu sabendo. Eu gostava muito de trabalhar com eles porque ela engravidou e precisava de alguém que dormisse no emprego. Eles até ofereceram um aumento de salário, e mesmo assim resolvi não ficar lá. Eu estava iniciando um novo relacionamento, e queria ficar a noite em minha casa após o trabalho, por que era bem melhor para mim. (Ceiça, 16/05/26).

Segundo Ceiça, ela ficou apenas 10 dias sem trabalhar, e que no final de 2020 ainda, arrumou um novo emprego com carteira assinada, desta vez na residência de um casal de juízes.

Logo arrumei emprego, em dezembro de 2020, más, como o casal ia para a festa de fim de ano na casa dos familiares em outro Estado, iniciei em janeiro de 2021. Eles moram no Aldebaran, bem longe de minha casa. Moro de aluguel no bairro Uruguai. Eles trabalham na área jurídica, lá tenho carteira assinada, vales, horas extras, e só trabalho de segunda a sexta. Na casa, além do casal, tem um menino de 04 anos, e a babá que cuida dele 24hs. Eles me pagam um salário, além das vantagens já citados. Porém, realizo todos os serviços domésticos, desde o café da manhã, até o gomar das roupas de todos. A casa é toda no vidro, tem 03 suítes, precisa de esforço e cuidado quando vou limpar. Embora, os Moraes não sejam ruins para mim, me sinto exausta, cansada, tem dia que só vou trabalhar, porque não gosto de faltar. Estou tão esgotada de trabalhar, tenho vontade de parar por um período. Faz tempo que estou nessa luta, meus filhos já são criados, não me sinto tão pressionada a trabalhar arduamente como antes. Talvez esteja precisando só descansar, a idade vai chegando e junto vem algumas limitações. Nesse trabalho estou até hoje, em 2025. Pode ser que eu saia de lá esse ano, não por ser ruim, mas pela distância, o deslocamento de ida e volta que é ruim. (Ceiça, 16/05/25).

Perguntamos para a entrevistada o que ela deseja e espera para o futuro, e embora ela diga que está muito cansada e com 48 anos, demonstra disposição, determinação e objetivos futuros para realizar ainda os desejos que considera possíveis de realizá-los.

Espero que eu consiga no futuro realizar o sonho de ter meu próprio negócio, montar um restaurante, gosto muito de cozinhar e para que eu posso ter autonomia e trabalhar para mim mesma. Estou em busca de realizar esse sonho, e nele deposito todas as

minhas esperanças de dias melhores e sonhos realizados. E, quando eu conseguir, posso dizer que finalmente estou realizando algo que desejei conquistar por muitos anos. (Ceíça, 16/05/25).

Ceíça deixa um conselho para as meninas, que assim como ela, vieram da zona rural do Estado do Piauí para a capital Teresina, em busca de melhores condições de vida. E, destaca a educação como sendo o mais importante deles, que as meninas que precisam iniciar aqui na capital a vida como trabalhadora doméstica se tiverem oportunidade de estudar que não a perca. A educação é a porta de entrada para muitas oportunidades de ingressarem no mercado de trabalho formal. Segundo ela, por ter morado no interior e casado aos 16 anos, não pode ter isso como objetivo principal de vida. Mas, as meninas devem pensar muito antes de casarem novas e ter filhos. Isso dificulta muito a vida da mulher ao longo da jornada de trabalho no serviço doméstico.

O que eu aconselho para as meninas que estão iniciando no trabalho doméstico, é que: se tiverem oportunidade de estudar, estudem, pois somente assim, podem mudar de vida e de trabalho. Esse serviço de doméstica a gente precisa se esforçar e ter muita responsabilidade, é um trabalho sem valorização econômica e social. Não vale apenas passar a vida toda em um trabalho sem valorização. É melhor investir na educação, enquanto se é nova, para mudar de profissão, ter o serviço de doméstica como temporário, só enquanto precisa estudar, já que não tem outro serviço para trabalhar e custear os estudos. Nessa profissão, ao longo dos anos, me senti humilhada e desvalorizada na primeira casa que trabalhei. Naquela época com os filhos pequenos, eu precisava trabalhar muito para colocar comida dentro de casa. Se tivesse que começar a vida agora nessa profissão, eu começava, mas, se não tivesse outra alternativa, Agora está bem diferente daquele tempo quando comecei. Essa é minha rotina, acordar às 5hs da manhã, para ir à luta, a vida é cheia de altos e baixos, de alegrias e tristezas, temos que lutar sempre, nunca desistir. (Ceíça, 16/05/25).

A trajetória de Ceíça, trabalhadora doméstica piauiense, permite compreender de maneira concreta os efeitos da informalidade que, conforme relatório da ONU e da OIT, ainda atinge mais de 64% das trabalhadoras domésticas na América Latina e Caribe, mesmo nos países em que há cobertura legal garantida para a categoria (ONU BRASIL, 2022). No caso de Ceíça, a informalidade esteve presente por décadas de sua vida laboral. Desde a adolescência até a fase adulta, ela exerceu atividades em casas de família sem registro formal em carteira de trabalho, sem acesso à previdência social e sem amparo em caso de doença.

É significativo que Ceíça só tenha tido a carteira assinada pela primeira vez em 2012, após mais de vinte anos de atividade. Até então, os vínculos eram informais, muitas vezes mediados por relações pessoais, promessas de confiança e acordos verbais sobre o pagamento de horas extras ou férias. Essa dimensão é evidenciada quando, em 2020, mesmo tendo a possibilidade de formalização em um novo emprego, opta por permanecer na informalidade, argumentando que

os pagamentos eram feitos corretamente e que as condições eram, na prática, mais vantajosas. Essa escolha revela um paradoxo frequente no trabalho doméstico: ainda que exista cobertura legal, a ausência de fiscalização, a baixa escolaridade e a própria necessidade imediata de renda fazem com que muitas trabalhadoras aceitem ou até prefiram condições informais, ainda que isso represente insegurança a longo prazo.

O caso de Ceiça corrobora os dados da OIT, que alertam para o fato de que apenas 10% das trabalhadoras domésticas da região usufruem, na prática, de cobertura completa dos direitos trabalhistas, mesmo quando há previsão legal (ONU Brasil, 2022). Em sua narrativa, a informalidade se apresenta não apenas como ausência de proteção, mas como parte de uma cultura de naturalização da precariedade: jornadas extensas, múltiplas tarefas, ausência de benefícios e invisibilidade social compõem a rotina de trabalho, mesmo em residências onde há vínculos afetivos entre empregadas e empregadores. A informalidade, portanto, está inserida em um sistema mais amplo de desigualdades que atravessa as trajetórias dessas mulheres, perpetuando condições de trabalho desiguais e naturalizadas.

Nesse sentido, o relato de Ceiça não deve ser lido como um caso isolado, mas como expressão de um processo estrutural. Seu percurso revela os limites da legislação trabalhista quando não há fiscalização efetiva, políticas públicas integradas e valorização social do trabalho doméstico. A formalização, nesses termos, não pode ser entendida apenas como assinatura da carteira de trabalho, mas como parte de um processo mais amplo de reconhecimento da dignidade e dos direitos dessas mulheres. Como afirma Ceiça, "eu me vi desamparada... foi aí que percebi o quanto era ruim nunca terem assinado minha carteira". Essa frase sintetiza o impacto concreto da informalidade no cotidiano de milhares de mulheres brasileiras: não apenas perda de direitos, mas também o prolongamento de uma existência marcada por esforço, cansaço e ausência de garantias.

Além da informalidade, o relato de Ceiça evidencia, com marcante densidade empírica, como o deslocamento urbano realizado por mulheres oriundas de regiões rurais se inscreve em uma lógica marcada pela precariedade invisível. Desde sua infância no povoado Bonfim, interior do Piauí, até a migração para Teresina, capital do estado, Ceiça reproduz trajetórias semelhantes às descritas por Jacquet (2003), no qual a autora demonstra como o êxodo rural feminino – notadamente de jovens que passam a integrar o serviço doméstico nas cidades – é impulsionado tanto por determinantes estruturais quanto por projetos subjetivos de mobilidade social. Assim como observado no estudo de Jacquet, a migração feminina para centros urbanos, no caso de Ceiça, expressa a busca por alternativas diante das restrições impostas pela economia rural de base familiar e pela rigidez das estruturas de parentesco.

A trajetória de Ceíça envolve deslocamentos motivados pela promessa de estudo e melhores condições de vida, mas que se concretizam sob a forma de exploração precoce e trabalho doméstico infantil. Aos 13 anos, já estava empregada em casas de família na cidade de Barras, reproduzindo o padrão de inserção laboral forçada de muitas meninas pobres do meio rural. Essa mobilidade geográfica, no entanto, não representou, de imediato, uma mobilidade social. Conforme Jacquet (2003), o ingresso das migrantes no emprego doméstico não rompe totalmente com a lógica de subordinação do trabalho feminino à família. O relato de Ceíça demonstra que mesmo após seu deslocamento para a capital, a precariedade das condições de trabalho se manteve, agravada pela informalidade, ausência de direitos e exaustiva jornada laboral.

Através do relato de Ceíça, torna-se também evidente a realidade da dupla jornada enfrentada pelas trabalhadoras domésticas urbanas. Além das tarefas exaustivas nas residências em que trabalhava, ela acumulava responsabilidades pelo cuidado e sustento dos filhos e da casa própria. Essa sobreposição de funções não apenas intensifica a carga de trabalho, como também reforça a invisibilidade de uma parte significativa de sua jornada. Jacquet (2003, p. 176) define essa experiência como “precariedade invisível”, marcada não apenas pela ausência de garantias legais, mas pelas dificuldades logísticas, simbólicas e emocionais enfrentadas cotidianamente por essas mulheres.

Apesar disso, como também analisa Jacquet (2003), essas mulheres carregam consigo projetos de melhoria de vida e autonomia, ainda que submetidas a estruturas altamente limitantes. Ceíça, por exemplo, demonstra constante desejo de ascensão: finalizou o ensino médio já adulta, nutre o sonho de montar um restaurante e deseja sair do trabalho doméstico para empreender por conta própria. Essa ambição dialoga com o que a autora chama de “conduta de mobilidade social” – expressão da vontade de transformar a condição de vida por meio do deslocamento espacial e do trabalho, mesmo que em ambientes profundamente desvalorizados (JACQUET, 2003, p. 173).

Esse desejo de transformar a própria condição laboral também se conecta com o que Meyer *et al.* (2019) denominam de “intensificação laboral das donas-de-casa”. A trajetória de Ceíça, marcada por uma vida inteira dedicada ao trabalho doméstico, reflete uma condição comum a milhares de mulheres brasileiras que, historicamente, foram inseridas nesse tipo de ocupação não como resultado de uma escolha, mas como uma imposição determinada por desigualdades estruturais de classe, gênero e território. Essa realidade corresponde ao que o artigo aponta como resultado da realização simultânea de trabalho produtivo e reprodutivo, resultando em jornadas exaustivas, invisíveis e frequentemente desvalorizadas.

Apesar das condições adversas, Ceiça nunca deixou de alimentar o sonho da autonomia, representado, sobretudo, pelo desejo de montar seu próprio restaurante. Trata-se de um movimento que não nega o trabalho doméstico, mas que busca superá-lo ou ressignificá-lo por meio do empreendedorismo, entendido aqui como forma de resistência subjetiva frente à precariedade laboral. Como observam Meyer *et al.* (2019), essa via nem sempre se configura como libertação efetiva, pois muitas vezes mantém a mulher no interior da mesma lógica de exploração e sobrecarga, agora ampliada por novas responsabilidades empreendedoras. Em seu percurso, Ceiça demonstra consciência das injustiças às quais esteve submetida — longas jornadas, salários abaixo do mínimo, ausência de direitos trabalhistas —, mas também evidencia como as condições materiais (necessidade de sustentar os filhos, ausência de qualificação profissional, impossibilidade de escolha) a forçaram a permanecer nesse tipo de ocupação.

O sonho de Ceiça por um restaurante próprio traduz a busca por valorização simbólica e material de um saber aprendido no cotidiano (a culinária), ao mesmo tempo em que aponta para os limites do trabalho doméstico como única via de sobrevivência. Essa aspiração dialoga com as experiências de mulheres pesquisadas por Strobino e Teixeira (2014), que, diante do acúmulo de responsabilidades e da ausência de políticas públicas efetivas de suporte, tentam reorganizar suas vidas em torno de pequenos empreendimentos como alternativa à precariedade histórica do trabalho feminino. Segundo as autoras, o empreendedorismo por necessidade não deve ser confundido com empreendedorismo por oportunidade, pois em muitos casos surge como resposta à falta de opções e à urgência por sobrevivência.

Ao final, a fala de Ceiça expressa também um importante alerta geracional, ela recomenda que meninas oriundas do campo e do serviço doméstico priorizem os estudos, apontando a educação como único caminho possível para romper com esse ciclo. Isso dialoga com a crítica feita por Meyer *et al.* (2019) ao romantismo das “narrativas de sucesso”, que transformam trajetórias de sobrevivência em exemplos de empreendedorismo sem considerar os contextos de precariedade e ausência de escolha que os antecedem. A trajetória de Ceiça, portanto, não é apenas um relato pessoal, mas uma chave de leitura para compreender a persistência das desigualdades no mundo do trabalho e as formas de resistência construídas por mulheres que, apesar das adversidades, seguem lutando por dignidade, reconhecimento e autonomia.

3.4.3. Lúcia: Tenho muita gratidão por tudo que meus patrões fizeram por meu filho

Dona Lúcia é uma senhora que nasceu na cidade de Barro, no Estado do Ceará, no dia 05 de outubro de 1963, esse ano irá completar 62 anos. Sua família era composta pelos pais e nove irmãos, sendo seis homens e três mulheres. Segundo ela, seu pai bebia muito, e isso o tornava bastante violento dentro de casa. Segundo ela a família era pobre, mas nunca passaram fome. Lá onde moravam quando criança trabalhavam junto com seus avós, e isso ajudava no sustento deles. Por conta de algumas questões familiares ela se sentia muito presa dentro de casa. Sua madrinha abriu um restaurante a beira da BR, em Pinheirão na divisa entre o Estado do Ceará e Rio Grande do Norte.

Por se sentir muito presa dentro de casa, dona Lúcia conta que aos 15 anos pediu aos pais para ir morar na casa da madrinha em Pinheirão, eles a deixaram ir junto com um irmão. Na casa da madrinha fazia de tudo, desde a limpeza completa na casa, como também o atendimento no restaurante. Na cidade de Pinheirão ficou até os 20 anos, quando teve o irmão assassinado, foi obrigada a retornar para a casa de sua família na cidade de Barro. Por lá ficou por um ano, e por questões pessoais teve que ir embora da cidade. Uma conhecida lhe indicou um trabalho no Estado do Piauí, na capital Teresina.

Quando chegou em Teresina foi trabalhar como babá na casa da família Costa para cuidar de um garoto de 03 meses, (Hoje, tem 40 anos). Na residência na época moravam 05 pessoas, o casal, dois filhos, e uma garota de 13 anos que tinha ido de um interior para brincar com a criança mais velha que tinha três anos, e, uma empregada que cuidava dos serviços da casa. Para ser babá do garoto de três meses ela recebia o equivalente a 250 reais hoje.

Aos 24 anos dona Lúcia engravidou do único Filho que tem, o Thiago. Mesmo grávida, e após o nascimento da criança permaneceu morando na casa da família empregadora. Thiago, seu filho cresceu junto com as crianças da casa, e a família o criou como filho. Segundo ela, quando os filhos dos patrões apanhavam ou ficavam de castigos o filho apanhava e ficava junto com eles.

Quando as crianças cresceram mais, eu passei a fazer tudo dentro de casa, desde a limpeza da casa toda, comida, lavar e gomar a roupa de todos da casa. Durante alguns anos eu fiquei trabalhando na casa deles sem carteira assinada. No ano de 87 eles assinaram minha carteira, com um salário seco mesmo, sem direito a nada, só ele mesmo. Não recebia e nem tinha férias, FGTS, e nem outros direitos. Só o salário contado mesmo. Quando completei a idade de me aposentar que fui procurar o INSS foi que fiquei sabendo que eles nunca tinham pago a contribuição para a Previdência e eu poder me aposentar. Fiquei muito triste e chateada, mas não fui procurar a justiça para denunciar eles, por que eles fizeram tudo pelo meu filho Thiago. (dona Lúcia, 03/06/25).

Quando perguntada se foi necessário acionar a justiça para que a família empregadora pagasse os valores atrasados do INSS, dona Lúcia nos respondeu que não, os patrões tiveram a

iniciativa de pagar todos os valores atrasados no INSS. Segundo ela, mesmo tendo recebido vários conselhos de pessoas próximas para denunciar no Ministério do Trabalho, disse não ter tido coragem. Devido sobretudo, a gratidão que tem por tudo que a família Costa fez por ela e o filho, sem eles teria voltado a morar na cidade de Barro no Ceará levando uma criança.

Eu não tenho coragem de fazer isso com eles. Sou grata demais por tudo que eles fizeram pelo meu filho. Aonde eu ia encontrar uma família para fazer por mim e meu filho o que eles fizeram? Criaram meu filho como filho deles, pagaram escola, plano de saúde. Deram tudo do bom e do melhor pra Thiago. Então, eu só tenho agradecer muito a eles. Sem eles eu nunca que ia ter condições de pagar escola particular e nem plano de saúde pra ele. Meu filho hoje é formado, tem um bom emprego, a família dele. Sem a ajuda dos meus patrões eu não ia conseguir da nada disso pra ele. Vou ser grata por tudo que fizeram pela a gente, pela resto de minha vida. (dona Lúcia, 03/06/25).

Para dona Lúcia, a família que ela trabalhou a vida toda sempre foi muito boa, inclusive até hoje ela ainda vai fazer faxina para eles. E que sua empregadora é uma grande amiga dela de muitos anos, uma confia demais na outra e os laços afetivos entre elas é muito forte. “Quando não estou muito bem de saúde ela me liga sempre para saber como estou, se estou precisando de alguma coisa. É a única pessoa que faz isso”. Ainda hoje vou uma vez por semana fazer as coisas para ela. Por que ela diz que só gosta das coisas dela feitas por dona Lúcia, mesmo tendo dias que está muito cansada e as vezes adoentada, mesmo assim vai, por gratidão e consideração por todos os anos de cuidados com o filho.

Ela disse que o filho foi criado pelos patrões dela como filho, e que era apresentado a todos como “filho do coração”. Quis saber se o garoto dormia no quarto com “os irmãos”, ou se tinha um quarto só para ele, ela disse que não, que o filho viveu a infância, adolescência e parte da vida adulta no mesmo quarto com ela. O quarto que fica nos fundos da casa, chamado até hoje de “dependência da empregada”.

A vida toda Thiago dormiu comigo no meu quarto. Ele não dormia com os irmãos dele, os filhos dos patrões. Mesmo ele sendo chamado e tratado como filho por eles, as vezes eu sentia um tratamento com certa diferença em relação as outras crianças da casa, a gente via que os filhos de verdade tinha mais regalias e benefícios que Thiago, era normal por serem filhos deles de verdade. Mesmo meu filho sendo apresentado para toda família deles como “filho do coração”. Mas pelo menos pagaram escola particular, e plano de saúde por muitos anos para ele. Depois pagaram a Universidade dele também. (dona Lúcia, 03/06/25).

Quis saber se dona Lúcia durante o exercício de sua profissão passou por alguma situação de preconceito, discriminação ou exclusão social por ser trabalhadora doméstica, ela disse que não. Mesmo tendo relatado que em 2019 ao contrair hanseníase foi proibida pelos patrões de continuar trabalhando, e também frequentar a casa deles pelo período que estivesse

doente. Eles pagaram o salário dela pelo tempo que esteve ausente do trabalho, mas não a queriam lá. Quando tinha ficado boa da hanseníase e ia retornar ao trabalho veio a pandemia, e novamente eles a impediram de voltar ao trabalho, segundo ela, tinham medo que transmitisse o vírus para a família deles. Essa decisão dos patrões a deixou muito triste ao ponto de ter depressão. Nunca imaginou que eles pudessem ter uma atitude dessas com ela, uma pessoa que dedicou uma vida toda a família deles, que a criança que ela chegou para cuidar quando tinha 03 meses, agora é um homem de 40 anos. Além de ter ajudado a cuidar dos outros filhos também. E que não era preciso eles terem agido daquela forma com ela, que a mesma sempre foi muito cuidadosa e responsável no trabalho.

Como doméstica nunca passei, passei por um preconceito muito grande em 2019, quando adoeci de hanseníase, que cheguei na casa dos patrões e disse que estava com a doença, ele disse que não era pra eu ficar lá, que era pra eu ir embora pra casa. E não deixou eu ficar lá de jeito nenhum. Disse que ia mandar meu salário todo mês, mas não me queria lá na casa deles. Me senti muito triste, angustiada, fiquei depressiva. Nunca imaginei que não seria acolhida em um momento de doença pela família que trabalhei minha vida inteira para ela. Nunca imaginei que eles fossem me tratar daquele jeito. Fiquei boa da doença, e durante toda tempo que tava com ela, nunca fui lá, por que eles me proibiram de ir na casa deles. E quando era para voltar a trabalhar, veio a pandemia, e novamente fui impedida de voltar a trabalhar, ou ir lá. Tinha medo que eu levasse a doença e passasse para eles. (dona Lúcia, 03/06/25).

Em relação aos estudos, a entrevistada disse que estudou até o início do ensino médio, que estava fazendo o supletivo do 1^a e 2^a ano, quando engravidou e ficou com vergonha de frequentar as aulas e deixou de ir. Se tivesse tido a oportunidade de trabalhar em outra coisa, que não fosse o serviço doméstico, gostaria de ter sido costureira, ou montado um negócio para ela trabalhar com venda de comida.

Trabalhar como doméstica para dona Lúcia é muito desgastante, cansativo, e por conto do serviço ter sido muito pesado ao longo dos anos, adquiriu diversas doenças. Por causa do filho abriu mão de sua própria vida. O conselho que dá para as jovens que estão iniciando agora como trabalhadora doméstica, dona Lúcia diz que é um só.

Que essas jovens trabalhem, por que todos nós precisamos trabalhar, mas não deixem nunca de estudar para tentar ser uma pessoa bem sucedida na vida. Devem fazer tudo no seu tempo, trabalhar, estudar, para depois poder arrumar um emprego melhor, comprar uma casa, ter família e os filhos, tudo no seu tempo, assim, evita muito sofrimento, por que as jovens pensam pouco e sonham muito. (dona Lúcia, 02/06/26).

A narrativa de Dona Lúcia apresenta uma trajetória longa e marcada pela permanência no trabalho doméstico, iniciada ainda na adolescência e sustentada ao longo de décadas em uma única casa. Através do seu relato podemos explorar, com profundidade, a complexidade das relações que estruturam o trabalho doméstico no Brasil, revelando as tensões entre afeto e

subordinação, reconhecimento e apagamento, pertencimento e exclusão.

Permite também uma leitura crítica das formas contemporâneas de precarização do trabalho doméstico, particularmente no que diz respeito à dimensão afetiva das relações entre empregadas e famílias empregadoras. Seu relato revela que, apesar de décadas de dedicação a uma única casa, com serviços diversos e cuidado dos filhos da família, os direitos trabalhistas básicos não foram plenamente assegurados. Mesmo tendo a carteira assinada a partir de 1987, a ausência de contribuição previdenciária comprometeu sua aposentadoria. A trabalhadora optou por não acionar judicialmente a família, alegando gratidão pela criação e pelos investimentos feitos no filho, criado no mesmo ambiente, mas alojado com a mãe na chamada “dependência da empregada”. O discurso de gratidão, amplamente presente em sua fala, não pode ser dissociado das estruturas históricas que envolvem o trabalho doméstico no Brasil. Conforme analisa Dalpoz (2021), a expressão “ela é da família”, recorrente em lares brasileiros, “não indica qualquer inclusão efetiva, mas sim uma estratégia retórica que mascara relações hierárquicas profundamente assimétricas” (p. 11).

A exclusão vivida por Dona Lúcia durante o adoecimento por hanseníase e, posteriormente, durante a pandemia de Covid-19, reforça os limites do afeto enquanto mecanismo de pertencimento. Apesar da longa convivência e da relação de confiança construída, a trabalhadora foi impedida de retornar ao ambiente doméstico, mesmo com o salário garantido. Esse episódio, que resultou em sofrimento psíquico e depressão, evidencia o que Dalpoz (2021) define como manipulação dos afetos, na qual “a lógica afetiva é usada para impor silenciamentos e naturalizar a negação de direitos” (p. 22). Ainda que existam vínculos emocionais autênticos entre patrões e trabalhadoras, o lugar social ocupado pela empregada doméstica permanece demarcado por uma desigualdade estrutural que se atualiza sob formas aparentemente benignas, como a “preocupação” ou o “cuidado” patronal.

Além disso, a manutenção de Dona Lúcia e de seu filho em um quarto nos fundos da residência, mesmo após mais de 40 anos de vínculo, espelha o que a autora denomina como herança material da estrutura escravocrata. Segundo Dalpoz (2021), “a arquitetura dos lares, ao reservar espaços específicos e precários para as trabalhadoras, reproduz a lógica da invisibilidade e da inferiorização dos corpos racializados e femininos” (p. 26). O quarto da empregada não é apenas um cômodo funcional, mas um marcador simbólico da hierarquia social presente no interior das casas.

Por fim, a ausência de judicialização por parte de Dona Lúcia, mesmo diante de clara violação de direitos, dialoga com um padrão descrito por Dalpoz (2021): o uso da reciprocidade como recurso para garantir a fidelidade da trabalhadora, deslocando a questão do campo jurídico

para o moral. A recusa em reivindicar formalmente o que lhe é de direito, expressa no sentimento de que “não teria coragem” de denunciar os patrões, revela como a moralidade da gratidão é usada, muitas vezes, para silenciar experiências de injustiça e explorar subjetividades marcadas pela lealdade. O caso de Dona Lúcia, portanto, exemplifica de maneira contundente os mecanismos contemporâneos de reprodução da servidão sob roupagens afetivas e familiares.

3.4.4 Ana: Esse emprego é temporário e para bancar o aluguel e minha faculdade

Anna é uma jovem sonhadora, tem 23 anos, nasceu em 2002 na zona rural de São Pedro do Piauí. É filha de dona Milena e do sr. Antônio, que são trabalhadores rurais. Anna disse que sua família é bem grande, ao todo são 05 irmãos, e a situação na casa deles sempre foi muito apertada financeiramente. Segundo ela, desde cedo entendeu que se quisesse mudar sua realidade naquele interior, seria preciso sair de lá para trabalhar na cidade, lutar por sua independência financeira, e buscar uma vida melhor para ela, que não fosse aquelas condições vivenciadas do interior de São Pedro.

A infância de Anna foi bem pobre e sofrida, como é para a maioria das crianças e adolescentes das zonas rurais do Piauí. Cresceu na roça com os irmãos ajudando os pais, principalmente na época de colher milho, feijão e arroz na roça, todos ajudavam como podia, mesmo sendo crianças. Ela destaca as lembranças da casa de forno que eu quando era pequena. A casa em questão é onde se faz a farinha de mandioca e beiju, nas épocas de farinhadas nos interiores Nordeste. As crianças estavam sempre por perto, às vezes ajudavam, ou só ficavam observando. “Eu lembro do cheiro da farinha, da fumaça, dos beijus saindo do forno. Era uma rotina bem comum pra gente naquela época”.

A entrevistada relatou que, na zona rural onde seus pais residiam, a única escola existente oferecia ensino apenas até a 8ª série. Por essa razão, ela precisou deslocar-se para a cidade a fim de continuar os estudos. Ainda menor de idade, foi obrigada a aprender a conduzir uma motocicleta para realizar diariamente o trajeto de ida e volta. Segundo seu relato, embora a Prefeitura tivesse disponibilizado um transporte escolar, o veículo frequentemente apresentava problemas mecânicos, o que dificultava a frequência às aulas. Ela destacou que, se não fosse sua determinação e vontade de aprender, não teria conseguido concluir o Ensino Médio diante de tantas dificuldades.

A escola perto de casa na zona rural não tinha mais a série que eu ia estudar. Aí, comecei ir para uma escola na cidade de São Pedro. Meus pais não tinham como deixar e pegar, pois tinham que ir para a roça, e nem tinha transporte escolar do município.

Então, mesmo menor de idade, tive que aprender a andar de moto para não deixar de estudar. A moto que deu para comprar era bem velha, vivia mais era quebrada, e às vezes não tinha dinheiro da gasolina, mas a gente dava um jeito. Teve um período que tinha uma van para levar os alunos à escola, mas, vivia sempre quebrando, então, não dava para contar com ela. Sempre fui muito esforçada, nunca reprovei na escola, mesmo faltando por causa do problema com transporte. Se não fosse a moto, mesmo velhilha, não teria continuado estudando. No interior, devido a necessidade a gente aprende a andar de moto muito cedo. Ou a gente aprende, ou as coisas ficam mais difíceis para quem vive no interior. (Anna, 20/05/25).

Um ponto que Anna destaca na entrevista é a importância que os programas de transferência de renda do Governo Federal têm para a família dela, e para as demais famílias que estão vulneráveis econômica e socialmente. “O bolsa família mesmo sendo pouco ajuda muito nossa família, me esforçava mais na escola pra mãe não perder”. Antes de sair de casa, segundo Anna, a realidade financeira da família era muito apertada. Os pais trabalhando, e recebendo auxílio, não era suficiente para manter uma família grande como a deles. Na casa faltava espaço, tranquilidade e, muitas vezes, o básico, como comida, roupas e calçados, tanto para ela, quanto para os irmãos. A rotina pesada e, mesmo com tanto esforço, as coisas não melhoravam nunca.

Eu sentia que, se continuasse ali, não conseguiria crescer nem conquistar a independência que tanto sonhava. Por isso, decidi sair em busca de uma vida melhor porque eu sabia que, se ficasse, não teria chance de mudar minha história. Falo isso também porque no interior é muito comum que as meninas engravidem cedo. Algumas meninas vivem uma realidade onde saem de festa em festa, encontram um garoto e, na emoção do momento, sem pensar na responsabilidade e peso de ter uma criança, acabam se envolvendo com os meninos muito novas e engravidam. Quase todas as minhas colegas já estão grávidas, ou já tem filhos, e a maioria não está morando com o pai da criança. Vejo que muitas assumem tudo sozinhas, e algumas até queriam mais tempo antes de ter que lidar com tantas responsabilidades. (Anna, 20/05/25).

A entrevistada afirma que se não tivesse saído do interior para procurar melhorar de vida, estudar e trabalhar, ocupando a mente com outras coisas, provavelmente teria engravidado bem jovem como as colegas de mesma idade. E, ao destacar essa passagem de sua vida e de suas colegas não é no sentido de fazer julgamento, que não cabe a ela esse papel, mas pela certeza consciência da realidade que permeia muitas jovens nas regiões mais vulneráveis, como as rurais.

Eu ainda sou muito nova, tenho muita coisa para viver, planos, sonhos para realizar que exigem de mim foco e liberdade, e uma criança não cabe neles, não por enquanto. Se, um dia eu for mãe, que seja quando eu estiver pronta para assumir a responsabilidade que ser mãe exige, sobretudo, na questão financeira, emocional, estabilidade e estrutura suficiente para cuidar de outra vida com amor, carinho e dedicação. (Anna, 20/05/2025).

Aos 19 anos Anna tomou uma decisão que considerou muito difícil, porém, necessária: “precisei vim a Teresina para fazer uma prova de concurso. Na capital tive o apoio de uma tia que me acolheu por um período”. Segundo Anna, mesmo a tia lhe ajudando, sentia que as vezes estava incomodando, e isso a deixava desconfortável, com o desejo ainda maior de ter seu próprio espaço. “Eu não queria depender de ninguém, e nem tão pouco voltar para morar no interior de São Pedro”.

Ela frisa que nesse período que esteve morando na casa da tia começou a procurar emprego. Não foi fácil, entregou o currículo em vários locais. Além de ter andado bastante pela cidade a procura de trabalho, e nunca encontrou nada. Os dias se passaram, com eles a incerteza e insegurança aumentava também. Estava longe de casa, com poucos recursos, carregando o peso da responsabilidade que tinha de ter vindo para a capital Teresina, era preciso dar certo. “Por um momento, quase desisti, más, me mantive firme na decisão e continuei a procurar trabalho”.

Procurei muito um emprego formal no comércio, já estava cansada e não consegui encontrar nada. Foi quando surgiu a oportunidade para ser babá de uma criança que a família morava na cidade de Timon, no Maranhão. E, por ser em outro Estado, achava que era longe na época, diante da necessidade aceitei. Eu precisava trabalhar urgente, não dava para escolher. Fui na coragem, na necessidade de sobrevivência. Esse trabalho como babá foi muito desafiador, pois, trabalhei por 09 meses morando direto na casa dos patrões, sem folga nenhuma durante a semana. Eles me enrolaram muito, trabalhei nos finais de semana e feriados, sem receber folga e nem pagamento pelo serviço. Era exaustivo, pesado, e muito solitário. Aguentei porque eu sabia que, se desistisse, teria que voltar a morar no interior, e de lá tinha vindo, e voltar era a última opção em meus planos. Eu tinha saído de lá para tentar mudar de vida, e, eu não ia desistir na primeira tentativa, segui firme no propósito de não voltar a morar no interior da cidade de São Pedro do Piauí. (Anna, 20/05/25).

A jovem entrevistada, atualmente reside no domicílio de seus empregadores durante toda semana, fato que evidencia a persistência de relações trabalhistas que, embora aparentemente convencionais, mantêm estruturas de controle e dependência dissimuladas.

Essa proximidade física, comum em ocupações domésticas, pode ser interpretada como uma estratégia de subordinação, na qual a presença contínua no local de trabalho facilita a extensão das demandas laborais, além da jornada formalmente estabelecida. Nos finais de semana que tem folga, Anna vai para uma quitinete alugada por 350,00 reais, que fica bem distante do local de trabalho.

Ela demonstra uma percepção crítica dessa dinâmica, reconhecendo-a também, como um espaço de economia pessoal. Ao residir no mesmo local em que trabalha durante a semana, ela minimiza os gastos com moradia e transporte, permitindo-lhe acumular recursos financeiros, em outros aspectos de sua vida. Essa dualidade — entre exploração e estratégia de

sobrevivência — ilustra a complexidade das relações do trabalho doméstico, nas quais a linha entre vantagem e subjugação é frequentemente tênue.

Trabalhadores em condições adversas desenvolvem táticas para otimizar suas condições materiais dentro de estruturas limitantes. Quando questionada sobre as condições e limitações ocasionadas por dormir no espaço de trabalho, ela demonstra que:

No começo, essa experiência foi desafiadora, porque eu gosto de ter o meu próprio espaço. Mas, financeiramente, isso me ajuda bastante, economizo com alimentação, água e luz, no lugar que aluguei, pois, só fico quando estou de folga. Só aluguei para ter um ponto de apoio, porque faço faculdade de enfermagem no final de semana e preciso estudar. (Anna, 20/05/25).

Anna, embora seja adulta, tem uma rotina de trabalho bem exaustiva como demonstrado em sua fala:

Atualmente, minhas condições de trabalho são bem intensas, eu trabalho como babá de um garoto de 04 anos a semana toda, e moro com os patrões. Tudo do garoto eu tenho que acompanhar, tenho que ficar à disposição dele 24hs, inclusive durmo no quarto dele. Quando ele tem atividades extraclasses, como futebol, natação, sempre sou eu que vou. No meu emprego anterior, recebia muito pouco e trabalhava além do que devia, até mesmo aos feriados, sem receber por isso. Como eu era nova e não tinha muita informação sobre meus direitos, acabava sendo explorada. Nesse trabalho que estou agora eles me pagam direito, as horas extras, os finais de semana, quando precisam de mim. (Anna, 20/05/25).

Para a trabalhadora entrevistada, a menção ao emprego anterior, no qual era explorada por desconhecer seus direitos, ilustra um problema estrutural, a falta de acesso às informações acerca dos direitos básicos das trabalhadoras domésticas, especialmente as mais jovens. O que as torna mais vulneráveis, a se submeterem as condições de trabalho degradantes com baixa remuneração, não pagamento de horas extras, e ausência de descanso semanal remunerado, como citado:

No trabalho atual, recebo mais que um salário mínimo, mas, minha carga horária é puxada. Trabalho o dia todo e à madrugada, porque a noite a criança dorme comigo, e acorda durante a noite, então preciso estar disponível. Só tenho tempo para minhas coisas pessoais nos finais de semana. Apesar disso, esse emprego me permite bancar minha vida sozinha, pagar aluguel e minha faculdade. Mas quero mudar de trabalho para ter mais tempo para estudar e crescer profissionalmente. (Anna, 20/05/25).

Porém, Anna, apesar de ter iniciado o trabalho doméstico aos 19 anos, descreve uma rotina de trabalho intensa, marcada por longas jornadas que se estendem até a madrugada, devido às demandas imprevisíveis do cuidado infantil. Esse cenário reflete uma das características mais críticas do trabalho doméstico no Brasil: a invisibilidade das horas extras e a naturalização da disponibilidade constante. A falta de remuneração adequada por trabalho em

feriados e a ausência de limites claros entre tempo laboral e pessoal, (devido à coabitação com os patrões), evidenciam a flexibilização extrema dos direitos trabalhistas nessa categoria, mesmo a trabalhadora sendo maior de idade.

Em contra ponto a narradora, Anna perspectiva um futuro promissor, um ponto em destaque é a resistência de ocupar esse lugar, almejando um futuro melhor nos estudos. Apesar das condições adversas, a entrevistada demonstra reconhecer que o emprego atual, embora desgastante, lhe proporciona certa independência financeira. Ela destaca que consegue “banciar sua vida sozinha”. Esse aspecto revela uma estratégia de sobrevivência comum entre trabalhadoras domésticas, que muitas vezes aceitam condições precárias em troca de estabilidade mínima, como mencionado:

Estou em um emprego melhor, que me está me dando à chance de conquistar minhas coisas. Aluguei meu próprio canto, comecei minha faculdade de Enfermagem na UNIASSELVI, e iniciei o processo para tirar minha habilitação A e B. Mesmo trabalhando muito e estudando, estou construindo a vida que sempre sonhei, e ajudando minha mãe. (Anna, 20/05/25).

Atualmente Anna mora em uma quitinete alugada distante do local de trabalho, e nos dias de folga vai para lá. E, apesar das dificuldades que teve quando migrou de São Pedro do Piauí para a capital Teresina em busca de sobrevivência, a situação dela é bem melhor hoje. Ela diz que com o trabalho que tem, mesmo não sendo o desejado por ela, e nem o dos sonhos, consegue se sustentar, pagar as despesas, e não precisa voltar a morar no interior de São Pedro, vai para lá só a passeio.

Já conquistei várias coisas materiais com meu trabalho. Estou no terceiro período da faculdade de enfermagem, e, futuramente quando eu estiver formada, e mais estabilizada financeiramente, quero cursar Direito. Quando penso e vejo o que já conquistei com esforço e muito trabalho, percebo que estou no caminho certo. Mesmo tomado a decisão de sair de perto de minha família, o que foi muito difícil, não tenho dúvidas, foi o melhor para todos nós. No futuro, quando eu estiver trabalhando e ganhando bem, quero muito poder ajudar meus pais, que diferente de mim, não tiveram a oportunidade de buscar uma vida melhor fora do interior do Piauí. (Anna, 20/05/25).

Quando perguntado para a jovem Anna o que ela perspectiva para o futuro a resposta é clara, objetiva e direta: “Eu espero ser bem-sucedida, realizada na minha carreira e financeiramente estável. Quero conquistar minha independência e, quando eu tiver filhos, ser o apoio deles. Meu objetivo é dar todo o suporte necessário para que, quando eles crescerem e forem seguir seus próprios caminhos, tenham meu apoio e suporte financeiro também”

A trajetória de Anna, jovem piauiense de 23 anos, ilustra de forma sensível e concreta

as marcas estruturais do trabalho doméstico no Brasil, especialmente quando atravessado por gênero, classe e território. Oriunda da zona rural de São Pedro do Piauí, filha de trabalhadores rurais e integrante de uma família numerosa, Anna representa o perfil recorrente das jovens nordestinas que, desde muito cedo, são expostas à dureza do trabalho produtivo e reprodutivo, sendo levadas a assumir responsabilidades adultas ainda na infância. Sua decisão de migrar para a cidade, como tentativa de romper com a precariedade e a repetição do ciclo de exclusão vivenciado pelas mulheres de sua comunidade, expressa o que Silva (2016) denomina como “movimento de reinvenção de si”, quando a juventude feminina tenta escapar dos determinismos do meio rural, buscando novas formas de inserção e autonomia.

No entanto, como ressalta a autora, esse movimento de mobilidade espacial não se traduz automaticamente em mobilidade social. Ao chegar à capital Teresina, Anna não encontra oportunidades no setor formal e é absorvida rapidamente pelo trabalho doméstico, setor historicamente caracterizado pela informalidade, baixa remuneração e ausência de direitos trabalhistas efetivos. O ingresso de Anna como babá interna, em regime de sobrecarga e exploração, confirma a tese de Silva (2016) de que a juventude feminina pobre, sobretudo do meio rural, segue tendo no trabalho doméstico uma “porta de entrada” compulsória no mundo do trabalho, mesmo após avanços legislativos.

A experiência de Anna revela ainda como o modelo da trabalhadora que reside na casa dos patrões, embora não seja mais a regra legal, segue operando como prática recorrente em contextos de vulnerabilidade, por vezes disfarçada como vantagem. A autora, ao destacar que Anna dorme no local de trabalho durante toda a semana, aponta como essa forma de organização implica na diluição dos limites entre tempo dedicado ao trabalho e tempo de vida pessoal, reforçando o caráter totalizante da ocupação doméstica. Ainda que a jovem identifique aspectos positivos dessa condição, como economia de despesas e a possibilidade de juntar dinheiro para manter uma vida mínima independente, a sobreposição entre espaço de moradia e espaço profissional contribui para intensificar a precarização, naturalizar jornadas ampliadas e invisibilizar o cansaço cotidiano.

Outro ponto importante, também discutido por Silva (2016), diz respeito à ausência de políticas públicas que garantam à juventude trabalhadora o acesso à educação, qualificação profissional e direitos sociais. Anna, mesmo com seu esforço, teve dificuldades imensas para estudar ainda na zona rural e, mesmo depois de migrar, precisou equilibrar uma rotina exaustiva de trabalho com o início da faculdade de enfermagem. Sua trajetória confirma o que a autora observa: muitas jovens não abandonam seus projetos de futuro, mas são obrigadas a submeter seus sonhos a condições extremamente adversas.

Por fim, ao declarar que deseja construir um futuro diferente do das colegas que engravidaram cedo e hoje reproduzem ciclos de dependência e informalidade, Anna assume uma postura ativa diante do seu destino. Sua recusa à maternidade precoce e sua aposta na educação como caminho de ascensão social indicam um processo de conscientização e resistência que, como argumenta Silva (2016), pode significar a ruptura parcial com as estruturas de subalternidade. Ainda que inserida em uma lógica de exploração, Anna projeta sua trajetória em direção à autonomia, à estabilidade e ao desejo de cuidar de seus próprios filhos, futuramente, em condições mais dignas.

Encerrar o capítulo com o depoimento de Anna permite evidenciar que, mesmo diante das continuidades históricas da precarização do trabalho doméstico, há fissuras abertas pelas próprias sujeitas que o exercem. Anna representa uma geração que, embora ainda marcada pelas mesmas exclusões vividas por suas antecessoras, carrega também um desejo, cada vez mais consciente de mudança. Seu percurso reafirma que as lutas por dignidade, reconhecimento e futuro não são lineares, mas carregadas de contradições, esperanças e resistências silenciosas, que merecem ser reconhecidas como parte constitutiva da história social do trabalho doméstico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo aborda a realidade de quatro mulheres que exerceram ou ainda exercem o trabalho doméstico durante a maior parte de suas vidas. Elas residem em Teresina, capital do Piauí, e migraram de zonas rurais do estado e de um estado vizinho para ingressar nesse campo profissional ainda na infância ou adolescência, em um vínculo informal e antes de atingirem a maioridade. O objetivo deste trabalho foi preencher uma lacuna no conhecimento, analisando as narrativas autobiográficas dessas trabalhadoras domésticas no Piauí, com o intuito de conhecer e descrever suas histórias de vida, contextualizando as condições de trabalho, vida e afeto nas quais estão inseridas dentro da sociedade brasileira.

Nas entrevistas realizadas, foram abordados diversos temas, como a origem e criação das entrevistadas, suas famílias, educação, casamento, filhos, experiências de trabalho e os detalhes sobre a profissão, como o início da carreira, relações com os empregadores, trajetos até o trabalho, as atividades diárias realizadas, jornada de trabalho, remuneração, carteira de trabalho, previdência social, sobrecarga de trabalho e acidentes ocupacionais. Também foram discutidas suas percepções acerca de diversas situações vivenciadas, desde o acesso a saúde enquanto trabalhadoras, como também os serviços de proteção e garantia de direitos destas. Além de questões como discriminação racial, assédio sexual, violência doméstica, e benefícios estatais também foram contempladas. As entrevistas ocorreram entre dezembro de 2024 e junho de 2025, foram transcritas e, por opção das entrevistadas, seus nomes, de seus familiares e empregadores, não foram alterados, preservando o não anonimato.

O trabalho doméstico, predominantemente exercido por mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade, é marcado pela precariedade das condições laborais. Apesar da sua importância, essas mulheres, ao desempenharem funções que desafiam as estruturas do trabalho tradicional e promovem uma nova dinâmica frente às desigualdades, continuam a ser desvalorizadas. Bernardino-Costa (2015) aponta que, embora essas trabalhadoras descolonizem as relações de trabalho, o setor continua marginalizado, com seu processo de qualificação sendo informal, relacionado a corpos de sujeitos estigmatizados pela pobreza, racismo e processos de colonização. Essa desvalorização é exacerbada por uma baixa remuneração e pela presença de desigualdades de gênero, raça e classe.

Ademais, o racismo e a violência, tanto no ambiente de trabalho quanto na sociedade, agravam a situação de subordinação dessas mulheres, especialmente as negras, pardas e indígenas. Bernardino-Costa (2015) afirma que o trabalho foi racializado desde os tempos

coloniais, estabelecendo uma divisão de trabalho na qual os europeus e seus descendentes estavam vinculados ao trabalho assalariado, enquanto os colonizados eram relegados a condições de trabalho não remunerado ou até mesmo escravo. A condição de escravo, com suas transformações ao longo do tempo, ainda se reflete em formas contemporâneas de

trabalho forçado e servidão, como o tráfico humano e o trabalho forçado, conceitos amplamente discutidos por Leão (2016), que indica que essas formas de exploração de trabalho estão relacionadas a padrões de acumulação capitalista e negligência dos direitos trabalhistas.

No período pós-abolição, o trabalho doméstico passou a ser encarado como uma atividade feminina, associada ao espaço da vida doméstica colonizadora, sendo visto como uma "ajuda" em troca de moradia e alimentação. Embora o processo de industrialização e urbanização tenha alterado algumas dinâmicas, muitas trabalhadoras domésticas continuam a perceber sua atividade como uma mera "ajuda". O trabalho doméstico foi sendo gradualmente estigmatizado como um trabalho desqualificado, realizado por pessoas de status mais baixo, associado a funções relacionadas à sujeira, intimidade e cuidado, o que ainda persiste na visão de muitos, que consideram essas atividades como habilidades naturais das mulheres.

A informalidade do trabalho doméstico é uma característica marcante, com a maioria das trabalhadoras sem registro em carteira de trabalho, o que as impede de acessar benefícios como seguridade social e proteção à saúde. Mesmo com a regulamentação do trabalho doméstico, muitas dessas trabalhadoras ainda se encontram em situação de vulnerabilidade. Além disso, o trabalho doméstico apresenta altas taxas de incidência de sintomas de depressão e ansiedade, bem como um número significativo de acidentes ocupacionais, fatores que se agravam devido à falta de lazer, violência, racismo e dificuldades no acesso a serviços de saúde (IRIART, 2008).

Embora existam estudos quantitativos sobre a organização do trabalho doméstico, ainda são escassos os estudos qualitativos que buscam compreender as percepções dessas trabalhadoras sobre seu universo laboral, suas histórias de vida e os impactos de sua inserção no mercado de trabalho. Esses estudos são essenciais para o desenvolvimento de estratégias inovadoras de promoção de políticas públicas nas áreas da assistência, trabalho, previdência e a saúde, como alerta Iriart (2008), além de proporcionar um entendimento profundo das condições que impactam as trabalhadoras, com base em suas próprias visões e experiências.

Investigar o trabalho doméstico é, portanto, essencial para compreender as condições de vida e trabalho de milhões de brasileiras, muitas das quais permanecem à margem da produção acadêmica. A reflexão sobre a representação social desse trabalho, os riscos a que as trabalhadoras estão expostas, e as desigualdades de classe, raça e gênero são fundamentais para

a construção de um futuro mais justo e equitativo para essas profissionais.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, Sirlene da Rosa Freitas de. **A vulnerabilidade social da mãe solo no Brasil**. Repositório Universitário da Ânima (RUNA). Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api>. Acesso em: 10 mar. 2025.

ALBERTI, Verena. **Fontes Orais - História dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Orais. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. **Estudos históricos** - Viagem e narrativa, Rio de Janeiro, v.4, nº 7, p.66-81, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAÚJO, Marina. **Trabalho doméstico no Brasil: a luta pelo reconhecimento social frente aos novos direitos**. 2015. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/MarinaMacedoAraujo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. 2009. 321 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ÁVILA Maria Betânia de Melo; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. Campinas, SP: [s.n.], 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp>. Acesso em: 04 dez. 2023.

BARTLETT, Alicia Giménez. **A casa de Virginia W**. Tradução de Joana d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria e Metodologia da História: antigas e novas interdisciplinaridades**. Brasília: [s.n.], 2013. Palestra proferida na UNB em 18 de novembro de 2013, no I Simpósio de Metodologia da História e IX Encontro Regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de História Oral.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosana; DELIBERALLI, Priscila; BAHIA, Mônica. **O trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil**. In: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília, OIT, 2006.

BASTOS, Ludimila Corrêa. **Trabalho doméstico, relações de gênero e educação: um estudo com educandas/os da EJA**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BBC NEWS BRASIL. **Caso Miguel: relembre a morte do menino que comoveu o país e gerou debates sobre racismo e desigualdade social**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52986380>. Acesso em: 10 out. 2023.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2007.

_____. Migração, trabalho doméstico e afeto. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, p. 447- 459, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social; Organização Internacional do Trabalho (OIT); Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (FITH); Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad). **Estudo revela desigualdades regionais e exaustão crônica entre trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília: MDS, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/estudo-revela-desigualdades-regionais-e-exaustao-cronica-entre-trabalhadoras-domesticas-no-brasil>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRITES, Jurema. **Trabalho doméstico: políticas da vida privada**. In: Reflexões feministas sobre a informalidade e trabalho doméstico. Recife: SOS corpo, 2008.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Editora FGV: São Paulo, 2010.

CARVALHO, José Alberto Magno de; CAVENAGHI, Suzana. **Desigualdades raciais e de gênero no serviço doméstico no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019. (Texto para Discussão, n. 2528). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

CICHOCKI, Irene de Freitas. **Coronelismo midiático**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa-RS, 2012.

CHARTIER, Prefácio. **Mulheres de Papel**. In.: LACERDA, Lilian de. *Àlbum de Leitura: memória de vida, histórias de leitura*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

COLLINS, P. H., & Bilge, S. (2015). **Interseccionalidade** (1ª ed.). São Paulo: Editora Pólen.

COSTA, Ana Paula do Amaral. **Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do**

Rio Grande (1880-1894). UFPEL: Pelotas, 2013.

COSTA, Joana. **Emprego Doméstico no Brasil**: Transições em Contextos de Crises. 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/emprego_domestico.pdf. Acesso em: 25 de jul. 2024.

DALPOZ, M. F. Ela é da família: como a herança cultural escravocrata coloca em risco a saúde das trabalhadoras domésticas durante a pandemia da Covid-19. **Palavra Seca**, v. 1, n. 2, p. 9–33, 2021. Acesso em: 20 jun. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Tamaya Luna Publio. **Trabalho doméstico no Brasil**: da escravidão à lei complementar nº150/2015. Retratos de um ordenamento jurídico omissivo e desigual. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, Salvador, 2021.

DOMINGUES, Larissa dos Santos. The case for long-term care policies: theory and an overview across the OECD and Brazil. **Hoplos**, Niterói, v. 5, p. 45-58, 2023.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminina. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FENATRAD. **Trabalhadoras domésticas em situação análoga à escravidão no Brasil: até quando?** 2022. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2022/04/04/trabalhadoras-domesticas-em-situacao-analoga-a-escravidao-no-brasil-ate-quando/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. vol. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERRAZ, Fernando Bastos. **Empregados domésticos**. São Paulo: LTr, 2003.

FERRAZ, Fernando Basto; RANGEL, Helano Márcio Vieira. **A discriminação sociojurídica ao emprego doméstico na sociedade brasileira contemporânea**: uma projeção do passado colonial. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI. *Anais...* Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/arquivos/anais/fortaleza/3832.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FERRAROTTI, Franco. **Sobre a autonomia do método biográfico**. **Sociologia – Problemas e Práticas**, n. 6, p. 171-177, 1991. Tradução de Idalina Conde.

FERREIRA, Bergman de Paula. **De escravas a empregadas domésticas**: A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA XXVI, 2011, São Paulo. Simpósio. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDONI, Adriane. A conquista das empregadas domésticas. **Revista Nova Escola**. Disponível em: <http://rede.novaescolaclube.org.br>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GONÇALVES, Maria do Socorro Lages. **Alfredo e Rosa: e a descendência da Esperança (a família Pires Lages de Barras do Mrataoã)**./ Maria do Socorro Lages Gonçalves.– Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017. 196 p.: il. (Coleção Século XXI, 10)

GONDIM, Andrea da Rocha Carvalho; LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Contratação equitativa e serviço doméstico: o caso das trabalhadoras domésticas filipinas no Brasil. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, v. 7, n. 68, maio, 2018. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br>. Acesso em: 21 set. 2023.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Pricila. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 07-23, 2020.

GUERREIRO, Jorge André. **Interdisciplinaridade em ciências sociais – passado, presente ou futuro? In: I Congresso Internacional de Redes Sociais**, Universidade de Lisboa, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/3052>. Acesso em: 10/06/2025.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 20 jul. 2024.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nády Araujo. **Cuidado e cuidadoras: As várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

JACQUET, Christine. **Urbanização e emprego doméstico**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 163–179, jun. 2003.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do trabalho**- 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KOFES, Suely. **Mulher, Mulheres: Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

LEMONS, Maria Cristina. **Mulheres, escravidão e trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LEONE, Eugenia Troncoso. **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. Organizado por Eugenia Troncoso, José Dari Krein, Marilane Oliveira. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres. Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, jun. 2017.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Páginas da História do Piauí colonial e provincial**. Teresina: EDUFPI, 2020.

LINDEN, Marcel van der. Globalizando a Historiografia das Classes Trabalhadoras e dos Movimentos Operários: Alguns pensamentos Preliminares. Trajetos: **Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 2, 2002.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Anotações sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho**. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia de Paula (Org.). Novas configurações do trabalho e economia solidária. São Paulo: Annablume, 2012. p. 109-134.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. Trabalho doméstico, consumo e interseccionalidade: possibilidades de agência na trajetória de uma (ex) empregada doméstica. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 184-207, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lucia. **Recônditos do mundo feminino**. In: SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil: Da Belle Époque a Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARCONDES, Mariana. **O dia deveria ter 48 horas**: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para sua democratização. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo, 2014.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual do Trabalho Doméstico**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2013.

MATTOS, Leandra Iriane. As desigualdades sociais como reflexo da falta de políticas públicas como mecanismos de integração dos negros libertos no Brasil República. **Revista Avant**, v. 7, n. 1, p. 110-125, 2023.

MELLO, Luciana Garcia de. Interseccionalidade ea crítica ao trabalho doméstico: construindo um diálogo com múltiplas vozes. **Mediações**, v. 30, p. e51666, 2025.

MEYER, Antônia Vaneska Timbó de Lima; OLIVEIRA, Eveline. N. P.; COELHO, Raquel. N.; AQUINO, Cássio. A. B. Trabalho doméstico e empreendedorismo: a intensificação laboral das donas-de-casa. **Revista Laborativa**, v. 8, n. 2, p. 36-56, out. 2019. Disponível em: <https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>. Acesso em 10 de jun. 2025.

MORI, Natália. **Tensões e Experiência**: Um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. In: REY, F. G. (Org.). Sujeito e subjetividade. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOURA, R. G.; ZEFERINO, D. S.; NASCIMENTO, R. P. “#Eu empregada doméstica”: entre a dominação afetiva e precariedade subjetiva. **Revista FSA**, Teresina, v. 17, n. 3, p. 3-19, mar. 2020.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

NEVES, Denise Carmem de Andrade. **Inserção precoce de mulheres pobres no trabalho doméstico**: um estudo de trajetórias. Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

NUNES, Christiane Girard. Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, set./dez., 2013.

OIT. **Trabalho doméstico no Brasil**: rumo ao reconhecimento institucional. Brasília: Escritório no Brasil, 2020.

OXFAM BRASIL. **Primeiro caso de morte por covid-19 no Rio é o retrato da vulnerabilidade das mulheres na pandemia**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/primeiro-caso-de-morte-por-covid-19-no-rio-e-o-retrato-da-vulnerabilidade-das-mulheres-na-pandemia/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

PAINS, Clarissa. **Mulheres dedicam 73% mais tempo do que homens nos afazeres domésticos**. O Globo Sociedade, 07 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 02 ago. 2024.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. História das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-mancipação. **Revista Estudos Feministas**. v. 16, n. 3, 2008.

PERROT, Michelle. **Uma história das mulheres**. Lisboa: Asa Editores, 2007.

PINHEIRO, Luana. **Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. In: IPEA: Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 10 jul. 2024.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação**: trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

QUINTO, Deyse Vieira. “Dona-de-casa x empregada”: os conceitos de trabalho doméstico a partir do Brasil. **Veredas da História**, Montes Claros, v. 15, n. 2, p. 31-57, dez. 2022. Disponível em: . Acesso em: 15 de Abril de 2025.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho de empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

REZENDE, Ricardo. **O trabalho doméstico no Brasil: da escravidão ao século XXI**. Rio de

Janeiro: Editora FGV, 2015.

RIBEIRO COROSSACZ, Virginia. Assédio sexual no emprego doméstico. **Revista Z Cultural**, v. 15, n. 2, p. 8-16, 2020.

RIBEIRO, Francisco Domiro. Evolução Histórico-Jurídico do Trabalho Doméstico. **Lex Huamana**, v. 8, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: Dialnet-EvolucaoHistoricojuridicaDoTrabalhoDomestico-pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

RIZZINI, Irene. FONSECA, Claudia. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais**. Brasília: OIT, 2002.

ROCHA, Cristiana Costa da. Os retornados: reflexões sobre condições sociais e sobrevivência de trabalhadores rurais migrantes escravizados no tempo presente. **Revista Brasileira de História**, v. 32, p. 149-165, 2012.

ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida da lei, a lei da vida: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente**. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

RODRIGUES, Marta Bonow. “**A vida é um jogo para quem tem ancas**”: uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. Pelotas, 2015.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1978.

_____. **Poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspectiva**, vol. 13, n. 4, Out./Dez. 1999.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, 2009. v. 17, n 3. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 108, p. 183-190, 2015.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Direitos, desigualdade e diversidade. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça social: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Campus, 1987.

SILVA, Bruna Gabriella Santiago. “Eu, empregada doméstica”: As Reminiscências da Escravização no Emprego Doméstico no Brasil. **Revista de Direito**, Viçosa, v. 13 n. 02 p. 202-222. 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/120500263>. Acesso em: 02 ago. 2024.

SILVA, Cristiane de Melo Mattos Sabino Gazola. **Do escravismo colonial ao trabalho forçado atual**: a supressão dos direitos sociais fundamentais. São Paulo: LTr, 2009.

SILVA, Darlene Sousa. **Infância Roubada**: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010, p. 32 Disponível em: <<http://tedebc.ufma.br:8080>. Acesso em: 02 set. 2024.

SILVA, Marluce Souza e. **Revista direitos, trabalho e política social**. Universidade Federal de Mato Grosso: Editora Marluce Souza e Silva. vol. 8, n. 15 (jul./dez. 2022). Cuiabá: UFMT, 2015.

SILVA, Rosilene dos Santos. **Emprego doméstico**: entre invisibilidade e subalternização – um estudo sobre as trabalhadoras domésticas na cidade de Aracaju/SE. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: [<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7025>. Acesso em: 10 de jun. 2025.

SOARES, Luiz Eduardo. “Juventude e violência no Brasil contemporâneo”. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo. (Orgs.) **Juventude e sociedade**: trabalho, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perceu Abramo, 2004.

SOIBET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto (10ª ed), 2013.

SORATTO, Lúcia Helena. **Quando o trabalho é na casa do outro**: um estudo sobre empregadas domésticas. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SOUZA, Ailta Barros de. Trabalhadoras domésticas diaristas em Brasília: da autonomia a desproteção social. In: ALMEIDA, Jalcione; Rodrigues, Léo Peixoto; SPOLLE, Marcus. **Crise e emergência de novas dinâmicas sociais**. Curitiba: CRV, 2014.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

STROBINO, Marcia Regina de campos. **Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho- família**: estudo de multicasos no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba. Dissertação (Mestrado em Administração do Setor de Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal do Paraná, 2009.

STEIL, Juliana. **Faxineira denuncia humilhação por moradores de edifício**: “Mandaram eu

me colocar no meu lugar”. Disponível: <https://g1.globo.com>. Acesso: 25 fev. 2022.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas Entre Sobrados**: Mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2013.

TOMAZELLI, Idiana. Emprego doméstico volta a crescer no Brasil, mostra IBGE. **Revista Exame**. 2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/emprego-domestico-volta-a-crescer-no-brasil-mostra-ibge>. Acesso em: 06 abr. 2016.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Iramaira de Oliveira. “**Não Era Brincar, Era Trabalhar Puxado**”: A força da escravidão no trabalho doméstico contemporâneo em Barras - PI (1985-2015). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena Em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, Piauí, 2021.

WENTZEL, Marina. **O que faz o Brasil ter a maior população de doméstica do mundo**. BBC News Brasil, 26 fev. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>. Acesso em: 21 mai. 2021.

6 COLABORADORAS

ANNA. Entrevista concedida a Luciana Silva de Carvalho. Teresina Piauí, abril/2025.

CONCEIÇÃO VALÉRIA. Entrevista concedida a Luciana Silva de Carvalho. Teresina Piauí, janeiro/2025.

LÚCIA. Entrevista concedida Luciana Silva de Carvalho. Teresina, maio/2025.

7 FONTES

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 08 jul. 2024.

_____. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

_____. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Decreto nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 5 jan. 1916. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L3071.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

_____. **Decreto-Lei nº 3.078, de 27 de fevereiro de 1941**. Dispõe sobre a locação dos empregados em serviço doméstico. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 27 fev. 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3078.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 2 jan. 2024.

_____. **Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.

_____. **Projeto de Lei nº 224, de 2013**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências. Senado Federal, Brasília, DF, 6 jun. 2013. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/112242>. Acesso em: 12 out. 2024.

_____, **Ministério do Trabalho e Emprego**. Trabalhadores domésticos: direitos e deveres. Brasília, DF: MTE, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/cartilha-trabalhadores-domesticos-direitos-e-deveres>. Acesso em: 8 jan. 2025.

_____, Governo Federal. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome**: Trabalhador-domésticas e políticas de cuidado. Disponível: <https://www.gov.br/mds/nota-informativa-n2-publicada.pdf>. Acesso em: 22 jul. de 2024.

_____, IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicilio-PNAD Continua**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho>. Acesso em: 01 jul. 2024.

_____. **Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972**. Brasília, 1972. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5859.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.

_____. **Lei nº 7.195, de 12 de junho de 1984**. Dispõe sobre a responsabilidade civil das agências de empregados domésticos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7195.htm. Acesso em:

12 out. 2024.

_____. **Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985.** Institui o Vale-Transporte e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 dez. 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7418.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

_____. **Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987.** Dispõe sobre o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1º out. 1987. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7619.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

_____. **Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.** Regulamenta a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 1987. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d95247.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

_____. **Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111324.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.

_____. **Lei Complementar 150, de 1º de junho de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

_____. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

_____, Presidência da República. Câmara dos Deputados. Constituição (2013). **Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013.** Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm>. Acesso em: 3 set. 2019.

_____, São Paulo (Estado). **Resolução nº 6, de 21 de abril de 1886.** Manda publicar e executar vários artigos de posturas da Câmara Municipal da Capital, regulando o modo porque deve ser feito o serviço de criados. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao>. Acesso em: 12 jul. 2024.

DIEESE. **O Emprego Doméstico no Brasil.** Estudos e Pesquisas. Brasília: Dieese, 2013. Disponível: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 25 jul. 2024.

HONORATO, Renata. Revista Veja: **PEC das Domésticas pode elevar despesas de famílias com empregados em quase 40%.** 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/pec-das-domesticas-pode-elevar-despesas-de-familias>

- com-empregados-em-quase-40/>. Acesso em: 15 out. 2024.

Instituto de Pesquisas Aplicadas. *Retrato das desigualdades de gênero e raça.* 2015.

Disponível

em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html.

Acesso em: 02 ago. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). Estatísticas Sociais: (Ed.). **Trabalho infantil**: mais de 20 milhões de crianças realizavam tarefas domésticas. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18384>>. Acesso jan. de 2024.

OIT. **Trabalho doméstico**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 21 mai. 2021.

_____. **Convenção e recomendação sobre trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos**. Brasília: ILO, Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/convecacao_189.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

_____. **Trabalho Decente**. Disponível: <https://www.ilo.org/trabalho-decente>. Acesso: 25 fev. 2022.

_____. **From global care crisis to quality care at home: the case for including domestic workers in care policies and ensuring their rights at work**.

Geneva: International Labour Office, 2023.

Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/WCMS_916326. Acesso em: Out. 2024.

Organização das Nações Unidas no Brasil. **Informalidade deixa sem proteção milhões de trabalhadoras domésticas**. Publicado em 17/06/2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/186931-informalidade-deixa-sem-prote%C3%A7%C3%A3o-milh%C3%B5es-de-trabalhadoras-dom%C3%A9sticas>. Acesso em: 05 jun. 2025.

PIERRY, Flávia (Brasil). Gazeta do Povo. **"PEC das Domésticas: o que Bolsonaro acertou. E o lado bom que ele ignorou"**. 2018. Disponível em:

<<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018>>. Acesso em: 10 de jun. 2024.

SÃO PAULO (Província). **Resolução nº 62, de 21 de abril de 1886**. Manda publicar e executar vários artigos de posturas da Câmara Municipal da Capital, regulando o modo por que deve ser feito o serviço de criados. Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, 21 abr. 1886. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1886/resolucao-62-21.04.1886.html>. Acesso em: 12 de jan, 2024